

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Especialização em Ambiente e Recursos Naturais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Roxo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles, que directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação de mestrado, em particular:

À Professora Doutora Maria José Roxo, pelo incentivo e compreensão ao longo deste trabalho;

Aos colegas de trabalho do IFAP, que proporcionaram um bom ambiente de trabalho e me ajudaram em tudo o que precisei;

À sala do parcelário da CONFAGRI que proporcionou a recolha de inquéritos nas suas instalações;

À Associação Recreativa de Caçadores do Bairro da Boa Esperança pela disponibilidade em realizar os inquéritos;

Ao pessoal da Qmetrics que contribuiu na obtenção dos resultados de campo;

À minha família;

E à Mariana pela compreensão, companheirismo, auxílio e tudo mais que me facultou ao longo desta viagem.

RESUMO

PAISAGEM COMO CONCEITO PARA A AVALIAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS TERRITÓRIOS RURAIS: O CASO DA BEIRA INTERIOR SUL

PEDRO MIGUEL SARAIVA RODRIGUES

Na presente dissertação desenvolve-se uma metodologia de descrição, identificação e análise do caso de estudo escolhido e das unidades de paisagem a ele associadas. O caso de estudo seleccionado foi a região NUTS III da Beira Interior Sul, que no seu conjunto agrega características ímpares, fazendo dela uma área charneira entre a Beira Interior Norte e o Norte Alentejano.

O conceito de paisagem foi o elemento-chave deste estudo, pois analisa o território na sua dimensão física, perceptual e cultural, assim como a sua dinâmica temporal. Deste modo, pode-se entender paisagem como uma realidade física e biológica onde actua uma construção social ou cultural imprimindo-lhe, ao longo do tempo, determinada identidade.

Após um enquadramento teórico inicial, sucedeu-se uma descrição das componentes biofísicas e humanas, tal como dos processos históricos que actuaram na construção da paisagem. O ponto anterior enquadra as características do caso de estudo, que foram, posteriormente, correlacionadas na identificação e delimitação das unidades de paisagem e conseqüente análise. Assim identificaram-se quatro unidades de paisagem, cujas designações são: (i) Serras da Malcata, da Gardunha e de Penha Garcia; (ii) Campo Albicastrense e campo raiano; (iii) Campanha de Idanha; e (iv) sector do Tejo Internacional.

Adicionalmente, são identificados os grupos de utilizadores da paisagem e avaliadas as suas preferências relativamente a diversos aspectos da paisagem do caso de estudo, tal como ao seu nível de participação pública. No sentido de contribuir para a gestão da paisagem do caso de estudo, formulam-se propostas de actuação, que visam a sua valorização.

PALAVRAS-CHAVE: *paisagem, identidade, unidades de paisagem; territórios rurais; preferências; avaliação e gestão integrada;*

LANDSCAPE AS A CONCEPT FOR EVALUATION AND INTEGRATED
MANAGEMENT OF RURAL TERRITORIES: CASE STUDY OF BEIRA INTERIOR
SUL

ABSTRACT

Throughout the present dissertation, is described, identified and analyzed a case study focused on Beira Interior Sul NUTS III region, which combines unique characteristics, being the transition region between Beira Interior Norte and Norte Alentejo.

Moreover, the landscape concept was the key element during the case study, since it allows interpreting the territory, not only in its physical, perceptual and cultural dimension, but also in its temporal dynamics. Therefore, landscape can be defined as a biologic and physical reality, influenced by a social and cultural construction, printing on it a certain identity throughout time.

After a theoretical overview, is presented a description on landscape's biophysical and human components, as well as the historical procedures that acted on its construction. In consequence, those procedures outlined the case study characteristics which were, in result, correlated to the landscape units' identification and delimitation analysis. Therefore, there were identified four landscape units, described as follows: i) Serras da Malcata, da Gardunha e de Penha Garcia; ii) Campo Albicastrense e campo raiano; iii) Campanha de Idanha; and iv) Tejo Internacional sector.

Additionally, there were identified groups of landscape users and evaluated their preferences concerning different landscape aspects referred in the case study, as well as their level of public participation. Finally, there are presented strategies with the aim to contribute to the landscape management of the case study.

KEYWORDS: landscape; identity; landscape units; rural territories; preferences; Evaluation and integrated management

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	5
1.1 Génese do conceito de paisagem	5
1.1.1 Epistemologia do conceito de paisagem	5
1.1.2 Evolução das abordagens científicas ao conceito de paisagem.....	7
1.2 Análise e âmbito da paisagem	15
1.2.1 Estrutura e organização da paisagem	15
1.2.2 Percepção da paisagem.....	19
1.2.3. Funções e valor da paisagem.....	21
1.2.4 Forças motrizes com implicações na dinâmica das paisagens	23
1.3 Instrumentos políticos e legais de protecção e conservação das paisagens.....	27
1.3.1. Nível Internacional.....	27
1.3.2. Nível Europeu	28
1.3.3. Nível Nacional.....	32
CAPÍTULO II.....	35
2.1 Problemática, justificação da escolha do e caso de estudo	35
2.2 Objectivos.....	36
2.3 Aspectos metodológicos.....	37
2.3.1 Caracterização do caso de estudo.....	39
2.3.2 Definição e avaliação das unidades de paisagem.....	40
2.3.3 Recolha e análise dos dados dos inquéritos.....	43
CAPÍTULO III.....	45
3.1 As condições físicas da região	45
3.2 A componente biológica.....	51
3.3. História da construção da paisagem	53

3.3.1 A ocupação humana no Pré-histórico.....	53
3.3.2 Da Lusitânia à Romanização.....	54
3.3.3 Início da Monarquia Portuguesa – período das fortalezas	56
3.3.4 Matos e Culturas antes do século XX – Época dos Baldios.....	58
3.3.5. O fim dos Baldios – Época dos Cereais	60
3.4 Evolução recente da ocupação do solo.....	62
3.4.1. A Agricultura.....	64
3.4.2. A pastorícia	66
3.4.3. Os espaços florestais	68
3.5 As formas de povoamento.....	71
3.5.1 As construções tradicionais da Beira Interior Sul	71
3.5.2 A população.....	73
3.6 Tradições e manifestações culturais	77
3.7 Identificação e estudo das unidades de paisagem	80
3.7.1 Florestas das Serras da Malcata, da Gardunha e de Penha Garcia	81
3.7.2 Unidade B - Campo Albicastrense e Campo Raiano	86
3.7.3 Unidade C - Campanha de Idanha.....	91
3.7.4. Unidade D – Sector do Tejo Internacional.....	94
3.8 Avaliação das preferências sociais da paisagem	98
3.9 Definição de estratégias de acção	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	125
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

Com a presente dissertação pretende-se apresentar uma proposta metodológica para avaliar e gerir a identidade e o carácter da paisagem e proceder à sua aplicação a um caso de estudo: região NUTS III da Beira Interior Sul (adiante designada de forma abreviada como BIS). O caso de estudo adoptado decorre da importância histórica e presente da identidade paisagística da região como área charneira entre as características acidentadas e de pequena propriedade da Beira Interior Norte e a planície de grande propriedade do Alto Alentejo. Esta região demonstra uma acentuada ruralidade devido à sua situação periférica na Raia Sul de Portugal Continental encontrando-se, actualmente, em processo de acentuado despovoamento e de fraco dinamismo económico o que constituiu um forte estímulo à para a escolha deste caso de estudo.

O conceito de paisagem encontra-se sujeito a diversas interpretações, no entanto, a abordagem adoptada na dissertação reflectirá uma concepção holística da paisagem no sentido de integrar as suas múltiplas valências. Deste modo, pode entender-se paisagem como uma realidade física e biológica onde actua uma construção social ou cultural imprimindo-lhe, ao longo do tempo, determinada identidade. Para se compreender a paisagem de uma forma integrada é necessário o estudo das suas componentes inscritas nas suas dimensões ecológica: cultural e socioeconómica. A dimensão ecológica inclui as componentes biofísicas dos ecossistemas, a dimensão cultural abrange os factos históricos e as questões ligadas à identidade, e a dimensão socioeconómica refere-se aos factos sociais e às actividades humanas, que constroem e modificam a paisagem.

Estas três dimensões juntas englobam a realidade objectiva da paisagem, no entanto existe ainda uma dimensão subjectiva ligada ao modo como as pessoas reagem a diferentes paisagens, isto é, a forma como as pessoas ou grupos valorizam e/ou desvalorizam as paisagens. Esta dimensão torna-se fundamental na medida em que a gestão das paisagens terá de considerar as preferências e concepções das comunidades que lá vivem, que as utiliza e transforma ou que simplesmente a visita e aprecia.

Assiste-se, actualmente, a uma urgência de actuação sobre a paisagem, sobretudo na gestão dos conflitos resultantes de interesses, muitas vezes, opostos, dos diferentes utilizadores da paisagem. Ao mesmo tempo, verifica-se uma tendência para

que os estudos nesta temática sejam encarados como um ponto de partida para uma abordagem integrada na avaliação e gestão da identidade do território e por consequência da qualidade da paisagem.

As paisagens, sobretudo as rurais, têm de ser avaliadas numa perspectiva multifuncional para, por um lado, cativarem mais e a diferentes utilizadores e, por outro, garantir a sua sustentabilidade ambiental, viabilidade económica e manutenção dos valores patrimoniais e culturais.

Desta forma, defende-se a reinterpretação do papel da agricultura para o desenvolvimento rural e a mudança no papel dos proprietários das explorações agrícolas, integrando-os cada vez mais num grupo mais vasto de gestores da paisagem. O Meio rural é cada vez mais um espaço de consumo e menos um espaço de produção. Esta tendência está ligada à perda de importância da agricultura como sector económico e ao aumento de novos sectores na economia rural, podendo estes, no seu conjunto, vir a suportar o desenvolvimento rural e, por consequência impulsionar a agricultura.

A dissertação encontra-se subdividida em três capítulos distintos, correspondendo o primeiro a um trabalho de revisão bibliográfica da teoria da paisagem inserida em múltiplas perspectivas, o segundo define-se pela descrição dos aspectos metodológicos adoptados no caso de estudo e, por último, o terceiro refere-se à descrição e avaliação e gestão da paisagem no que diz respeito à área de estudo escolhida. Por último apresentam-se as considerações finais com as reflexões conclusivas sobre a dissertação.

De forma sucinta, o primeiro capítulo reflecte o enquadramento geral do tema paisagem, no qual se aborda, numa fase inicial, a origem epistemológica do termo e se discute a evolução das abordagens à ciência da paisagem e dos seus métodos. Por outro lado, no ponto seguinte e num âmbito mais estrutural, faz-se uma enunciação dos pontos conceptuais mais importantes para se entender o conceito numa perspectiva integral. Deste modo, faz-se uma descrição da sua estrutura e organização da paisagem, das questões relativas à sua percepção, das suas funções e valor e das forças motrizes que actuam na sua evolução. Por último, considerou-se importante a introdução de um ponto que abordasse os instrumentos políticos e legais com implicações na conservação e protecção das paisagens, aos níveis internacional, europeu e nacional. A exposição destes temas dá o mote para um melhor entendimento do tema e da sua consecução na análise do caso de estudo.

Após a primeira fase de revisão bibliográfica, decorre a fase em que se define a proposta metodológica a aplicar ao caso de estudo. A abordagem adoptada reúne um conjunto de etapas consideradas fundamentais para a prossecução, análise e gestão da paisagem de forma integrada. Esta baseou-se no conhecimento técnico e na experiência adquirida em campo, ao longo do estudo e, cujo desenvolvimento combina os aspectos que se descrevem de seguida:

- Inventário e recolha de informação sobre as componentes biofísicas, uso do solo e socioeconómicas da situação recente;
- Pesquisa de informação sobre os aspectos históricos do povoamento e os aspectos que determinaram a evolução da paisagem;
- Execução e análise de informação cartográfica com o objectivo de se entender a estruturação da paisagem;
- Registo e tratamento de dados em sistemas de informação geográfica, com o intuito de identificar e classificar as unidades de paisagem;
- Recolha e identificação de fotografias a usar na identificação das unidades de paisagem e na recolha de dados sobre as preferências das paisagens por grupos de utilizadores;
- Análise das preferências da paisagem através da realização de inquéritos aos grupos funcionais mais representativos na utilização da paisagem (residentes, turistas, agricultores e caçadores).

O último capítulo representa o culminar dos dois capítulos anteriores, pois procura-se realizar uma análise integrada ao contexto paisagístico da área em estudo, de modo a entender-se a forma como se articulam os vários componentes do território. Este capítulo formula-se através da concepção de quatro etapas encadeadas e que, juntas, compõem o capítulo em questão. A primeira etapa passa pela descrição das componentes biofísicas, uso do solo e socioeconómicas e da sua evolução histórica até à actualidade. A segunda etapa passa pela identificação das unidades paisagísticas da região e da sua análise ao nível da identidade e carácter. Na terceira etapa analisa-se a percepção que os utilizadores têm da paisagem, nomeadamente, ao nível das suas preferências e da importância que estes manifestam relativamente à participação pública no processo de avaliação e gestão da paisagem. Por último, e com base nas três etapas

precedentes, aponta-se um conjunto de medidas de actuação no objectivo de salvaguardar e melhorar a qualidade da paisagem.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM

1.1 Gênese do conceito de paisagem

1.1.1 Epistemologia do conceito de paisagem

O termo *paisagem* aparece referenciado desde a antiguidade carregado de conotações culturais e mais particularmente artísticas. “...*É a natureza vista através do olhar humano, transformada pela intervenção e pelos olhos do Homem...*” (Blanc-Pamard & Raison 1986, p.138). Na sua origem não foi mais do que o ornamento ou símbolo da actuação do ser humano na Natureza, estando o seu aparecimento relacionado com uma nova forma de ver e conceber o Mundo e o seu funcionamento. Tal pode prova-se pelo significado do termo *paisagem* a partir do hebreu “noff” e provavelmente “yafa” (beleza), estes significavam a beleza vista de Jerusalém, com os seus palácios castelos e templos. Esta conotação aproximada entre estética e paisagem é geralmente usada na literatura inglesa como “cenário” (Naveh e Liberman, 1983).

A palavra *paisagem* deriva do latim *pagus*, significando o campo ou território cultivado. Esta influenciou, posteriormente, o aparecimento de *pays* e daqui *paysan* e *paysage*. Com a mesma influência resultou *paesaggio* em italiano, *paisaje* em espanhol e *paisagem* em português. Nas línguas germânicas surgiu, de uma origem comum, o termo *land*, com um significado idêntico ao de *pagus*, região e país, formando-se as palavras *landscape* (inglês), *landschaft* (alemão), *landschap* (holandês) e *landskap* (sueco) (Bolós, 1992).

A generalização do uso de ambos os termos na linguagem só aconteceu durante o século XVIII. Um exemplo disso é a referência ao termo paisagem no dicionário de Furetière onde esta é descrita como “...o aspecto de uma região, ou o território que se estende até onde a vista pode alcançar...” (Alves 2001, p.67).

Durante a Idade Média, a sociedade encontrava-se mais voltada para as questões religiosas, estendendo a observação da Natureza quase exclusivamente ao claustro ou ao

horto, não se ligando à observação e ao registo da paisagem “exterior”, mas tão só como pano de fundo para outras ocorrências (Ramos, 1998).

O final da Idade Média acentua a fraqueza das bases filosóficas que sustentavam o até então dominante ordenamento paisagístico, pelo que, a sociedade ocidental vai encetando, progressivamente, um processo de transformação com o adoptar de uma atitude mais activa perante a intervenção na paisagem. Segundo Figueiró (1998), o “jardim medieval” passa então a ter não só fins contemplativos, mas integra também uma fase de planeamento para fins de lazer. Assim, durante o séc. XV, no Renascimento, o ser humano começa a adquirir técnicas que permitiam ver a paisagem como algo passível de ser apropriado e transformado (Mendonça, 1998).

A origem da palavra é atribuída ao poeta alemão Jean Molinet que, em 1493, a utilizou com o sentido de representação pictural de uma região (Roger, 1997). Por outro lado, o termo *landscape* surgiu na Holanda durante o século XVI, “...quando a influência de pintores paisagistas holandeses encorajou o renascimento e redefinição de paisagem para referir as representações de cenas, sobretudo as rurais, e depois panoramas, em geral ou um aspecto particular...” (Amaral 2001, p.75). Desta forma, inspirado pela pintura, começava-se a retratar a paisagem através da adopção de novas abordagens, nomeadamente, através de uma concepção mais real da Natureza (Polette, 1999).

O pensamento Renascentista imprime um enfoque menor na paisagem idealizada substituindo-a, progressivamente, pela paisagem concreta. A abordagem artística torna-se menos importante em comparação com a perspectiva de unidade, onde a paisagem é experimentada como uma realidade total com implicações espaciais e visuais (Naveh e Lieberman, 1984).

O século XVIII marca, então, a viragem a partir da qual a paisagem passa a ser referenciada, enquanto corrente de pensamento. Deste modo, o termo passa a ser considerado e usado para descrever as características visíveis de uma área. As viagens e os seus subsequentes relatos tiveram uma grande divulgação nas décadas seguintes, nomeadamente no séc. XIX, favorecendo o vínculo entre paisagem e as características intrínsecas de um dado território, interligadas entre factores naturais e humanos funcionando como a união que está na base da especificidade regional (Luginduhl, 1992).

Ficam assim criadas as condições para, a partir do século XIX, o tema da paisagem e a sua definição passe a agregar, não só o sentido estético e pictórico característico dos artistas e dos paisagistas, mas também um significado científico, na medida em que passava a definir um conjunto de formas que caracterizavam um determinado sector da superfície terrestre (Bolós, 1992)

No século XIX e início do século XX várias correntes se seguiram, cada uma com concepções diferentes e variadas, com representações particulares, abordando a preocupação com a Natureza e analisando a paisagem em diversas regiões nos mais diversos contextos sociais (W. Vos, 2000).

Em suma, desde a paisagem como análise de tudo quanto é visível à observação, à paisagem como mecanismo complexo de múltiplas variáveis, assim foi a evolução deste conceito que, tendo começado como um simples descrição do ambiente que envolve o ser humano apareceu na actualidade a inclinar-se mais objectivamente sobre a rede de relações que ligaram no passado e que conectam no presente as populações ao território. À ideia de função estética veio juntar-se a sintetização no mesmo conceito de diversos elementos que implicaram uma conotação espacial e temporal. A *paisagem* passou a ser, mais que um estado, uma história.

As abordagens ao tema da *paisagem* são hoje em dia variadas e numerosas, já que cada vez mais ciências manifestam interesse sobre este tema, utilizando-o e estudando-o de forma constante, através de diferentes perspectivas. Deste modo, os conceitos de “paisagem”, bem como outros, de que são exemplos “região”, “lugar” e “território” passaram a ser os objectos de estudo principais na sua tarefa de analisar a superfície terrestre.

A conjugação do objecto com os métodos de análise referencia e identifica as escolas de pensamento. As interpretações do que é uma paisagem começaram, desde logo, a divergir dentro das múltiplas abordagens geográficas. Deste modo, no próximo ponto irá abordar-se a questão das diferentes abordagens ao tema da paisagem dentro da ciência geográfica.

1.1.2 Evolução das abordagens científicas ao conceito de paisagem

Este conceito de uso quotidiano, não impediu que se tornasse num dos termos mais utilizados por um número crescente de disciplinas, sendo um dos temas clássicos

da investigação geográfica. No seu sentido mais corrente o termo “paisagem” designa a parte de um território que a Natureza apresenta ao observador (Blanc-Pamard e Raison, 1986), embora, esta visão seja, nos dias de hoje, considerada exígua. Assim, pode dizer-se que é um vocábulo polissémico, apresentando uma subjectividade assente nas expressões e acepções disciplinares tão vagas como variadas (Blanc-Pamard e Raison, 1986).

Antes de mais, este conceito corresponde a um espaço com uma relativa proximidade e observável ao alcance do olhar humano podendo, assim, variar quanto mais favorável for o ponto de observação. Contudo, para ser considerada paisagem esse espaço contíguo tem de ter um conjunto de componentes que formem um todo coerente (Ribeiro. 2001).

A partir do século XIX a *paisagem* começa a ser formalmente um campo de investigação na geografia, essencialmente com o objectivo de se compreenderem as interacções sociais e naturais em determinado território. No entanto, as diversas abordagens desde as deterministas, as possibilistas, as positivistas, existencialistas, até às actuais divergiram na sua definição (Antrop, 2005).

Numa abordagem mais tradicional, os geógrafos distinguem a paisagem entre natural e cultural. A paisagem natural diz respeito aos elementos combinados relevo, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural inclui todas as dinâmicas imprimidas pelo ser humano, seja nos espaços urbanos, como nos espaços rurais. Qualquer paisagem exhibe, para além dos factos visíveis, muitos outros aspectos, de diferentes géneses, que influenciam os primeiros e vice-versa (Antrop, 2005).

Ao analisar a trajectória da definição de paisagem e as suas diferentes abordagens, através das várias escolas que influenciaram a ciência geográfica percebe-se a complexidade subjacente a este conceito. Por conseguinte, cada escola acaba por desenvolver concepções e abordagens metodológicas que apresentam, ao mesmo tempo, pontos comuns e particularidades que as distinguem.

Neste processo, Blanc-Pamard e Raison (1986), referem que a paisagem é entendida como uma unidade integrada e que apresenta, por consequência, uma estrutura relacionada com o seu funcionamento. Esta visão integrada e sistémica é entendida pelas diferentes escolas de forma semelhante embora com alguns ajustes. *Landschaft*, introduzido pela escola alemã como conceito científico, apresentava ênfase

num conjunto de factores naturais e humanos agrupados em unidades espaciais. Posteriormente, numa abordagem mais dinâmica e diferente da anterior, surge a escola francesa com a definição de *paysage* destacando a relação entre o ser humano e o Meio. Mais tarde, nos anos de 1960, a escola americana substituiu o termo *landscape* (termo de influência alemã) pelo de região.

Voltando um pouco atrás, a escola alemã foi impulsionada por uma herança romântica naturalista, evidenciada por Humboldt, em meados do início do século XIX. Este deu um lugar de destaque ao conceito de paisagem ao constituí-la como disciplina científica no âmago da Geografia, durante o séc. XIX. Embora o seu conceito não tivesse um sentido preciso, *landschaft*, tanto poderia significar uma porção da superfície terrestre que possuísse um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da superfície terrestre tal como era percebida pelo observador (Salgueiro, 2001). Compêndios como “Cosmos” de Humboldt, “Geografia Comparada” de Carl Ritter e “Antropogeografia” de Friedrich Ratzel representam o exemplo de algumas das obras clássicas em que se utilizou o termo “paisagem”. A visão holística da paisagem, de Humboldt, determinou uma sistematização da ciência geográfica assente na associação de elementos naturais e humanos. Para este autor a unidade e harmonia da Natureza manifestava-se, justamente, na paisagem, isto é, no que ele chamava *paisagem natural*, que representava o conjunto das características físicas de uma porção da superfície terrestre que o observador percebe sensorialmente como um todo.

Outros geógrafos, principalmente os naturalistas, procuraram definir o termo, embora este não divergisse muito da abordagem de Humboldt, definindo paisagem como um conjunto de factos naturais, rejeitando, assim os elementos estéticos. Ratzel publicou, em 1882, o livro, *Antropogeografia – Fundamentos da aplicação da Geografia à Historia*, instituindo, desta forma a Geografia Humana. A sua perspectiva natural limitava a sua abordagem a uma perspectiva determinista, em que o ser humano era influenciado pelo Meio (Schier, 2003).

A escola francesa aparece neste seguimento, essencialmente com os estudos do geógrafo Paul Vidal de La Blache, contemporâneo de Ratzel, que defendia uma visão mais histórica e humanista, cuja paisagem incidiria com maior ênfase na relação Homem-Meio (Antrop, 2000). Este defendia que os aspectos singulares de uma paisagem servem para delimitar e caracterizar uma região, de maneira que, paisagem e região eram conceitos inseparáveis (Claval, 2004). Com Vidal de La Blache a geografia

torna-se anti-determinista, já que defendia que não se podiam estabelecer limites entre fenómenos naturais e culturais pois eles intersectavam-se. Este autor, vai representar o expoente máximo do positivismo geográfico, defendendo que é o espírito humano e a capacidade de inovação que movimenta o processo de construção das paisagens. Esta visão era claramente diferente dos anteriores que viam na paisagem meramente um conjunto estático de elementos (Schier, 2003).

A adopção da temática da paisagem como objecto de estudo da Geografia foi um dos maiores feitos da Geografia clássica. No entanto, uma nova geografia, com a sua componente teórica renovada, recorrendo à modelização, quantificação e rejeição da geografia clássica adicionou um novo ímpeto ao estudo e análise geográfica da paisagem através de novas contribuições conceptuais e metodológicas provenientes da ecologia (Arnal, 1999).

Num primeiro momento, surgiram duas formas fundamentais de estudo das paisagens por parte dos geógrafos. Alguns viam a paisagem como a expressão de um território caracterizado por formas, sendo que, o seu estudo era direccionado para o método morfológico (Salgueiro, 2001). Este método passa, segundo Cosgrove (1984), por dividir a estrutura do campo de observação em diferentes elementos constituintes, dando origem a distintas formas caracterizadas pela sua função, origem e evolução que, por sua vez, permita uma maior percepção de cada um dos elementos na construção do todo. Esta posição era defendida por Brunhes e outros alemães tais como Schlüter e Passarge, tendo, posteriormente passado para a escola de Berkeley de Sauer. A outra concepção do estudo da paisagem dá maior ênfase, segundo Salgueiro (2001), às características de determinado território expressas nos seus atributos naturais e humanos e as suas conexões no território. Os grandes defensores desta abordagem eram Lautensach, Bobek, Demangeon e Sorre em que o conceito de paisagem se aproximava do conceito de região da escola regional, adoptando uma análise corológica e dos estilos de vida como noção explicativa (Salgueiro, 2001).

As discrepâncias sobre a definição de paisagem foram desde sempre muito grandes entre os geógrafos. Em 1938, em Amesterdão, ocorreu o Congresso Internacional de Geografia onde se abordou este tema, apesar de já ter sido previamente discutido nos congressos anteriores de Paris (1931) e de Varsóvia (1934). Em Amesterdão tentou-se clarificar o conceito e estabelecer a metodologia adequada ao seu estudo. No entanto, não se conseguiu chegar a consenso, apesar das notáveis

contribuições de Troll, Lautensach, Sauer e Schlüter. A maior dificuldade centrava-se na palavra *landschaft* dado que uns interpretavam como região e outros como uma realidade distinta. Outro dos obstáculos prendia-se com o facto do significado original de paisagem, semelhante ao de realidade objectiva, incluir unicamente elementos percebidos directamente pelos sentidos, ou seja, os materiais. Alguns especialistas defendiam que os elementos imateriais também deveriam ser considerados uma vez que influenciam o desenvolvimento da realidade objectiva. Lautensach (1938) resume as conclusões deste congresso em seis pontos:

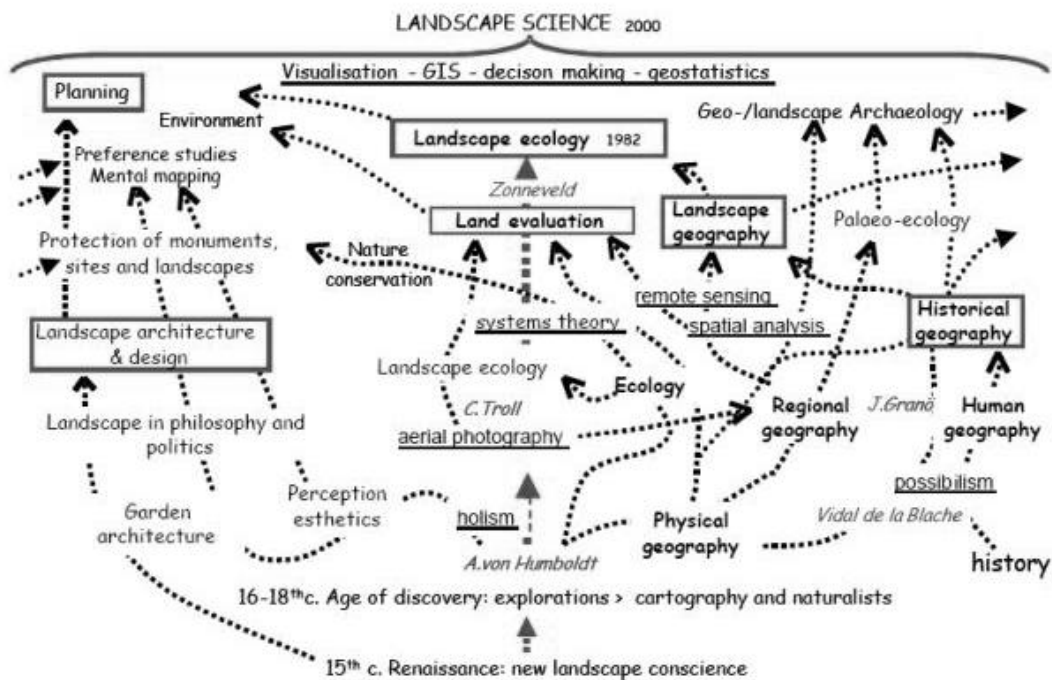
- Os conceitos mais importantes da Geografia Regional são *paisagem e região*;
- A paisagem geográfica não é somente uma entidade fisionómica e estética. Esta inclui todas as relações genéticas, dinâmicas e funcionais pelas quais as componentes da paisagem se intersectam;
- As paisagens geográficas são regiões constituídas por determinadas características, formando unidades que se repetem em diversos pontos da superfície terrestre (exemplo: paisagem mediterrânica);
- As paisagens geográficas podem, pelo contrário, ser regiões com características individuais, representando traços que não se repetem;
- A geografia das paisagens é completamente diferente da geografia dos países.

Pouco tempo depois deste congresso assiste-se a uma diminuição dos estudos sobre paisagens e regiões que tinham sido impulsionados pelo neo-positivismo e pela expansão das perspectivas de análise espacial. Esta era baseada no recurso aos métodos quantitativos que iriam contribuir, posteriormente, para a formulação de uma nova geografia (Arnal, 1999).

Ao mesmo tempo, surge o termo Ecologia da Paisagem, introduzido pela primeira vez em 1939, por Carl Troll. Este vai sofrer um profundo aprofundamento teórico proporcionado por vários investigadores, contribuindo, de alguma forma, para o surgimento de novas perspectivas sobre o conceito de paisagem. Zonnveldt (1979), seguindo a mesma linha de pensamento, refere-se à paisagem como sendo “...*uma parte do espaço na superfície terrestre que abrange um sistema complexo caracterizado pela actividade geológica, água, ar, plantas, animais e o Homem...*”, ou seja, aplicava uma perspectiva holística.

Durante as décadas de cinquenta e parte da década de sessenta do século XX, o estudo da paisagem manteve-se reduzido, no entanto, a partir da década seguinte a paisagem voltou a representar um conceito-chave da geografia. Este rejuvenescimento do estudo da paisagem é manifestado no aumento do número de publicações, colóquios e seminários sobre o tema, mobilizando, por consequência, os investigadores. Autores de diversas escolas consideravam a *paisagem* como uma porção da superfície terrestre que pode ser observada, no seu todo, pelo observador (Arnal, 1999).

No entanto, ao longo do século XX começou a introduzir-se a ideia que esta não se limita somente a um quadro visual (Pinto-Correia, 2005). A transição de abordagem dá-se, segundo Salgueiro (2001, p.44), “...do objectivável (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objecto)...”. Surgem então, segundo Forman e Godron (1986), várias perspectivas de abordagem da paisagem: a Naturalista, a Percecionista e a Integralista. A figura seguinte (Figura 1.1) permite sintetizar a evolução histórica da ciência da paisagem e a interação entre as diferentes disciplinas.



Fonte: (Antrop, 2000, p.32)

Figura 1.1: Desenvolvimento das diferentes abordagens à ciência da paisagem

Durante os anos 70 do século XX, os geógrafos preocuparam-se com a análise da estrutura das paisagens através da utilização do sistema ecológico ou ecossistema

que, por conseguinte, não implicava o papel dos seres humanos de uma forma tão efectiva. Entre os que defendiam esta perspectiva pode-se destacar Bertrand e a Escola de Toulouse assim como Wieber e a escola de Besançon que interpretavam a paisagem, em termos metodológicos, próximo da Teoria dos Sistemas (Dias, 2002).

Bertrand (1972), geógrafo francês, referia que a paisagem não se limitava a incorporar uma série de elementos geográficos de forma aleatória, mas que abrangia também uma porção do território que resultava da dinâmica das componentes físicas, biológicas e antrópicas, que ao interagirem tornavam a paisagem num conjunto único e indissociável em constante evolução. Neste sentido, Bertrand aplicou o termo *Geossistema*, o qual permite estudar as interações Homem-Natureza de uma forma mais eficaz do que *Ecossistema*, já que considera a paisagem como “...um complexo dinâmico resultante da interação do potencial ecológico e a sua exploração biológica pelas comunidades vivas, em que o Homem é parte...” (N. Beroutchachvili y G. Bertrand, 1978, p. 176).

Esta abordagem desenvolveu-se no seguimento do enfoque dado, durante os anos 50 do século XX, pela escola soviética, que deixaram de considerar a Natureza como um obstáculo inerte para a sociedade humana, criando desta forma a noção de *Geossistema* (Obregon, 2000). A escola de Besançon tentava aliar o que há de objectivo e subjectivo considerando, para isso, três subsistemas no complexo paisagístico: (i) “os produtores de paisagem” constituído pelos elementos biofísicos e antrópicos; (ii) os “dos utilizadores” através dos fenómenos perceptivos e de carga afectiva e mental, e; (iii) a “paisagem visível” que corresponde a uma intermediação entre os dois anteriores onde a disposição dos elementos contribui para uma infinidade de imagens (Salgueiro, 2001).

A perspectiva Percepcionista baseia a sua abordagem, segundo Amaral (2003) no ser humano, mais rigorosamente, nas sensações e nos comportamentos que a paisagem lhe desperta. Mais ligada à Geografia Humana, acentua-se, nesta perspectiva, que a paisagem é um conceito que só existe na medida em que é visto e sentido. As correntes que se aproximam mais desta visão são a Geografia das Representações e a Geografia Humanista. Neste sentido, Cosgrove (1984:13), refere que a paisagem “...é o mundo exterior proporcionado pela experiência subjectiva dos Homens, logo um modo de ver o mundo...”, enquanto Tuan (1979:13), diz que se trata “...de uma imagem assimilada, construída pela mente e pelos sentidos...” e, Claval (1987) quando aborda o

tema dizendo que a paisagem é “...uma relação sensível e visível com a superfície da terra...”.

Para a perspectiva integralista a paisagem deve ser estudada como um sistema que engloba os aspectos biofísicos e humanos, assim como o modo como estes percebem a paisagem. Esta visão baseia-se numa abordagem holística que contempla não só componentes físicas, como introduz o Homem na paisagem e o seu modo de vida e suas sensações (Amaral, 2003).

Actualmente, a ciência da paisagem refere-se ao conjunto de disciplinas envolvida na investigação das paisagens, tal como a ecologia da paisagem, geografia da paisagem histórica e regional, geo-arqueologia, arquitectura paisagista e psicologia, entre outras (Antrop, 2000).

Em suma, pode perceber-se que foram múltiplas as perspectivas disciplinares e abordagens ao conceito de paisagem ao longo dos tempos. Escolas distintas têm utilizado o termo com significados diferentes, desde paisagem como cenário, a paisagem no intuito de representar um lugar específico com uma determinada expressão cultural, a paisagem como sistema e a paisagem holística (Makhzoumi e Pungetti, 1999).

Não existe uma abordagem, método ou teoria padrão para avaliar a paisagem, verificando-se, desde logo, diferentes definições do próprio conceito. No entanto, considera-se que os estudos sobre a avaliação e gestão da paisagem devem assegurar uma perspectiva holística e integrada, abordando a paisagem nas suas várias componentes. O *Quadro 1* resume as dimensões que o conceito tem na sua essência e que serão abordados nos pontos seguintes.

Quadro 1.1: Síntese das dimensões subjacentes ao conceito de paisagem.

Dimensões	Significado
Física	Porção do território que inclui os elementos de natureza antrópica e biofísica em interacção.
Perceptual	Está sujeita à interpretação diferenciada por parte dos indivíduos e aos valores subjectivos que lhe atribuem (com base em todos os sentidos).
Mutável	Resultado de uma evolução contínua quer devido a processos naturais, quer devido à interacção do Homem com o Meio.
Cultural	Porque inclui as marcas do passado resultante das intervenções ao longo do tempo. Representa a garantia da identidade e carácter de determinado local, manifestando as condições que a individualizam.

Fonte: adaptado de Dias (2002)

1.2 Análise e âmbito da paisagem

1.2.1 Estrutura e organização da paisagem

A estrutura da paisagem representa uma condição elementar para entender o seu funcionamento, e a sua dinâmica, em virtude das transformações que se vão operando de forma contínua, independentemente do tempo em que ocorrem (Magalhães, 2001).

No início, a paisagem natural, caracterizada por um determinado funcionamento ecológico, foi progressivamente usada e utilizada pelas comunidades que se instalaram e apreenderam uma forma de assegurar, em princípio, a perenidade desta. Ao fazê-lo, inscreveram marcas e traços culturais, dando origem à paisagem cultural.

Quando o Ser Humano molda a paisagem fá-lo tendo em conta duas porções distintas, que em termos científicos, se separaram em ciências biofísicas e ciências humanísticas. Acerca destas duas componentes, Magalhães (2001) refere que “...a arte de dar forma à paisagem exige uma interpretação destes dois mundos integrados no mesmo sistema – a paisagem cultural...”. Desta forma, fica implícito, grosso modo, que a ecologia e a cultura constituem as duas componentes da forma da paisagem.

Para Forman (1986) o estudo da paisagem incide sobre o seu conjunto, mais precisamente, sobre os seus componentes, biofísicos e humanos, visivelmente agrupados e expressando um mosaico de usos do solo tais como: os agrícolas, os florestais, os industriais e urbanos, formas de relevo, hidrografia, património histórico e de características cénicas e visuais. Pode então dizer-se, que as suas componentes agregam todos os elementos, em regra heterogéneos pela sua distribuição, disposição, encadeamento e associação mais ou menos lógicos entre si, conjugando-se no sentido de ser possível atribuir uma identidade a um espaço.

O entendimento da estrutura das paisagens permite não só perceber as modificações que nela ocorrem mas também o seu funcionamento em que a dimensão física e geográfica constitui o corpo de unidades territoriais complexas onde se estabelecem as componentes biológicas e sociais (Fadigas, 2007).

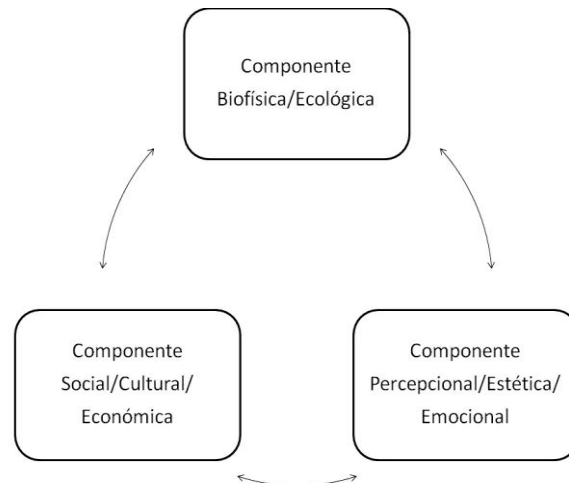
Assim, os componentes da paisagem representam os aspectos físicos, biológicos e humanos do território identificáveis à vista, que lhe conferem carácter e identidade. Os componentes da paisagem podem dividir-se segundo, Fadigas (2007), em três grupos distintos:

- **COMPONENTES FÍSICOS:** também chamados de abióticos, referem-se às formas de relevo, à composição litológica e aos cursos e superfícies de água;
- **COMPONENTES BIOLÓGICOS:** também chamados de bióticos, referem-se à vegetação e à fauna;
- **COMPONENTES HUMANOS:** são todas as construções e os usos do solo que, de alguma forma nos indica a acção do Homem na paisagem.

A paisagem, para além de ter uma componente objectiva, composta por uma combinação de factores abióticos e bióticos, esta tem também uma componente subjectiva, que corresponde à mesma combinação quando analisada por um observador (Froment, 1987).

A componente subjectiva pode ser igualmente designada “paisagem visual” uma vez que corresponde é construção que um observador faz de determinado espaço definido pela sua percepção, em que intervêm todos os sentidos, sendo a visão o principal. Neste sentido, a paisagem é o resultado da combinação do território heterogéneo e as suas componentes objectiva e as características e estado emocional do observador (componente subjectiva).

Ainda sobre este aspecto, Saraiva (1999), considera três componentes da paisagem que se inter-relacionam entre si e que coincidem com as definidas anteriormente: as componentes biofísicas e ecológica, as componentes social, cultural e económica e as componentes perceptual, estética e emocional, cuja caracterização se torna essencial para decifrar o sistema complexo do conceito de paisagem (Figura 1.2).



Fonte: Adaptado Saraiva (1999)

Figura 1.2: Esquema sintético da interação entre as componentes que integram a estrutura da paisagem

Para Roca (2002: p.7), a paisagem e a sua identidade pode ser entendida como “...um conjunto de fixos e fluxos espaciais que caracterizam uma unidade territorial. Os fixos espaciais englobam a população, o património natural, o património económico e o património cultural que podem ser entendidos como a componente objectiva de certa unidade territorial...”, em que:

- A *população* inclui a distribuição espacial de todos os indivíduos que estão permanentemente ou temporariamente presentes numa unidade territorial;
- O *património natural* abrange todos os elementos e objectos que constituem o ambiente natural;
- O *património económico* representa todos os objectos do ambiente modificado pelo Homem, cujo objectivo é a produção, distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis;

- O *património cultural* corresponde a todos os objectos do ambiente modificado que estão relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais;

Entendem-se os fluxos espaciais como actividades, relações e significados dentro dos sistemas horizontais (territoriais) e verticais (funcionais) que estão na origem da Natureza, sociedade, economia e cultura (Figura 1.3).

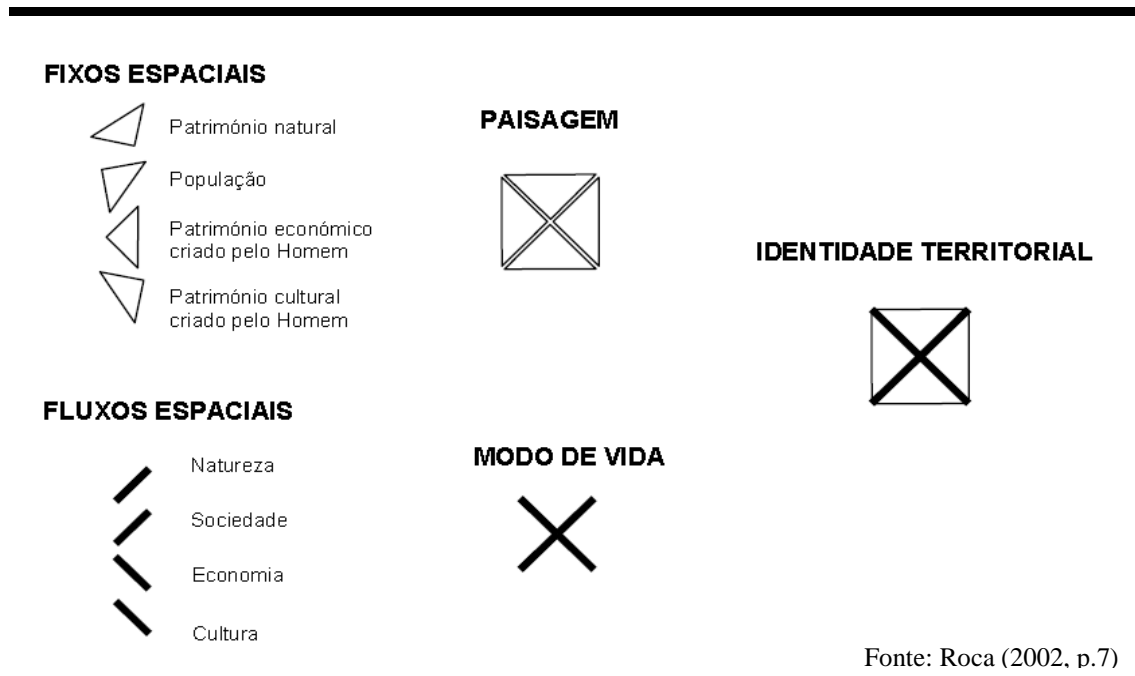


Figura 1.3: Conjunto de fixos e fluxos que compõem a unidade territorial da paisagem

Como as paisagens variam na sua essência, tipologia e forma as suas componentes podem organizar-se de diferentes maneiras em função das características de um dado lugar, tempo ou conjuntura ecológica ou cultural (Fadigas, 2007). Esta diversidade de situações constitui uma forma de distinguir os aspectos caracterizadores de diferentes modelos de paisagem, com base na sua estrutura e modo de agregação dos seus componentes (Forman e Godron, 1986). Esta organização permite identificar e seleccionar grandes unidades paisagísticas homogéneas sintetizada numa imagem identificadora muito forte.

A organização dos componentes da paisagem permite, segundo Fadigas (2007:p.160), identificar as seguintes tipos de paisagem:

- *PAISAGENS ABERTAS*, quando os elementos visíveis dominantes se distribuem em superfícies amplas, largas e compridas;
- *PAISAGENS EM MANCHAS*, quando os elementos visivelmente dominantes se organizam em diferentes superfícies compactas, cada uma delas com expressão e textura homogénea;
- *PAISAGENS MATIZADAS*, quando os elementos visualmente dominantes ocorrem em mosaico, isto é, com uma alternância de manchas de espaços abertos e fechados formando um padrão de organização da paisagem heterogéneo;
- *PAISAGEM EM CORREDORES*, quando os elementos visualmente dominantes se dispõem em superfícies lineares (estreitas e compridas).

A importância da introdução deste ponto resulta do reconhecimento que a distribuição dos componentes e dos elementos de uma paisagem, em determinado período temporal, facilita não só o entendimento dos processos por si, mas também a reflexão sobre a sua dinâmica e desenvolvimento.

1.2.2 Percepção da paisagem

Uma das principais problemáticas que se coloca aos estudos de percepção da paisagem é, segundo Silva (2002), a definição dos seus conceitos básicos. Este autor refere, que a aplicação do termo Percepção é, por isso, bastante abrangente, prendendo-se não só com a acção ou capacidade de perceber, mas também, devido ao facto de essa reacção estar relacionada com a formulação de um juízo valorativo, em seguimento da utilidade que é dada ao objecto percebido. Este facto é defendido por Punter (1982), que refere, que o processo de percepção pode ser dividido em três etapas distintas:

1. A percepção em si: a experiência sensorial directa;
2. A cognição: a forma como os indivíduos percebem e estruturam a experiência sensorial;
3. A avaliação: hierarquização de preferências em função da utilidade.

O termo paisagem é também utilizado em sentido lato, na medida em que agrega “...um conjunto de elementos que caracterizam uma unidade geográfica, no plano físico e humano...” (George, 1984), não ficando limitada apenas aos aspectos naturais. Deste modo, faz sentido falar em paisagens naturais, humanizadas, urbanas e rurais. O entendimento da paisagem não passa, somente, pelo adicionar de elementos, mas sim, como uma unidade homogênea de valor intrínseco, isto é, uma estrutura ou modelo de organização, qualquer que sejam as escalas espaciais e temporais.

Neste contexto, a paisagem aparece aqui intimamente ligada à percepção, como território visto e sentido, sendo por isso mesmo, subjectivo e elaborado pela mente humana, tal como defende Tuan (1980), Brunet (1992) entre outros autores. Em suma “...a ideia de que a paisagem é uma auto-biografia colectiva e inconsciente que reflecte gostos, valores aspirações e medos...” (Salgueiro, 2001: p. 49).

À medida que a paisagem vem despertando as atenções de especialistas em diversos campos científicos, vão sendo atribuídas maiores responsabilidades de intervenção às populações, em termos de transformação e significação da paisagem, devendo-se a Zube (1970) as primeiras referências à “paisagem social”. Defende este autor que as paisagens devem ser vistas como reflexo de valores sociais e padrões culturais, como expressões de maneiras de viver. A partir desta altura, a percepção e a subjectividade na análise da paisagem começaram a ganhar outra importância e visibilidade, despertando a atenção de arquitectos, psicólogos, sociólogos, antropólogos e geógrafos, todos eles partilhando um entendimento do espaço como uma realidade subjectiva, sentida, vivida e passível de avaliação.

Em síntese, a percepção das paisagens vai ser influenciada por mecanismos sociais complexos, sobretudo, no que se refere às experiências do quotidiano, aos laços funcionais, à divulgação nas expressões artísticas e nos meios de comunicação, ao desenvolvimento científico, entre outros (Buijs *et. al.*, 2003).

1.2.3. Funções e valor da paisagem

Consideram-se funções das paisagens todos os bens e serviços suportados por esta e que supram as necessidades, procuras e expectativas dos seres humanos, sendo, desta forma, valorizadas pela sociedade (De Groot, 2006). As paisagens, enquanto entidades onde estão inseridos e actuam os factores biofísicos, têm um papel fundamental, na medida em que fornecem uma variedade de bens e serviços à sociedade tais como, alimento, regulação da qualidade ambiental, qualidade estética, entre outros (Kienast et al 2009).

Algumas dessas funções têm valor de mercado, constituindo uma função produtiva (agricultura, floresta, etc.), correspondendo às comodidades, outras correspondem a bens e serviços públicos onde o mercado não actua satisfatoriamente, são as designadas amenidades (recreio, lazer, conservação ambiental, etc.). Esses bens e serviços constituem, tal como já foi dito, fluxos de benefícios para a sociedade e estes dependem directamente quer da capacidade da componente biofísica em prestá-los em qualidade, quer da procura (preferências) que a sociedade imprime para suprir as suas necessidades e/ou ambições (De Groot, 2006).

As mudanças recentes da paisagem rural e a tendência crescente no que concerne às funções que dela se esperam gera uma maior complexidade e, por consequência, a necessidade da paisagem assumir uma realidade multifuncional (Pinto-Correia, 2007). Deste modo, as *paisagens* proporcionam, cada vez mais, uma multiplicidade de funções que, frequentemente, estão associadas a diferentes usos do solo. Normalmente, a análise das diferentes combinações de usos do solo torna-se fundamental numa perspectiva de avaliação e gestão das paisagens e das suas múltiplas funções, essencialmente nas paisagens rurais (Pinto-Correia, 2007).

A multifuncionalidade da paisagem surge, normalmente, associada à agricultura, no entanto, esta engloba uma definição mais abrangente caracterizando uma qualidade da paisagem rural onde poderão actuar de forma mais activa uma maior diversidade de actores (Potter, 2005). Neste contexto espera-se que esta ofereça varias funções que poderão ser valorizadas por diversos utilizadores: os proprietários e agricultores que exploram a terra, os residentes, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, cada um deles com os seus diferentes preferências e necessidades (Pinto-Correia, 2007).

A procura de paisagens com uma maior valorização tem sido um tema bastante abordado pelos geógrafos desde finais dos anos 1960 (Fines, 1968) devido, essencialmente, à crescente preocupação com a preservação das paisagens naturais, ameaçadas com o crescimento urbano.

Segundo Escribano *et al.* (1989), para uma valorização da paisagem é necessária a convergência de uma série de factores e relações emocionais com os seus respectivos juízos de valor, estabelecendo, por um lado, a qualidade intrínseca da paisagem, por outro, a qualidade estética percebida por cada indivíduo e, finalmente, a atribuição de um valor.

A valorização das diferentes paisagens muda com a evolução temporal e de indivíduo para indivíduo. Cada indivíduo constrói a sua escala de valor tendo em conta não só os seus gostos pessoais, mas também em função das opiniões dominantes da sociedade na qual ele se insere (Marcucci, 2000). Essa escala de valores e significados poderá ser representada pelos valores ambiental, cultural, cénicos e simbólicos como aqueles que se geram na relação entre o sujeito e o Meio ao nível físico e emocional.

O valor ambiental é o suporte da paisagem, que agrega as estruturas fundamentais à sustentabilidade ecológica. Os elementos da representação visível e não visível que constituem um âmbito ecológico estruturam a matriz das interacções culturais, ecológicas e sociais (Magalhães, 2001). Morais (1998), acrescenta que o valor ambiental da paisagem resulta da conjugação das componentes e processos que nela ocorrem, segundo uma visão ecológica ou sistemática.

O valor cultural, depende directamente da paisagem humanizada, compreendendo os vestígios do passado que englobam desde os aglomerados urbanos às práticas culturais. Estes constituem elementos reveladores de uma dinâmica que articula de forma complexa as referências locais e globais. O valor cultural pressupõe uma acumulação de factores económicos, políticos e sociais que são representados na paisagem. Presume-se assim que o valor cultural é um processo de construção de identidade resultado da acumulação e assimilação dos aspectos positivos e negativos das diferentes sociedades, ao longo do tempo.

O valor cénico da paisagem revelou-se desde cedo, essencialmente na pintura. Este representa a possibilidade de exaltar o sentido visual, seja de forma positiva ou negativa, em consequência das características correspondentes aos elementos que

compõem a paisagem. Devido à sua subjectividade, este tipo de valorização da paisagem reúne um sentido estético, emocional e simbólico que é influenciado pela percepção do indivíduo e pela sociedade em que se insere.

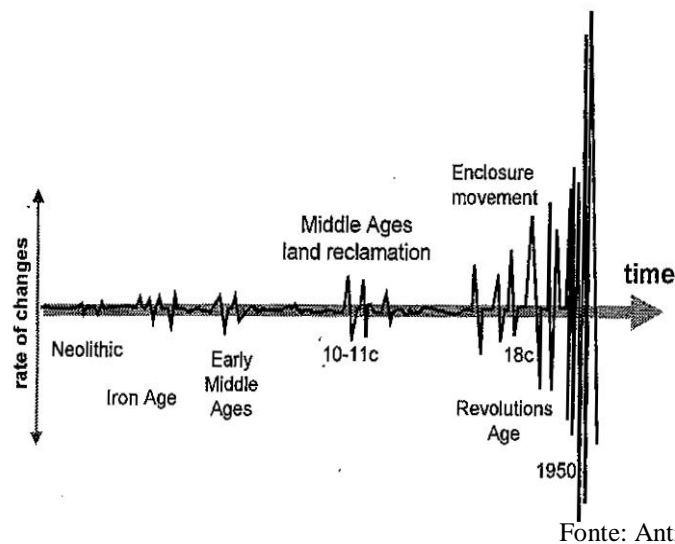
Da mesma forma e, segundo Pereira (2002), a valorização das paisagens resulta da aplicação de critérios estéticos não tangíveis, podendo ser a consequência de diversos factores, tais como:

- Históricos: resultado da associação de locais a determinados factos históricos que aí ocorreram;
- Artísticos: quando se associa uma paisagem a determinada manifestação artística, tal como, livros, quadros e fotografias que criam apreço, podendo funcionar como causas da sua valorização;
- Estéticos: ligados à morfologia, cor, diversidade e textura;
- Inatos: quando existe uma ligação Homem/paisagem tão enraizada que pode ser considerada universal;
- Moda: podem decorrer de aspectos institucionais ou estar ligados à preferência de um determinado grupo ou classe social.

Como exposto anteriormente, pode-se concluir, que as paisagens têm sempre um valor associado e que este não depende, apenas das suas qualidades visuais. Assim, torna-se fundamental analisar as paisagens de forma a ultrapassar as visões estritamente relacionadas com as qualidades cénicas, pois podem conduzir a uma visão restritiva e, por sua vez, a uma abordagem negativa no acto de avaliação e gestão da paisagem.

1.2.4 Forças motrizes com implicações na dinâmica das paisagens

Com o processo de globalização, os países, as regiões e as sociedades tenderam a ficar mais homogeneizados, intensificando-se a intervenção e alteração das paisagens (Figura 1.4). Estas alterações não foram somente impulsionadas pela mundialização de modelos e valores mas resultou, sobretudo, do progresso tecnológico. Assistiu-se, deste modo, a uma progressiva diminuição da dependência entre população e território através de mudanças de hábitos e vivências que não eram comuns dessas regiões. A identidade das paisagens implica, muitas vezes, a homogeneização através da alteração das características intrínsecas de autenticidade (Pinto-Correia, 2005).



Fonte: Antrop, 1997, p.21)

Figura 1.4: Gráfico conceptual com a frequência e magnitude das alterações na paisagem europeia

No entanto, as mudanças nas paisagens não só resultam da intervenção humana na paisagem, mas também de um conjunto de factores humanos e naturais que lhe imprimem outras características. Por isso diz-se, que as paisagens são entidades em permanente mudança que resultam, por um lado, da consequência directa da dinâmica biológica dos seres vivos, e por outro, da acção exercida dos elementos naturais sobre o território e pelas actividades económicas. Como as paisagens actuais resultam de diversos níveis de processos naturais e intervenções humanas torna-se imperativo uma perspectiva histórica para identificar as forças motrizes com maior impacto na transformação das paisagens (Antrop, 2005).

As paisagens são consideradas estáveis quando mantêm ao longo do tempo a sua estrutura e organização, explicando a continuidade temporal das suas características cénicas, geográficas e culturais. A ruptura deste equilíbrio, dinâmico e estável, implica a ruptura do sistema colocando em evidência as forças motrizes de transformação das paisagens (Fadigas, 2007). Estas são forças que causam transformações através da influência de processos que alteram a dinâmica evolutiva das paisagens (Bürgi, 2004).

O estudo das forças motrizes de transformação das paisagens tem uma longa tradição nas abordagens científicas dentro da pesquisa geográfica da paisagem (Wood e Handley, 2001). Wirth, em 1969, distinguiu as forças económicas, sociais e políticas como os factores culturais mais importantes. Mais tarde Kates, Turner e Clark (1990) numa teoria geral sobre as relações Homem-Meio concluíram que o ser humano

constitui uma força motriz que induz transformações através, não só, de processos e actividades mas também devido ao seu comportamento e à sua organização.

Para Brandt *et. al.*(1999) pode-se contabilizar cinco tipos diferentes de forças motrizes de transformação das paisagens cujas designações são: socioeconómicas, políticas, tecnológicas, naturais e culturais. As forças socioeconómicas têm sobretudo a ver com as questões do funcionamento da economia global. No momento actual, os mercados, a globalização e os acordos multilaterais de comércio, representam fortes factores na dinâmica dos territórios, e das suas paisagens. As questões socioeconómicas são expressas em programas políticos, leis e acções, e por conseguinte, fazem com que as forças socioeconómicas e políticas estejam fortemente interligadas. Também os aspectos tecnológicos moldam a paisagem na medida em que contribuem para uma melhoria das acessibilidades, permitindo igualmente, por exemplo, para um maior acesso à informação, por exemplo.

De entre as forças motrizes naturais de transformação da paisagem podem distinguir-se os factores do lugar (clima, topografia, características do solo, etc.) através de transformações graduais de impacto localizado, mas variáveis a longo prazo e os desastres naturais cujas alterações podem ter um impacto lento (alterações climáticas) ou rápido (movimentos de massa, cheias, furacões, terremotos, entre outros) de acordo com a sua natureza. Por último, a cultura é inquestionavelmente uma força motriz de transformação da paisagem uma vez que lhe imprime um cunho profundo, sendo que, esta, por sua vez, inocula a cultura (Nassauer, 1995).

De acordo com a figura 1.5, pode-se verificar exemplos de forças motrizes com implicações na paisagem e o período de tempo necessário para que esses processos ocorram.

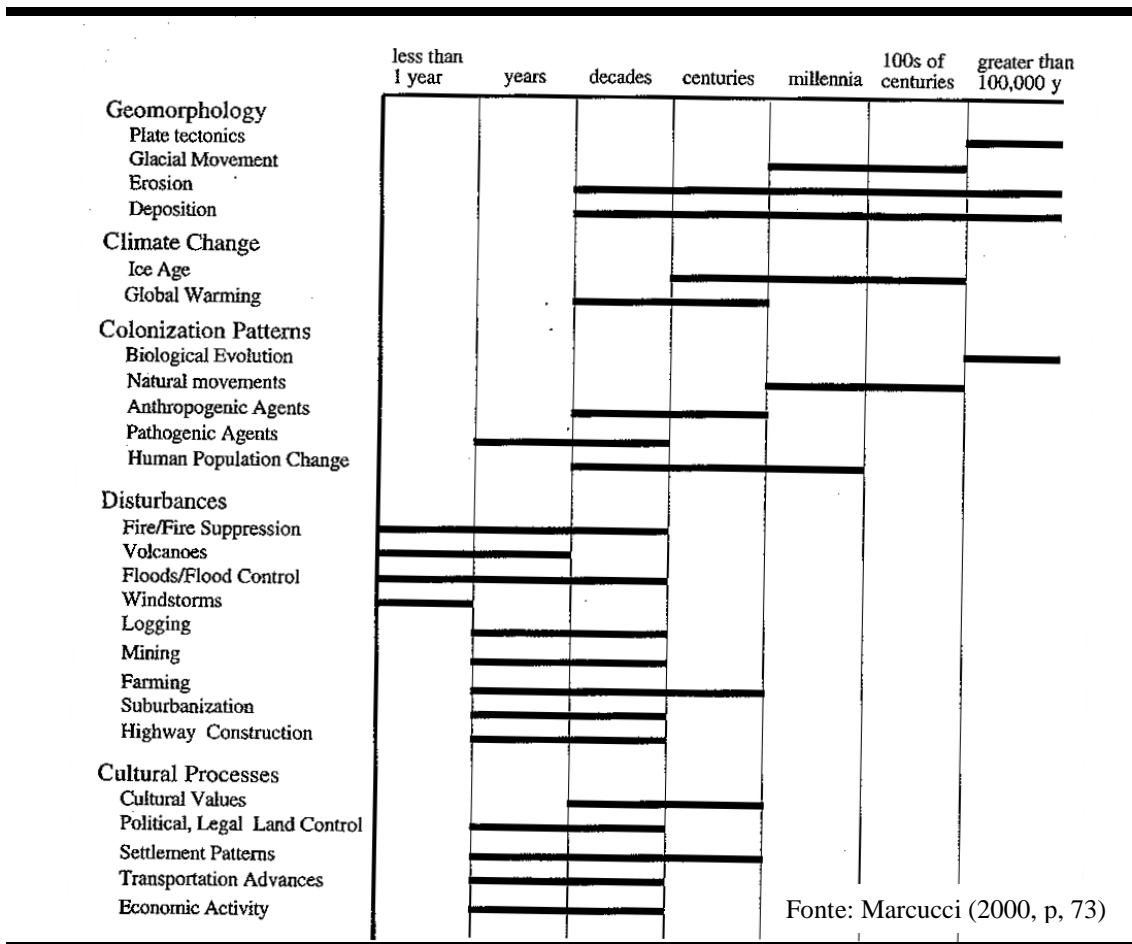


Figura 1.5: Período de tempo que as forças motrizes levam a modificar a paisagem

Para Antrop (2005), a análise das causas das alterações das paisagens nos últimos séculos mostram três principais forças motrizes cuja importância varia mutua e simultaneamente. Estas são: a acessibilidade, a urbanização e a globalização, no entanto, pode-se acrescentar os desastres naturais que actuam de forma imprevista.

Assim, em síntese, fica claro que a análise e o estudo da dinâmica das paisagens através da identificação das forças motrizes com implicações na sua transformação constituem um objectivo fundamental para se entender o território. No entanto, é necessário ter em conta quatro desafios neste tipo de análise, que são: (i) estudar não só os padrões espaciais mas também os processos que causaram as transformações; (ii) não extrapolar resultados no tempo e no espaço uma vez que cada paisagem é única; (iii) analisar cuidadosamente os dados de diferentes qualidades e; (iv) por ultimo identificar a escala espacial, temporal e institucional.

1.3 Instrumentos políticos e legais de protecção e conservação das paisagens

1.3.1. Nível Internacional

A inclusão das preocupações relativas à protecção e conservação da paisagem em documentos decorreu de diversos esforços, nos mais variados níveis de actuação. No que concerne ao nível internacional salientam-se dois documentos estruturantes que se devem considerar neste âmbito. O primeiro diz respeito à *Convenção relativa à Protecção do Património Mundial* (1972) e o segundo diz respeito à *Convenção sobre Diversidade Biológica* (1992).

A *Convenção relativa à Protecção do Património Mundial* prevê a identificação e classificação de valores patrimoniais que possam ser considerados exemplos de valor universal, incluindo neste domínio as paisagens culturais na lista de Protecção Mundial. Este título é atribuído quando “...as obras combinadas da Natureza e do Homem e que ilustrem a evolução da sociedade e dos aglomerados populacionais ao longo dos tempos, sob a influencia de constrangimentos e benefícios facultados pelo Meio natural e as forças sociais, económicas e culturais sucessivas, internas e externas...” (UNESCO, 2005, p.106). Fica implícito que as preocupações sobre a protecção da paisagem não se cingiam somente a uma componente da paisagem, mas sim à globalidade da paisagem numa perspectiva natural e antrópica.

Pode dizer-se que o estabelecimento destes preceitos tornou possível a implementação da categoria de paisagem cultural. As paisagens culturais e o conjunto dos seus bens culturais abrangidos pela Convenção para a Protecção do Património Mundial passaram a dividir-se, segundo Fadigas (2007: p.163) em três categorias principais:

- PAISAGEM CLARAMENTE DEFINIDA: paisagem concebida e criada pelo Homem de forma planeada. Engloba-se nesta categoria os jardins e parques, traçadas de forma a conferir uma fruição estética, garantindo, desse modo, um maior valor artístico e cultural;
- PAISAGEM ESSENCIALMENTE EVOLUTIVA: paisagem resultante de uma dinâmica com origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e que se formou segundo um processo contínuo em resposta ao meio natural. Estas

paisagens manifestam na sua estrutura e organização a matriz evolutiva que lhe deu origem. Esta categoria pode ainda ser dividida em duas subcategorias:

- *Paisagem relíquia*: representa as paisagens que sofreram um processo evolutivo interrompido em dado momento do passado, cujas características se mantêm visíveis;

- *Paisagem viva*: representa as paisagens que mantêm um papel socioeconómico activo na sociedade contemporânea devido, essencialmente, ao modo de vida tradicional em que o seu processo evolutivo se mantêm.

- **PAISAGEM CULTURAL ASSOCIATIVA**: a inclusão destas paisagens na Lista do Património Mundial dá-se por associação a motivações religiosas, artísticas e culturais, não evidenciando grande importância os elementos culturais materiais.

A *Convenção sobre Diversidade Biológica* não se limitou à protecção da Natureza, mas teve em conta uma óptica de desenvolvimento integrado. Esta Convenção promove o uso racional dos recursos naturais assente na manutenção das práticas agrícolas tradicionais, assegurando um desenvolvimento sustentável e a conservação da diversidade biológica. O Artigo 8º da Convenção constitui um elemento basilar para atingir os objectivos de salvaguarda da paisagem, mais concretamente a protecção da identidade cultural, na medida em que refere “*que as partes contratantes deverão respeitar e preservar os costumes e praticas das características locais, desde que estas não ponham em causa os objectivos da conservação* (UNEP, 1992, p. 7).

1.3.2. Nível Europeu

Ao nível europeu importa destacar a *Convenção Europeia da Paisagem* que constituiu um importante marco estratégico devido, essencialmente, à falta de instrumentos relacionados com esta temática existente em muitos dos estados membros da União Europeia. Pretendia-se, por isso, com este instrumento, promover a cooperação entre os países europeus, nomeadamente, com vista a alcançar e implementar um desenvolvimento equilibrado, estipulado pelo Conselho da Europa.

A ideia de elaborar um documento legal, que contribuísse para uma melhor gestão, protecção, planeamento e organização das paisagens europeias foi apresentada pela primeira vez em 1994. No entanto, só em Outubro do ano 2000 é que a Convenção foi formalmente concluída, contando em Dezembro de 2001 com 22 aderentes. No artigo 1º (Déjeant-pons, 2006, p.6) ficaram definidos os principais conceitos, entre eles:

- *«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos;*
- *«Política da paisagem» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem;*
- *«Objectivo de qualidade paisagística» designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;*
- *«Protecção da paisagem» designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana;*

Defende-se assim, uma visão global da paisagem, que enquadra não só as paisagens culturais com valor excepcional, mas também as paisagens ditas “comuns” e as degradadas. De acordo com o transcrito na Convenção, “...as partes interessadas deverão ter a incumbência de integrar a paisagem nas políticas de planeamento regional e urbano e na definição das políticas sectoriais, designadamente, ao nível da cultura, ambiente, agricultura, ou outras que directa ou indirectamente se relacionem com a paisagem...”(Déjeant-pons, 2006, p.7)

A *Convenção Cultural*, de 1954, embora abordando a paisagem numa perspectiva mais sectorial, foi uma das primeiras abordagens do Conselho da Europa relativamente à conservação do património cultural. A grande ênfase deste documento é dada à salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico, ressaltando a

necessidade de um desenvolvimento voltado para a protecção do património cultural da Europa.

Posteriormente, assente nos mesmos princípios da *Convenção Cultural*, o Conselho da Europa promoveu a *Convenção para a Protecção do Património Arqueológico* (1969) e, mais tarde, a *Convenção para a Protecção do Património Arquitectónico* (1985). Ambas as Convenções pretendiam dar ênfase aos processos de humanização e a sua relação com o Meio. Estas convenções representaram as primeiras abordagens na aproximação a uma protecção e conservação dos valores culturais da paisagem (Dias, 2002).

Mais recentemente, a *Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e da Paisagem* constitui um documento que pretende aliar e estruturar esforços no tema da salvaguarda da biodiversidade e da paisagem (Conselho da Europa, 1995).

A conservação das paisagens europeias corresponde a uma das acções deste instrumento, sendo a paisagem entendida como a forma e a fisionomia das diversas relações existentes entre a componente antrópica e biofísica em determinado território através da sua dinâmica ao longo do tempo. Assim, integrando factores como a diversidade cultural, identidade e economia regional, privilegiando um desenvolvimento apoiado nas próprias especificidades locais, que garanta, por sua vez a manutenção da protecção da diversidade biológica e da paisagem (Dias, 2002).

A implementação da *Rede Natura 2000* foi outro dos instrumentos desenvolvidos no âmbito da União Europeia, nomeadamente, através das Directivas *Aves 79/409* e *Habitats 92/43*. Os Estados membros onde o Tratado é aplicável delimitaram as áreas de conservação da Natureza (Figura 1.6), cujo objectivo consiste em proteger e promover a diversidade biológica através da conservação dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagem. Esta rede é, segundo o ICNB, formada por:

- ZONAS DE PROTECÇÃO ESPECIAL (ZPE)¹, estabelecidas ao abrigo da Directiva *Aves*, destinam-se, principalmente a garantir a conservação das espécies de aves, e dos seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular;

¹ Informação retirada do site do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000+2010/>

- ZONAS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO (ZEC), criadas ao abrigo da Directiva Habitats, cujo objectivo declarado consiste em "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens, considerados ameaçados no espaço da União Europeia".

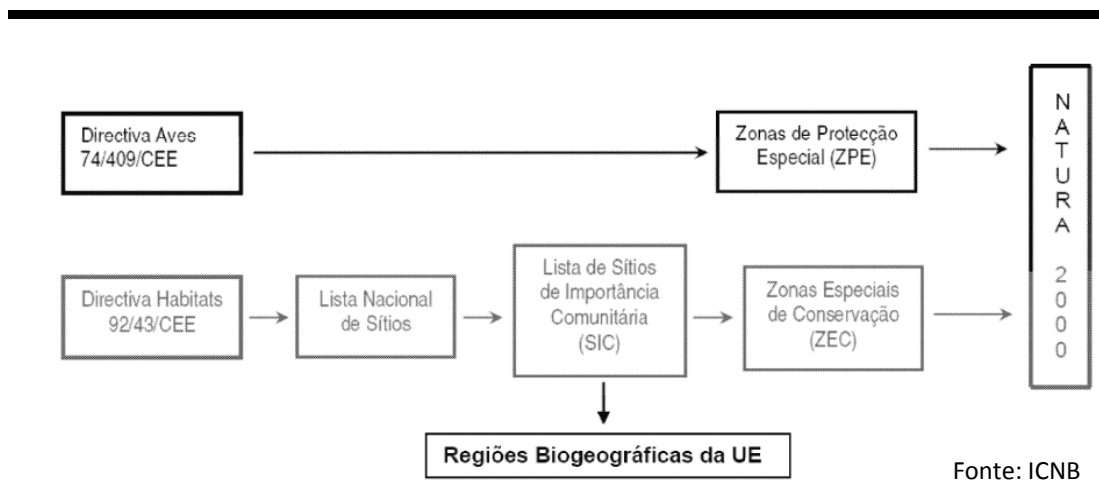


Figura 1.6: Processo de implementação da rede Natura 2000.

De maneira a garantir a efectivação destes objectivos foi e será necessária a aplicação de políticas sectoriais e a aplicação de mecanismos essenciais para proteger e conservar os valores ambientais, mas também proporcionar a que sejam áreas produtivas.

A *Agenda 2000* teve implicações na Política Agrícola Comum (PAC), nomeadamente porque incorporou preocupações ambientais na actividade agrícola e implicou uma reflexão ao nível do desenvolvimento rural. Os efeitos deste documento no ordenamento da paisagem deram-se, fundamentalmente, com a aplicação de políticas de reforço ao financiamento agrícola que eventualmente podem contribuir para o melhoramento da paisagem (Dias, 2002).

Por fim, ainda a este nível foi concebido o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC). Este determinou os princípios gerais de desenvolvimento do espaço europeu, apoiando-se na manutenção e reforço da identidade e promoção da diversidade do carácter natural e cultural das regiões (Dias, 2002).

1.3.3. Nível Nacional

A nível nacional a protecção da paisagem e, mais concretamente, dos recursos naturais teve, no final do século XIX, uma maior vulnerabilidade, nomeadamente através do estabelecimento de instrumentos de protecção e gestão da água e de algumas espécies vegetais autóctones, o Sobreiro e a Azinheira (Cabral, 1980). A política de conservação da Natureza logrou, passados cerca de um século, em 1970, a primeira consagração legal realmente eficaz, com a publicação da Lei nº. 9/70, de 19 de Junho, que introduziu as noções de parque nacional e a definição legal de reservas, tornando possível a criação da primeira reserva, o Parque Nacional da Peneda Gerês, em 1971.

A própria Constituição contém referências quanto à protecção e classificação das paisagens, nomeadamente, no seu Art.º 66, segundo o qual “...*Incumbe ao Estado... classificar e proteger as paisagens*”, assim como, “*ordenar e promover o ordenamento tendo em vista (...) as paisagens biologicamente equilibradas...*”.

A criação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) em 1982 e 1983, respectivamente, revelam, por um lado, o aumento da preocupação e a salvaguarda dos solos de maior produtividade agrícola e, por outro, a consciência da necessidade de preservar e proteger os ecossistemas.

O reconhecimento da diminuta percentagem de solos nacionais com aptidão agrícola é descrito no documento que estabelece a RAN, o Decreto-Lei nº 451/82, de 16 de Novembro. Este documento determina um conjunto de regras destinadas a salvaguardar os solos de maior produtividade, como reserva estratégica nacional e instrumento de desenvolvimento agrícola, evitando assim, a mudança de usos no decurso dos processos de ordenamento do território e de planeamento urbano.

Outro instrumento importante neste âmbito diz respeito à Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) que, nos artigos 18º e 19º, faz referências à paisagem, através de regulamentações, inventários e cartografia, embora estes nunca tenham sido aplicados. A paisagem é mencionada, essencialmente, através da conceptualização do termo nos seus aspectos de ordem estética (Dias, 2002).

Em 1995 foi criado o *Plano Nacional de Política do Ambiente* (Resolução do Conselho de Ministros nº 38/95, de 21 de Abril), fazendo-se uma referência à paisagem, especialmente no 2º Capítulo, denominado “Conservação e Valorização do Património Natural e da Paisagem”. É salientada a importância da conservação e valorização do

património natural e da paisagem, nomeadamente, quando refere, de forma directa, a necessidade destas temáticas se enquadrarem numa primeira linha da política do Ambiente. Este instrumento prevenia para as acções que desrespeitassem os valores naturais e as paisagens. Assim, este previa o reforço da participação da sociedade civil na enunciação e consecução das políticas do Ambiente, através do ordenamento ambiental das actividades produtivas e a supressão da carência de infra-estruturas necessárias à protecção ambiental, salubridade e da qualidade de vida dos cidadãos.

De entre os instrumentos relacionados com o Ordenamento do Território destaca-se a Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei 48/98, de 11 de Agosto), essencialmente, no seu Artigo 6º (objectivos do ordenamento do território e do urbanismo) através do estabelecimento de diversas indicações. O seu regime jurídico (Dec. Lei 380/99, de 22 de Setembro) desenvolve o regime de uso do solo e dos instrumentos de gestão territorial, sendo referido também, que os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's) deveriam ser acompanhados de um relatório que estabelecesse, entre outros elementos, a definição de unidades de paisagem.

Recentemente, o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT), Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro, mais concretamente, no seu programa de acção, denomina o seu objectivo estratégico 1 como: “...*Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural...*”, interessando ainda o ponto 10 dos objectivos específicos que intitulam “...*proteger e valorizar as paisagens e o património cultural...*”.

Já no século XXI destaca-se a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2001) que empreendeu um esforço em relação à problemática da paisagem e na sua ligação com a conservação da diversidade biológica e a urgência desta ser estudada. Uma das suas alíneas mais importantes descreve que este documento deverá “...*desenvolver a caracterização e o conhecimento sobre a evolução da paisagem, bem como promover a sua avaliação do ponto de vista do seu contributo para a conservação da biodiversidade e do valor cultural e estético, tendo em vista as decisões relevantes, nomeadamente no domínio da conservação e da gestão territorial...*”.

Em 2001, e de forma complementar, foram estabelecidas as *Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, nomeadamente, assumindo-o “...*como uma realidade da maior relevância para a compreensão,*

permanência e construção da identidade nacional...². A ênfase centra-se, essencialmente, no edificado ou no património arquitectónico, embora faça referência à paisagem enquanto valor a salvaguardar. Neste âmbito é de realçar o artigo 44º, que diz respeito à defesa da qualidade ambiental e paisagística através da definição de formas de assegurar a coerência do património cultural imóvel e que estes sejam potenciados através da valorização dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.

Neste sentido, convém realçar as componentes do regime de valorização, presentes no seu artigo 70.º e mais particularmente a sua alínea c, dizendo respeito à “...*protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios...*”.

Fica assim demonstrado, que a paisagem é um conceito, recorrentemente, citado e referenciado na produção de diversos documentos legais, a diferentes níveis de actuação, cujo principal interesse é alertar para a necessidade de se proceder a uma protecção dos valores paisagísticos.

² Artigo 1º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro

CAPÍTULO II

Aspectos metodológicos adoptados

2.1 Problemática, justificação da escolha do caso de estudo

A área objecto de estudo da dissertação encontra-se abrangida pelos limites da região estatística NUTS III, com a designação de Beira Interior Sul. A sua localização corresponde ao Interior Centro de Portugal Continental, mais precisamente aos limites administrativos dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão. A sua área total abrange e o seu limite Sul coincide com o rio Tejo, Este com Espanha, Oeste com a região NUTS III de Pinhal Interior Sul e a Norte com a Beira Interior Norte e Cova da Beira. “Beira”.

A escolha desta região deve-se, essencialmente, à importância da região como interface entre a paisagem aplanada do Alentejo e a paisagem do planalto Beirão. Por vezes, em Portugal era comum dividir territorialmente o país entre Norte e Sul com o rio Tejo a ser a força motriz para dividir e isolar populações. No entanto, este funcionou como um elo charneira nesta área raiana, onde a paisagem e modo de vida agrário adquiriram expressão semelhante dos dois lados das suas margens. Neste sentido, a escolha da área de estudo poderia ter incidido na Beira Baixa, região que engloba não só a Beira Interior Sul, mas também a Cova da Beira e o Pinhal Interior Sul.

A paisagem, conceito que integra uma coerência territorial, uma realidade perceptiva e uma identidade cultural permite estudar a região de forma integrada e assim perceber qual a dinâmica implícita na construção desta, no intuito de promover a coesão territorial.

Assim, desenvolveu-se uma análise da Beira Interior Sul assente no conceito de paisagem, pois considerou-se a melhor forma de estudar, de forma adequada as suas relações, a sua dinâmica e as suas características o caso de estudo.

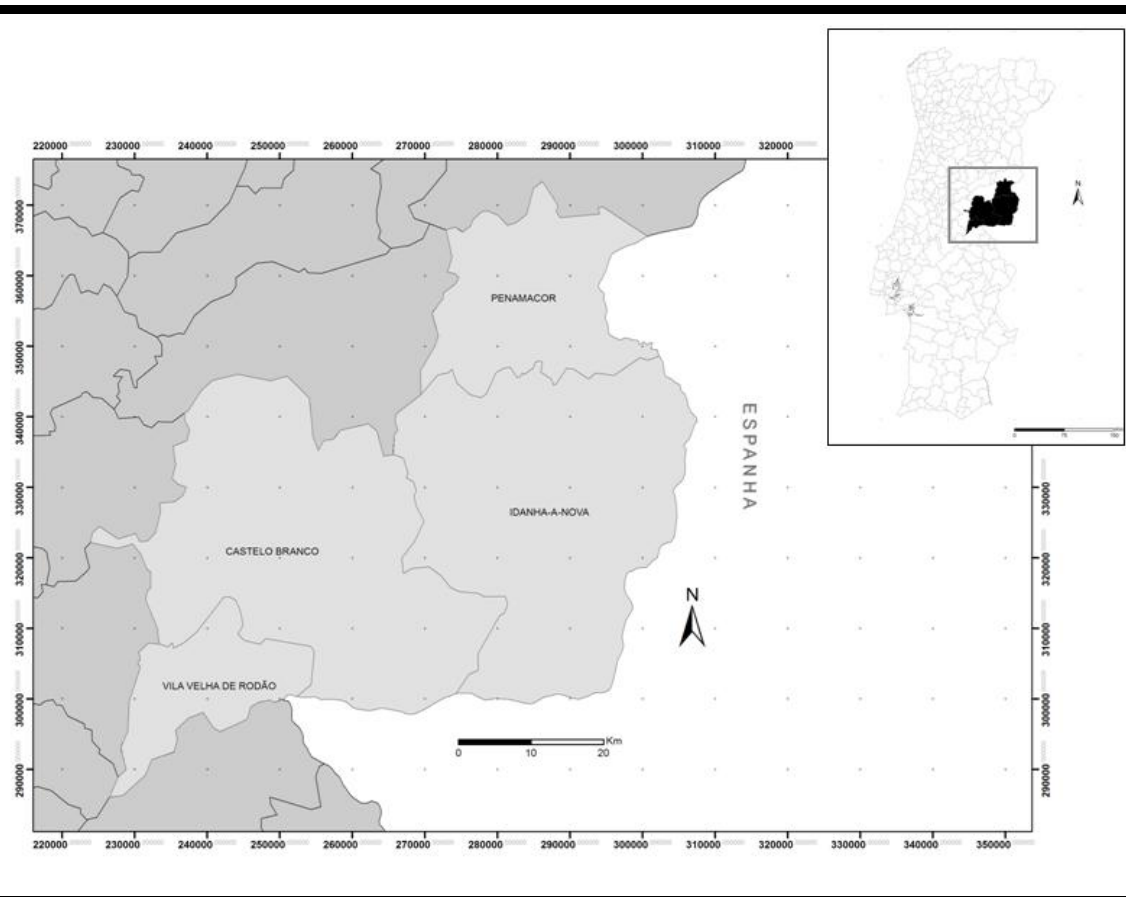


Figura 2.1: Localização da região NUTS III da Beira Interior Sul (Caso de Estudo).

2.2 Objectivos

Com o presente estudo pretende-se atingir os objectivos que se enunciam de seguida:

- Analisar e descrever o Meio biofísico da região e relacioná-lo com o processo de estruturação da paisagem;
- Conhecer a génese e os processos históricos de construção da paisagem da Beira Interior Sul;
- Análise do processo de modelação da paisagem pelas actividades humanas, principalmente com recurso ao estudo das ocupações de solo dos últimos quarenta anos;

- Identificar e caracterizar as unidades de paisagem da região e avaliá-las tendo em conta a sua identidade e carácter;
- Compreender o potencial de cada unidade de paisagem, através do estudo das preferências de cada grupo funcional sobre a paisagem rural;
- Testar quais as expectativas que os utilizadores têm relativamente à função que a paisagem da região deverá assumir;
- Propor linhas de actuação com implicações na melhoria da qualidade da paisagem.

2.3 Aspectos metodológicos

A abordagem metodológica desenvolvida passa por uma avaliação da região Beira Interior Sul e das suas unidades de paisagem através de uma análise das características mais determinantes do seu território. Esta análise incide numa pesquisa sistemática e integrada sobre as suas componentes e a sua dinâmica, procurando, sobretudo, entender as interações estabelecidas entre o Homem e o Meio. Do mesmo modo, importa compreender a evolução histórica do povoamento, procedendo à identificação dos vestígios que testemunhem as intervenções ao longo do tempo.

Conforme se pode constatar pela observação da figura 2.2, sugere-se uma estruturação de um esquema metodológico assente em 4 etapas distintas, que se podem enumerar como:

- 1) Caracterização das componentes da região;
- 2) Avaliação das unidades de paisagem;
- 3) Testar as preferências dos diferentes utilizadores da paisagem;
- 4) Proposta de medidas de actuação.

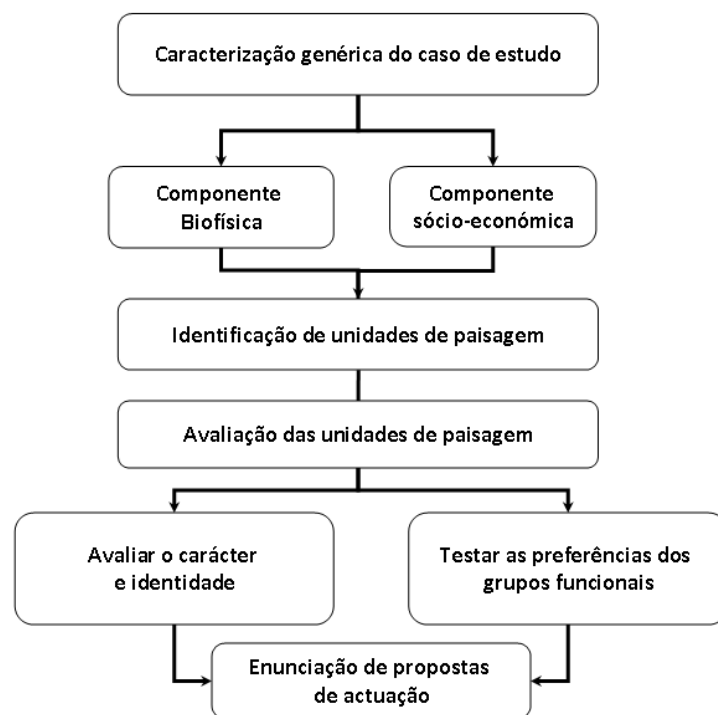


Figura 2.2: Esquema metodológico da presente dissertação

A avaliação da paisagem tem uma forte tendência subjectiva, que pode ser estudada segundo, Pinto-Correia (2005) a partir de métodos distintos: directos, indirectos e mistos.

- a) **Métodos Directos:** a avaliação realiza-se a partir da observação da paisagem no local e pelo uso de auxiliares (fotografias, cartografia, vídeos ou gravuras), dando origem a diferentes níveis de subjectividade durante o processo. O agente de valorização poderá ser o público em geral e grupos representativos da sociedade;
- b) **Métodos Indirectos:** o estudo é realizado através da decomposição da paisagem e da análise dos seus componentes ou das características estéticas, de acordo com diferentes juízos de valor e segundo critérios de pontuação e classificação pré-estabelecidos;

c) Métodos Mistos: a valorização é feita de forma directa, realizando-se depois, através de análises estatísticas, o estudo da participação de cada componente ou elemento no valor total da paisagem.

A avaliação visual da paisagem, neste estudo, privilegiou o método misto que se concretizou no ponto do teste às preferências da paisagem.

Assim, na dissertação adoptou-se uma análise pericial, composta por uma pesquisa bibliográfica e estatística, sistematização, trabalho de campo e consultas junto dos grupos funcionais definidos. Nos pontos subsequentes serão explicadas em maior pormenor os aspectos metodológicos das três primeiras etapas.

2.3.1 Caracterização do caso de estudo

Este ponto concretizou-se através da recolha de informação variada sobre as componentes da paisagem, sistematizando-a e, posteriormente, tratando-a para que os respectivos dados se encadeiem no sentido da compreensão da região.

A organização metodológica pretendida fez com que esta fase fosse, essencialmente descritiva, apostando-se numa abordagem global à área de estudo que se traduziu, no ponto seguinte, na definição das unidades de paisagem. Incluiu-se neste ponto a selecção dos aspectos (variáveis) considerados relevantes para uma análise nos domínios das componentes biofísicas e socioeconómicas que se enunciam, de seguida, no quadro 2.1.

Quadro 2.1: Aspectos considerados na análise e avaliação da paisagem da região.

COMPONENTES BIOFÍSICAS	
Relevo	Contribui para determinar as situações ecológicas diferenciadas, caracterizadas pela distribuição irregular do solo, da água, dos microclimas e da vegetação. É também importante para caracterizar a evolução da ocupação do território.
Clima	Facilita o entendimento da forma como as condições climáticas afectam a distribuição da vegetação, das culturas agrícolas, dos núcleos edificados, entre outros.
Hidrografia	Garante informações que explicam a ocupação do território e dinâmicas naturais,

	determinando a localização dos aglomerados populacionais, do tipo de exploração agrícola, da existência de albufeiras e de ecossistemas com elevado valor natural.
Litologia	Importante para explicar a génese e morfologia do território, da formação dos solos e dos materiais de construção utilizados.
Recursos biológicos	Promove a compreensão integral do sistema natural, permitindo a identificação dos valores naturais para a conservação da natureza. A vegetação assume uma das condições mais favoráveis na qualidade da paisagem, já que, sustenta uma importante expressão visual e manifesta os níveis de diversidade biológica.

COMPONENTES SÓCIO-ECONÓMICAS

Evolução histórica	Contribui para explicar as alterações verificadas historicamente e que determinaram a construção da paisagem.
Uso do solo	Importante para perceber a distribuição espacial e as características do coberto vegetal, interdependência e relação com os factores biofísicos. Permite também entender a dinâmica temporal dos usos do solo.
População e Povoamento	Torna possível a compreensão da demografia da região, sobretudo a sua evolução e distribuição espacial, assim como as suas condições sociais. O tipo de povoamento e a sua ligação com a rede viária é também considerado.
Património construído	Possibilita a análise dos elementos ou espaços do património arquitectónico histórico, sendo importante para referenciar as técnicas e materiais de construção

Os dados necessários à análise dos aspectos biofísicos e humanos, referidos no quadro 2.1, foram recolhidos através de um trabalho de pesquisa a estudos já publicados, assim como, recorrendo a bases estatísticas, relativos, sobretudo, aos Censos da População, Recenseamentos Gerais Agrícolas e Inventário Florestal Nacional. Para além destes dados, usou-se cartografia diversa, nomeadamente, relativa ao relevo, litologia, clima, rede hidrográfica, ocupação do solo, cartas militares, ortofotomapas entre outros, que se revelou importante não só para caracterizar a região, mas também para definir, posteriormente, as unidades de paisagem.

2.3.2 Definição e avaliação das unidades de paisagem

Numa primeira fase, foi feita uma recolha da bibliografia relativa à definição de unidades de paisagem para o território nacional, cujo resultado evidenciou duas obras

fundamentais. A primeira diz respeito ao texto de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro (1ª edição, 1945), que dividiu o território em regiões específicas. A segunda refere-se ao estudo *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, de Cancela d'Abreu *et al* (2004). Estas duas obras constituíram-se como o ponto de partida para a definição das unidades de paisagem, no entanto, a primeira era demasiado ampla e a segunda demasiado diminutiva, já que, fraccionava a área de estudo em demasiadas sub-unidades. Deste modo, estabeleceu-se a necessidade de definir as unidades de paisagem, servindo as obras anteriores como exemplos a ter em conta.

O trabalho de definição das unidades de paisagem coincidiu com a organização da informação cartográfica, com base nas variáveis consideradas relevantes e possibilitando a análise dos seus componentes. Paralelamente, procedeu-se a um trabalho de registo dos dados, utilizando os sistemas de informação geográfica, neste caso, o Arcview, versão 9.2 e subsequente sobreposição da informação cartográfica. A informação cartográfica considerada é descrita, de forma sumária, no quadro 2.2.

Quadro 2.2: Cartografia utilizada na definição das unidades de paisagem.

Variáveis	Tipo	Fonte
CAOP	Raster	- Carta administrativa Oficial Portuguesa (IGP)
Precipitação Total	Vectorial	- Agência Portuguesa do Ambiente
Temperatura média anual	Vectorial	- Agência Portuguesa do Ambiente
Hipsometria	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Rede Hidrográfica	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Litologia	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Solos	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Áreas protegidas	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Capacidade de uso do solo	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente
Uso do solo	Vectorial	- Carta Corine - Carta Agrícola e Florestal

Densidade populacional	Raster	- Agência portuguesa de Ambiente
Rede viária	Raster	- Instituto Geográfico Português
Recursos Turísticos	Vectorial	- Agência Portuguesa do ambiente

A informação cartográfica foi organizada e estruturada de forma a proceder-se a um trabalho de cruzamento e correlação dos diferentes níveis de informação. Os resultados obtidos foram complementados por um trabalho de fotointerpretação, com recurso a Ortofotomapas provenientes do voo realizado em Outubro de 2010. A conclusão destas operações proporcionou um primeiro esboço da definição das unidades de paisagem. Este foi complementado, posteriormente, com o trabalho de campo e consequente obtenção de registos fotográficos, para se validar os limites e coerência dos resultados.

A análise de cada unidade de paisagem foi realizada, principalmente, a partir do trabalho de campo, incluindo o levantamento fotográfico e preenchimento da ficha de levantamento paisagístico (em anexo). Este trabalho foi realizado em dias seguidos, em condições de boa visibilidade, nomeadamente, com a visualização do território a partir de locais com vistas abertas e panorâmicas. Neste sentido, foram efectuados o levantamento do carácter da paisagem com recurso à ficha de apoio nos locais evidenciados no quadro 2.3.

Quadro 2.3: Pontos de onde foram feitos o levantamento das fichas de apoio.

Unidade de paisagem	Local
Unidade A - Serras da Malcata, da Gardunha e de Penha Garcia	- Ruínas do Castelo de Penamacor - Castelo de Monsanto
Unidade B – Campo Albicastrense e campo raiano	- Castelo de Monsanto - Muralhas e Miradouro de São Gens, em Castelo Branco
Unidade C – Campanha de Idanha	- Vista da Sr ^a da Graça em Idanha-a-Nova - Castelo de Penha Garcia
Unidade D – Beira Baixa e Tejo Internacional	- Castelo de Ródão e da Capela Nossa Sra do Castelo

A ficha de caracterização foi concebida de forma a estabelecer os aspectos comuns e os seus atributos mais marcantes. Perante este facto, e devido à dimensão física das próprias unidades foi necessário percorrer diversos locais e pontos elevados, para além dos locais evidenciados no quadro 2.3. Paralelamente percorreu-se as principais povoações inseridas em cada uma das unidades de paisagem de forma a completar e entender a génese do povoamento.

O resultado desta fase foi uma carta de unidades de paisagem, incluindo a definição do carácter e identidade de cada uma delas.

2.3.3 Recolha e análise dos dados dos inquéritos

O modelo metodológico definido passa pela associação de um enfoque científico, abstracto e quantitativo a uma abordagem empírica e sensorial. Neste sentido, considerou-se importante analisar a percepção da população local, dividida por grupos funcionais, relativamente a diversos aspectos da paisagem. Para esta análise procedeu-se à concepção de um inquérito assente nas seguintes fases:

1. Recolher e proceder à triagem, a partir de uma amostra aleatória estratificada, das fotografias mais representativas das unidades de paisagem. Para cada unidade de paisagem recolheu-se 5 fotografias, sendo seleccionada apenas uma como a mais representativa de cada unidade de paisagem.
2. Identificar as classes de uso do solo mais significativas da região e posterior selecção de fotografias a que corresponde cada uma dessas ocupações do solo. As classes de ocupação do solo seleccionadas foram as culturas temporárias, as pastagens permanentes, as culturas permanentes (olival), o agro-florestal arborizado (montado de sobro), o agro-florestal não arborizado (matos) e o florestal (pinhal). Não sendo possível apresentar fotografias representativas de todos os tipos de classe de ocupação de solo, optou-se por simplificar, nomeadamente no que diz respeito às culturas temporárias, agro-florestal arborizado e floresta, apresentando para cada uma delas uma fotografia de cultura de tabaco, de montado de sobro e de pinhal respectivamente.
3. Definir e identificar o universo do inquérito, constituído pelos grupos de utilizadores mais importantes, estando cada um deles vinculado a uma função da

paisagem. Os grupos seleccionados foram os caçadores, os agricultores, os residentes locais e os turistas;

4. Definir a amostra segundo a qual incidiu a realização do inquérito. Foi considerada suficiente uma amostra de 200 indivíduos, estratificados de igual forma pelos 4 grupos funcionais. Deste modo foram realizados 50 inquéritos por grupo funcional, para analisar a percepção da paisagem.
5. Elaborar o guião do inquérito. O inquérito foi estruturado em três secções distintas, sendo a primeira sobre as preferências da paisagem, a segunda sobre a percepção relativamente à participação pública e a última dizendo respeito à caracterização do indivíduo.

O tipo de questões usadas foram, essencialmente fechadas, embora algumas apresentassem a hipótese de se colocar outra opção. As respostas às questões fechadas foram estruturadas, essencialmente com utilização de escala, mais precisamente a escala de Estimativa Numérica (Numeric Rating Scale - NRS). A utilização desta escala correspondeu à necessidade de mensurar as tendências dos grupos funcionais relativamente à qualidade das unidades de paisagem e avaliar a atitude perante a participação pública. Para além da estruturação em escala, efectuou-se questões com múltiplas escolhas e escolhas simples.

Os inquéritos foram realizados presencialmente em Fevereiro de 2011, sobretudo em Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha e Monsanto. Relativamente aos agricultores, os inquéritos foram realizados em dois pontos diferentes, na sala de parcelário da Direcção Regional da Beira Interior em Castelo Branco e na sala de parcelário da CONFAGRI em Idanha-a-Nova. Os caçadores foram inquiridos na Associação Recreativa de Caça e Pesca da Boa Esperança. Os inquéritos aos turistas e residentes foram realizados nos locais mencionados anteriormente.

A análise dos dados foi feita, primeiro considerando os grupos de utilizadores da paisagem através de uma análise estatística descritiva simples, por frequência, permitindo a compreensão das preferências e comportamento de cada grupo, relativamente à paisagem. Depois optou-se por uma análise de correspondências múltiplas em que se analisa os indivíduos com preferências semelhantes, conforme as questões levantadas.

CAPÍTULO III

ANÁLISE INTEGRADA DA PAISAGEM DA BEIRA INTERIOR SUL

3.1 As condições físicas da região

A evolução do relevo deu-se, segundo Ribeiro (1995), pelo desgaste da Cordilheira Hercínica, representada actualmente pelas cristas quartzíticas, que alojavam em profundidade uma grande quantidade de granito, que com o tempo acabou por emergir à superfície. Mais tarde, durante a Era secundária teve lugar o aplanamento e, por conseguinte, a rede hidrográfica assentava e circulava lentamente, proporcionando a deposição dos aluviões (Ribeiro, 1990).

Durante o Terciário, o ciclo orogénico voltou a manifestar-se, fazendo com que a superfície então existente, se quebrasse em grandes compartimentos e se formasse uma grande rede de desligamentos (orientação dominante Nordeste – Sudoeste), ou seja, descontinuidades ao longo das falhas de que é exemplo “...o grande degrau que se segue de Vila Velha de Ródão até Monfortinho ladeado em parte pelo rio Ponsul...” (Ribeiro, 1995: p.437). Esta actividade orogénica proporcionou o aparecimento de desníveis do relevo que, por sua vez, tornaram os rios irregulares e leitos mais fundos os quais, no fim, permitiram o afloramento dos quartzitos na paisagem (Ribeiro, 1991).

O final do Terciário (Paleogénico) fica marcado por um clima árido com ocorrência esporádica de precipitações violentas, com grande poder erosivo e de transporte. Assim, a cadeia montanhosa deu, progressivamente, lugar a formas mais monótonas e aplanadas de onde se destacavam as cristas quartzíticas e os inselbergs. Associados a estes relevos residuais (inselbergs) estavam os blocos arredondados de granito provenientes do recuo das vertentes. Os processos de desagregação mecânica organizavam-nos de forma irregular pela superfície plana. Esta superfície aplanada foi, ao mesmo tempo, sulcada pelos leitos dos rios, constituindo vales estreitos e profundos.

Actualmente e, em termos gerais, pode-se referir que o relevo da Beira Interior Sul é plano, sobretudo na extensa superfície de Castelo Branco. No entanto, estendem-se alguns relevos, nomeadamente, a Nordeste a serra da Malcata (1072 metros) e a crista quartzítica de Penha Garcia (828 metros) e a Noroeste as serras da Gardunha (1226

O clima da Beira Interior Sul é temperado, apresentando, no entanto, amplitudes térmicas pontualmente elevadas, com humidade reduzida, na transição entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Ribeiro, 1998). A aridez é uma característica muito marcada, em função da continentalidade.

A caracterização climática da região da Beira Interior Sul foi avaliada tendo por base os dados de precipitação e temperatura para um período de 30 anos (1931-1960), originárias das Normais Climatológicas do Instituto de Meteorologia. Deste modo, foram observados os dados médios das estações Meteorológicas de Termas de Monfortinho e de Castelo Branco localizadas, respectivamente, no limite Este (junto a Espanha) e no Centro Oeste da região.

Os valores médios da temperatura não divergem muito, tal como observado na Figura 3.2, concluindo-se que a temperatura média diária varia entre os 7.5 e 16°C. O Norte de Castelo Branco, devido à proximidade da Serra da Gardunha, apresenta temperaturas médias mais baixas variando entre 7,5 e 10°C, sendo a precipitação superior a 1000mm (Figura 3.2). Ainda relativamente à temperatura pode-se referir que a estação de Termas de Monfortinho regista um maior número médio de dias por ano em que a temperatura é inferior a 0°C (22 dias) e superior a 25°C (130 dias), relativamente à estação meteorológica de Castelo Branco, 4 e 118 dias respectivamente.

Relativamente à precipitação observa-se, aproximadamente uma variação da quantidade total anual entre os 600 e os 800 mm (Figura 3.3), sendo que as áreas onde se registam maiores registos estão localizados no Norte dos concelhos de Castelo Branco e de Penamacor, pois situam-se nas zonas de influência das cadeias montanhosas, mais sujeitas às influências das precipitações.

Acerca das características do clima da Beira Interior Sul, Ribeiro (1995:439), afirma que “... *as chuvas de Outono duram semanas nas serras... O Inverno pode ser frio e geoso, mas a neve é rara. O Verão, esse, é escaldante e dura, dura, por límpidos dias de Outono e Novembro, que lentamente se carregam de humidade, por noites cálidas e longas...*”.

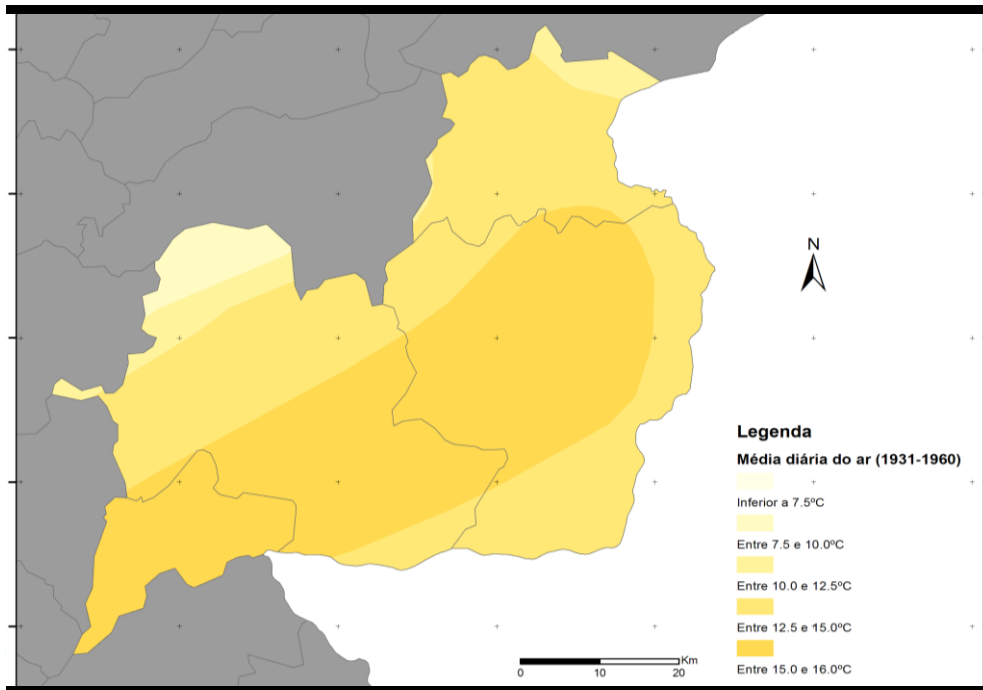


Figura 3.2: Carta com a temperatura média anual na Beira Interior Sul.

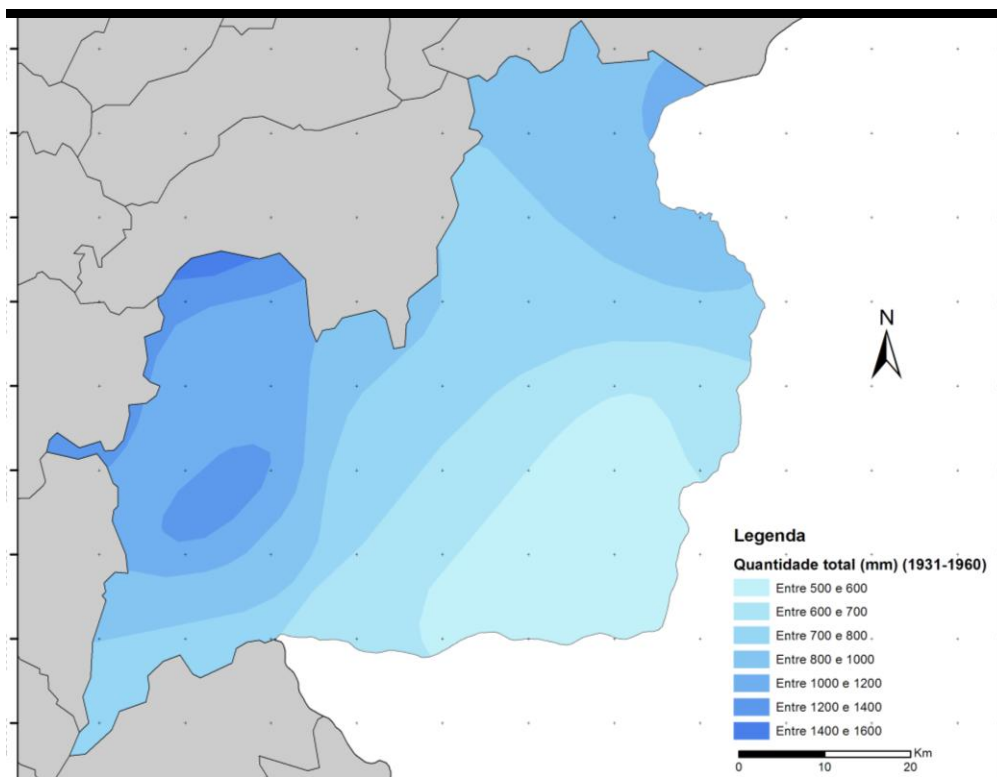


Figura 3.3: Carta com a precipitação média anual na Beira Interior Sul.

Os sistemas hídricos da região, que englobam bacias hidrográficas dos principais cursos de água e albufeiras, inserem-se na bacia hidrográfica do Tejo (sub-bacias do

Erges, Ponsul e Ocreza). Na Beira Interior Sul existem diversos rios e ribeiras, formando uma densa rede hidrográfica, sendo os mais importantes os rios Tejo, Ocreza, Ponsul, Erges, a ribeira de Meimoa e a ribeira de Aravil (Figura 3.1). Os cursos de água seguem, geralmente, uma orientação Norte – Sul, Nordeste – Sudoeste e Este – Oeste. Os cursos de água apresentam um regime irregular, variando ao longo do ano, segundo as características do clima.

Existem oito albufeiras na região, que podem ser classificadas, segundo o Sistema Nacional Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) como “protegidas” ou de “utilização livre”. Como albufeiras protegidas consideram-se aquelas cuja água é, ou prevê-se que venha a ser, utilizada para abastecimento das populações e que sejam parte integrante de ecossistemas com elevado valor de conservação. A classificação de “utilização livre” aponta que a albufeira dispõe de condições que permitem, sem prejuízo dos seus principais usos e funções, a coexistência das diversas modalidades recreativas. Apenas a barragem do Fratel está classificada como de utilização livre.

Quadro 3.1: Principais usos dos sistemas hídricos.

Bacia Hidrográfica	Albufeira	Linhas de água	Principais usos da água	Classificação das albufeiras
Tejo	Albufeira de Meimoa	Ribeira de Meimoa	Abastecimento doméstico e rega	Protegida
	Albufeira de Penha Garcia	Rio Ponsul	Abastecimento doméstico e rega	Protegida
	Albufeira de Sta. Agueda	Rio Ocreza	Abastecimento doméstico	-
	Albufeira do Pisco	Rio Ramalhos	Abastecimento doméstico e rega	Protegida
	Albufeira de Idanha	Rio Ponsul	Energia, Rega e Abastecimento Industrial	Protegida
	Albufeira da Touliça	Ribeira da Touliça	Abastecimento doméstico	Protegida
	Albufeira de Fratel	Rio Tejo	-	Utilização livre
	Albufeira da Pracana	Rio Ocreza	-	Protegida

Fonte: (SNIRH-INAG, 2004)

Do ponto de vista litológico a região da Beira Interior Sul é constituída predominantemente, por rochas ácidas. Entre estas verifica-se uma predominância das rochas ácidas duras (aproximadamente 78,6%) em relação às rochas ácidas brandas (aproximadamente 21,4%). Nas rochas ácidas duras predominam os complexos xisto-grauvâquios ocorrendo, no entanto, vastas manchas de granitos e de arcoses e, ainda quartzitos. As rochas ácidas brandas correspondem maioritariamente às cascalheiras, existindo, em menor percentagem aluviões, areias, arenitos e argilas.

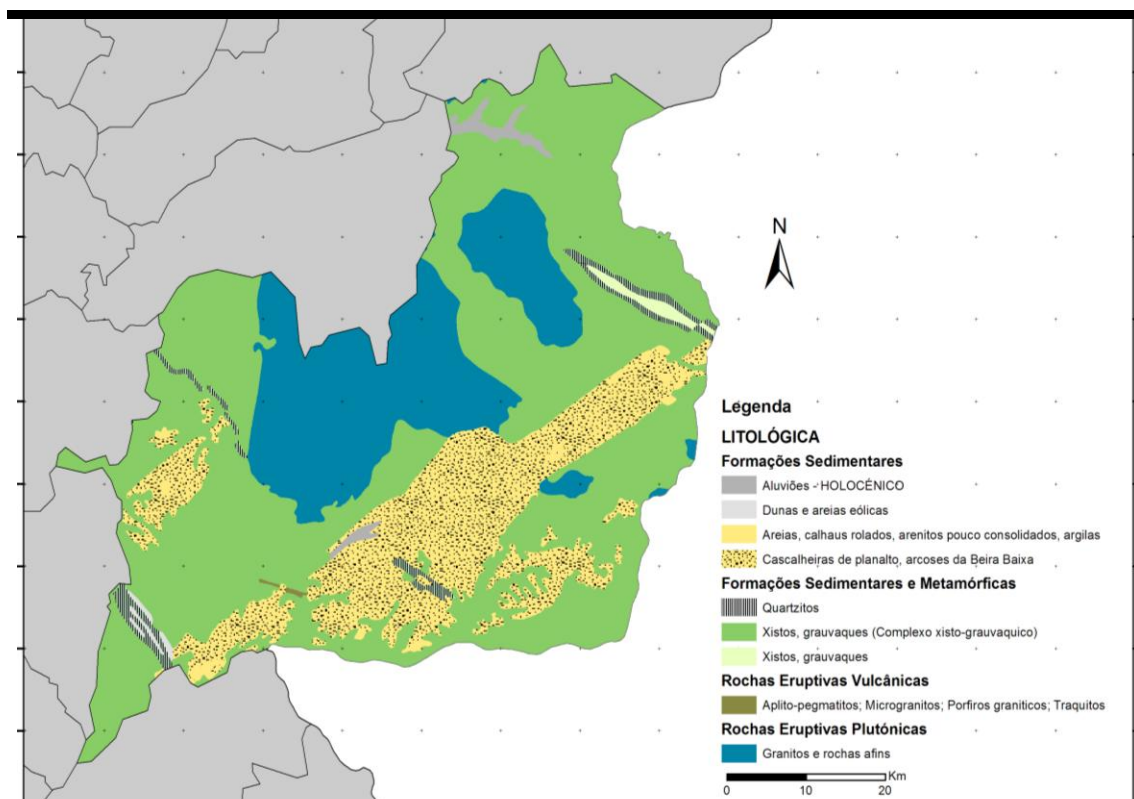


Figura 3.4: Carta litológica da Beira Interior Sul

Os solos dominantes neste território correspondem aos solos Litólicos Húmicos, em com uma fase delgada. Para Sul, destaca-se uma área de Litossolos associados a solos Mediterrâneos em parte fase delgada (xistos e grauvaques), destacam-se extensões muito significativas de:

- Solos Litólicos não Húmicos, em parte fase delgada (granitos), correspondendo aproximadamente à área de Castelo Branco, Penamacor e Idanha;

- Solos Mediterrâneos pardos e vermelhos, em parte fase delgada, acompanhados por solos Litólicos não Húmicos, em parte fase pedregosa (depósitos arcósico-argilosos e cascalheiras), a Sul da anterior, e a nascente desta superfície dominam os Litossolos de xistos;
- Solos Mediterrâneos vermelhos, em parte fase pedregosa e Aluviossolos antigos e modernos (depósitos de rañas e aluviões em terraços fluviais), correspondendo a grande parte da Campina da Idanha.

3.2 A componente biológica

A Beira Interior Sul (BIS) apresenta um conjunto de áreas naturais com bastante interesse do ponto de vista da conservação, constituindo o suporte e o *habitat* para um número considerável de espécies. As áreas naturais mais importantes da região são: o sítio da serra da Gardunha, a serra da Malcata, a serra de Penha Garcia e campina de Toulões, o Tejo Internacional, Portas de Ródão e Vale Mourão.

A região apresenta duas áreas, legalmente protegidas, a Reserva Natural³ da Serra da Malcata, criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 294/81, de 16 de Outubro, na sequência da campanha “Salvemos o Lince e a Serra da Malcata” e o Parque Natural⁴ do Tejo Internacional, originado pelo Decreto-lei nº 9/2000, de 18 de Agosto, resultado da riqueza do seu património natural evidenciado pelo conjunto das escarpas do Tejo Internacional, que engloba biótopos característicos das paisagens mediterrânicas, caso das áreas de montado de sobre e de azinho e estepes cerealíferas bem como espécies da flora e da fauna de grande interesse. Paralelamente à existência das áreas protegidas, existem os Sítios de Interesse Comunitário (SIC) e as Zonas de Protecção Especial (ZPE), que integram a Rede Natura 2000. A SIC da região coincide com a Reserva Natural da Serra da Malcata e também com a serra da Gardunha, já a ZPE abrange o território da serra da Malcata e o Tejo Internacional.

³ Reserva natural é uma área destinada à protecção da flora e da fauna, sendo zonas de protecção integral demarcadas no interior de Áreas Protegidas “destinadas a manter os processos naturais em estado imperturbável” enquanto as reservas marinhas constituem áreas demarcadas nas Áreas Protegidas que abrangem meio marinho destinadas a assegurar a biodiversidade marinha.

⁴ Área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural.

A Serra da Malcata é uma área de bosques de carvalho-negral, azinhais, sobreirais e também de matos. As áreas de mosaico com pastagens e matos são o suporte de habitat do coelho, presa essencial ao lince ibérico, embora não sejam vistos lincos ibéricos aqui há algum tempo. A Malcata é a área mais a Sul em termos de ocorrência de lobo (*Canis lupus*).

O sítio da Serra da Gardunha tem, ao nível da flora, nos seus povoamentos de carvalhais mistos de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho cerquinho (*Quercus robur*) bem como os povoamentos de castanheiro (*Castanea sativa*) o seu principal valor. Estes representam um importante património natural, não só pelo seu valor de conservação, mas também pela sua dimensão.

O sítio da Serra da Gardunha tem, ao nível da flora, nos seus povoamentos de carvalhais mistos de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho cerquinho (*Quercus robur*), bem como os povoamentos de castanheiro (*Castanea sativa*) o seu principal valor. Estes representam um importante património natural, não só pelo seu valor de conservação, mas também pela sua dimensão.

A Serra de Penha Garcia e Campina de Toulões caracteriza-se pelos seus habitats estepários, áreas de montado de sobre e azinho e áreas de matos mediterrânicos (Costa *et al.*, 2003). Possui uma grande diversidade de habitats dos quais assume particular importância as estepes cerealíferas, sobretudo pelas espécies que nela habitam, tais como a abertarda, o sisão, o cortiçol-de-barriga-preta, o alcaravão e a cegonha-preta.

As Portas de Ródão e Vale Mourão apresentam um interessante património natural, representado pelas suas ocupações do solo predominantes, neste caso os pinhais e os matos mediterrânicos, destacando-se, ainda, a existência de uma importante área de zimbros (Costa *et al.*, 2003). Este é considerado um sítio importante, já que desempenha, entre outros factores, o habitat da maior colónia de grifos que nidifica exclusivamente em território nacional (Costa *et al.*, 2003). Foram observadas na área das Portas de Ródão 116 espécies de aves, muitas delas consideradas ameaçadas e raras, das quais se destaca as seguintes: cegonha-preta, milhafre-real, abutre-preto, águia-perdigueira, narceja, bufo-real, ferreirinha-serrana e papa-moscas. É possível observar na mesma área grifos (que ali formaram a maior colónia do País), milhafres-pretos, gaviões, águias-perdigueiras, andorinhas das rochas e melros azuis.

A Zona de Protecção Especial (ZPE) do Tejo Internacional, embora não seja uma área tipicamente florestal, é um importante local de nidificação de aves necrófagas e rupícolas. A observação das matrizes de habitats, é notório o peso que têm na BIS os carvalhais, os matagais, as áreas de agricultura extensiva e as zonas rupícolas.

As linhas de água e galerias ripícolas têm um peso notório na Gardunha e Malcata, enquanto os matos se destacam na Malcata e Penha Garcia. As áreas de agricultura extensiva e as estepes cerealíferas são mais importante em Penha Garcia e Tejo Internacional.

Assim, fica demonstrado a importância da região ao nível do seu património natural, que importa conservar e proteger. Neste sentido, convém gerir as ameaças tendo em conta a preservação da identidade da paisagem natural.

3.3. História da construção da paisagem

3.3.1 A ocupação humana no Pré-histórico

Durante o Paleolítico o rio Tejo assumia uma grande importância, já que a sociedade era caracterizada por uma economia dependente da Natureza e com base na recollecção, na caça ou na pesca. Durante este período os constrangimentos impostos pelo ambiente eram mais evidentes e por isso o Tejo constituía um forte factor aglutinador nas estratégias de movimentação e fixação da humanidade (Raposo, 1987).

No decorrer do Paleolítico Inferior são raros os indícios da existência de ocupação humana na região. Tal deve ter ocorrido devido ao facto de o curso do Tejo não ter um caudal estável em consequência dos inúmeros depósitos detríticos, actualmente com a designação de “arcoses da Beira”. Apenas em Vila Velha de Rodão se conhecem alguns artefactos deste período, que poderá evidenciar alguma ocupação humana (Raposo, 1987).

O Paleolítico Médio é o mais bem representado, essencialmente devido aos importantes sítios descobertos nas imediações de Vila Velha de Ródão (Vilas Ruivas e o da Foz do Enxarrique). Em consequência do espólio desenterrado conclui-se ter existido ali um *habitat* do Homem de Neanderthal em função da constatação de uma maior

ocupação das grutas e maior complexidade no fabrico de instrumentos de pedra lascada (Raposo, 1987).

Durante mais de cinco mil anos, o rio Tejo desempenhou um papel importante na ocupação humana, sobretudo desde que entra em Portugal no limite dos rios afluentes Ocreza e Pracana. É precisamente nesta área que se situa um dos maiores santuários peninsulares de arte pré-histórica, compreendendo mais de vinte mil gravuras e de artefactos líticos, designada como Sítios de arte rupestre do Vale do Tejo. A vivência prolongada dos seres humanos que, beneficiando das excelentes condições geográficas do território, deixaram marcada a sua cultura de comportamentos ritualizados, expressão de uma actividade vigorosa a diversos níveis (Gomes, 1987). Num primeiro período (período arcaico) é visível a preocupação em apropriar-se da Natureza, já que, as representações incidem, sobretudo, nos animais e na sua fisionomia, demonstrando a influência da recollecção no quotidiano (Gomes, 1987). O segundo período (período meridional) surge como reflexo da instalação das primeiras comunidades metalúrgicas, originando uma alteração no padrão iconográfico, uma vez que, as gravuras tornam-se progressivamente esquemáticas, desprovidas de um sentido realista das formas para se cingirem à representação de uma ideia ou conceito de maneira sintética (Marcelo, 1993).

3.3.2 Da Lusitânia à Romanização

Historicamente os Lusitanos seriam todos aqueles que se estabeleceram entre o Douro e o Tejo no final do período do Bronze. Estes eram de origem indo-europeia e pré-céltica, cuja principal actividade a que se dedicavam era a pastorícia. Em 194 a.C., duas décadas após a chegada dos Romanos à Península Ibérica, dá-se o primeiro confronto entre os Lusitanos e Romanos a que se sucederiam muitos outros. Mais tarde, em 141 a.C., os romanos negociam a paz através do reconhecimento da independência da população do território da Lusitânia e. No entanto, os acontecimentos históricos vieram a enfraquecer e a conduzir , posteriormente, a novos confrontos e à consequente rendição. Findo o domínio da Lusitânia, seguiram-se vários séculos de romanização, impulsionados, sobretudo, pela construção e renovação da rede viária.

A romanização da Península Ibérica incluiu a reorganização administrativa do território, tendo a Beira Baixa pertencido a uma *Civitate*⁵ com a denominação de Igaeditani (Egitânea), cuja capital teria sido Idanha-a-Velha. Esta cidade veio a desempenhar um papel central após a Egitânea ter sido elevada a *municipum*, com o seu próprio governo. Um dos principais elementos da paisagem da época era constituído pela estrada que ligava Mérida a Braga (Bracara Augusta) atravessando a região da Beira Baixa (Idanha-a-Velha, Bemposta, Caria e Belmonte). Esta via de comunicação representava a continuação da “via da prata”, tendo uma grande importância como eixo terrestre que servia os mais importantes municípios romanos e os ligava aos portos do litoral mediterrânico (Daveau *et. al.*, 2010). Idanha-a-Velha, entreposto situado entre Mérida e Viseu, situava-se em sítio plano em baixa altitude (300 metros).

Acerca desta cidade Daveau *et. al.* (2010: p.378) salienta que “...*era defendida por um apertado meandro do Ponsul, num lugar onde o vale se alarga nos xistos à saída de uma garganta aberta no granito...*” Perto desta cidade situava-se Monsanto, que se erguia na planície e gozava de condições de defesa privilegiadas. Os Romanos, após a conquista, derrubaram quase por completo a fortificação lusitana, forçando a sua população a fixar-se em Idanha-a-Velha, deixando as moradias de Monsanto para o veraneio dos grandes senhores de Idanha (Marcelo, 1993).

Actualmente, Idanha-a-Velha representa o declínio do que outrora fora uma cidade próspera que, segundo Daveau *et. al.* (2010), deve a sua criação ao facto de os romanos terem por objectivo assegurar o controlo da extracção de minérios de ouro e estanho da região.

Por toda a região, especialmente junto à fronteira leste, foram encontrados inúmeros erários de origem romana, tais como moedas, jóias, colunas, documento epigráficos, mós, fornos, balneários, ruínas de explorações mineiras e calçadas ainda bem conservadas. Perto da povoação de Segura está localizada a ponte romana, que assegurava e continua a assegurar a transposição do rio Erges. Devido à posição estratégica da povoação foi construída uma fortaleza, cuja origem deverá datar do início da ocupação romana e, que ainda hoje persiste. Para além desta fortaleza, muitas outras foram erigidas e/ou usadas pelos romanos, tais como a de Salvaterra do Extremo, Penha Garcia e Penamacor. Outra ponte de grande importância na época e que se transformou,

⁵ *Civitate*: derivado do latim “*civitas*”, constituía o conjunto de cidadãos que constituíam uma cidade, representando, no vernáculo da língua portuguesa as palavras cidade, cidadão e cidadania.

actualmente, num monumento de interesse público é a ponte romana de Meimoa (Marcelo, 1993).

Mais tarde, após a retirada dos romanos da Península Ibérica, foram os Visigodos os ocupantes, cuja cidade principal era Toledo, em Espanha, no vale do Tejo, cooperando e articulando-se com Idanha-a-Velha. Pouco tempo depois, e com a chegada dos árabes, estes fugiram para as montanhas do Norte. As invasões árabes pouca influência tiveram na região, contudo, a reconquista cristã viria a ditar o início e decadência da cidade de Idanha-a-Velha devido, essencialmente, à alteração das rotas terrestres para Norte, deslocação do seu bispo para a cidade da Guarda e afastamento da guerra para Sul (Daveau *et. al*, 2010).

3.3.3 Início da Monarquia Portuguesa – período das fortalezas

No início da Monarquia Portuguesa a maior parte das principais povoações da Beira Baixa foi reconquistada ou fortificada pelos templários. O povoamento desta região raiana foi fortalecido por uma política real de doações contínuas às ordens militares. Se por um lado havia o interesse de povoar as terras recentemente conquistadas, por outro, importava defender a fronteira leste, já que do lado espanhol aconteciam constantes ataques e muitas vezes, entre a Covilhã e o rio Tejo, eram frequentes os ataques dos muçulmanos às caravanas Cristãs (Marcelo, 1993).

A estratégia para toda a região Interior de Portugal, na qual se incluía a Beira Baixa, passou pelo estabelecimento de pontos estratégicos fortificados, que mantivessem os territórios recentemente conquistados. Neste contexto são entregues as povoações de Segura, Salvaterra do Extremo, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia e Penamacor por D. Afonso Henriques e D. Sancho I, à guarda dos templários, que viriam a reforçar as suas defesas, realizando, também, as remodelações necessárias com o intuito de dar abrigo às populações que as viessem povoar (Marcelo, 1993).

Os soldados permaneciam longos períodos inactivos, embora a guerra contra os mouros justificasse a sua permanência dentro dos castelos e fortalezas (Daveau *et. al*, 2010).

Após o domínio guerreiro que os Templários imprimiram à região, surgiram outros “senhores” que se ocuparam da organização territorial através da concessão de forais⁶ a diversos concelhos (Daveau *et. al*, 2010). Os concelhos de S. Vicente da Beira (1174), Sarzedas (1212), Castelo Branco e Proença-a-Velha (1213 e 1218), entre outros, receberam cartas de foral, concedidas por diferentes reis. Em 1229, após se aperceberem da decadência e da falta de prosperidade em que tinha caído Idanha-a-Velha, é concedida também, carta de foral a esta cidade. Contudo, este privilégio não foi o suficiente para reanimá-la, pois a população já se tinha deslocado para outras terras.

Embora as guerras entre Portugal e Castela, no tempo de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I, se tenham travado a Norte e a Sul da Beira Baixa, o mesmo não aconteceu séculos mais tarde, nomeadamente, a partir do século XVII, com a Guerra da Restauração, Guerra da Sucessão (1704 – 1705), Guerra Fantástica (1762) e mais tarde, início do século XIX, com as Invasões Francesas. Neste período a região tornou-se um palco de guerra, sendo a parte meridional da região a mais sacrificada.

Os principais centros urbanos são de fundação posterior à Reconquista, porém, os forais mencionados anteriormente, permitem perceber o processo de desenvolvimento, de povoamento e de formação de itinerários. As funções e a distribuição destes centros urbanos devem-se, essencialmente, ao processo de reorganização que a região teve de sofrer após a guerra contra os muçulmanos e, posteriormente, ao ser englobada no Reino de Portugal (Daveau *et. al*, 2010). A fronteira leste de Portugal fixou-se no século XII, seguindo uma orientação Norte – Sul, resultando do acordo de forças e ambições alcançado entre os reis de Portugal e de Leão. Este limite oriental representou o desfecho natural dos acontecimentos históricos, persistindo ao longo dos tempos, relações regulares de convivência e de comunicação de um e do outro lado da fronteira. Assim aconteceu, segundo Daveau *et. al* (2010), durante o reinado de D. Manuel, no século XVI, o acordo entre um cavaleiro da Ordem de Cristo e trabalhadores espanhóis para o ajudar na lavoura das terras bravias.

Ainda segundo a mesma autora, a actividade dos contrabandistas, que atravessavam o rio Erges em direcção a Espanha, era uma das actividades recorrentes da população da raia e que ainda hoje faz parte da memória da população mais idosa. Ainda durante esta época, entre 1580 e 1640, havia relatos da circulação de barcos entre

⁶ O foral é uma carta pela qual se consagra a existência jurídico-administrativa de um concelho, sendo, geralmente concedido pelo rei, embora, por vezes, acontecesse os forais medievais serem concedidos por um bispo ou, mais raramente, por um nobre.

Lisboa e Toledo, embora a montante das Portas de Ródão a navegação ser bastante difícil (Daveau *et. al*, 2010).

No início do século XVI o olival apresentava-se como a espécie mais bem implantada da região, desenvolvido, essencialmente pelos interesses da Ordem de Cristo. Embora se disseminasse um pouco por todas as vilas e aldeias, foi nos arredores de Castelo Branco, Escalos de Cima e Proença-a-Velha onde se vulgarizou com maior impacto a cultura da oliveira. Mais para sul, entre o Ponsul e o Erges, escasseava a oliveira, pois a aridez do clima e predominância do zambujeiro não encorajou os seus habitantes a optar por essa espécie. Por outro lado, o olival não se distribuía apenas a cultura estreme, mas também numa formação mais ou menos esparsa, onde coexistiam a vinha com olival ou com cultura de árvores de fruta, em especial figueiras, o compor o olival, foi-nos dada a conhecer. Nesta época era comum ver terrenos com oliveiras novas, embora fosse uma região onde o azambujeiro era planta autóctone (Gonçalves, s/d).

Para além da oliveira, no território da Beira Interior Sul eram os sobreiros e as azinheiras que matizavam a superfície de Castelo Branco, especialmente a área entre o Ponsul e o Erges. O coberto arbóreo da região mostra uma vegetação claramente mediterrânica, desgastada por algumas arroteias, abandonadas devido à pobreza da terra. Para Ocidente alguns carvalhos, por certo o carvalho negral na aproximação da Gardunha, talvez, mais para Sul e Leste, o carvalho cerquinho, a marcar a transição entre as caducifólias das matas do Norte e as perenifólias mediterrâneas, com a sua folhagem marcescente, a cair pouco antes da rebentação. Como paisagem típica que é do Mediterrâneo, a mata rala teria um sub-bosque muito rico, sendo o arbustivo coberto pelas espécies de maior porte - carrasco, medronheiro, até a figueira baforeira, para não falar no zambujeiro, já atrás referido – as espécies de menor porte – as plantas aromáticas, cuja espécies mais importantes eram a murta, o rosmaninho e a urze (Gonçalves, s/d).

3.3.4 Matos e Culturas antes do século XX – Época dos Baldios

A paisagem antes do século XX era, em grande parte, ocupada por matos e pelos extensos azinhais e sobreirais, com poucas clareiras para o cultivo de cereais. A oliveira

representava uma cultura importante e o seu cultivo era feito, sobretudo, junto às povoações, devido aos muitos cuidados a que estavam sujeitas. A superfície da região ocupada por charneca, pastagens naturais coincidia com os extensos baldios existentes na região. Alguns baldios, tal como é de sua génese, eram pertença, principalmente das Câmaras Municipais, das Freguesias e do Estado (Ribeiro, 1991).

Nos extensos baldios deambulavam lobos e javalis, criavam-se de forma extensiva grandes varas de porcos, que se alimentavam da bolota da azinheira e sobreiro. Ao mesmo tempo, numerosos rebanhos de ovelhas e cabras pastoreavam de forma livre estes espaços. O sentido de comunidade era uma das premissas proporcionadas pelos baldios, manifestada pela forma como se partilhavam as terras e se guardavam e tratavam os rebanhos. Acerca deste facto, Ribeiro (1991:p.232), refere “...os touros do povo, os varrascos do povo, mantidos pela comunidade, fecundavam as fêmeas da boiada e do monte ou adua dos porcos, que reuniam também o gado de todos e encontravam pascigo abundante nos terrenos incultos...”.

A superfície agrícola era gerida segundo um sistema que mantinha apenas um terço da área cultivada, sobretudo com centeio e cevada, de Outubro a Julho (da sementeira à ceifa). Nos restantes meses os campos ficavam disponíveis ao percurso dos rebanhos. O resto da parcela agrícola era, também ela, aproveitada pelos animais, que por um lado a fertilizavam e, por outro controlavam a vegetação espontânea num claro equilíbrio entre capacidade produtiva e capacidade ambiental. Ribeiro (1991: p.233) acrescenta que “... para que nada estorvasse as suas largas deambulações, o costume juntava à servidão dos pastos comuns a interdição de tapar: os campos eram obrigatoriamente abertos...”. As terras eram, deste modo, divididas em três parcelas, alternadamente cultivadas, ficando as restantes parcelas em pousio (Ribeiro, 1991).

A cultura do cereal e as pastagens para o gado necessitavam de grandes áreas abertas, sem muros e/ou vedações. Esta premissa encontrava-se salvaguardada na *servidão de compáscuo*, pois dava o direito de transformar em pastos comuns a totalidade dos terrenos agrícolas, salvo em casos que prejudicasse as operações agrícolas. Os terrenos com solos mais pobres e improdutivos ficavam em reserva de mato e pasto durante alguns anos, interrompidos pelo uso de queimadas, essencialmente, quando se queria arrotear terras, semeando-se searas que, no fim das colheitas, eram novamente consumidos pelo mato (Ribeiro, 1991).

As formas de exploração da terra correspondiam a uma fraca noção de propriedade privada, promovidas por heranças e doações carregadas de servidões e limitados usufrutos, assim como repartição complicada de terras. As pastagens eram propriedade dos municípios, tal como as árvores e os campos, que eram aforados. As propriedades agrícolas pertenciam à população, repartidos periodicamente pelos agricultores, voltando após a colheita a ser distribuídos por outros. Um dos exemplos desta complexa forma de exploração dava-se na Herdade do Soudo, na Zebreira, concelho de Idanha-a-Nova. Esta estava dividida em três partes, tal como foi descrito em cima. Os direitos do proprietário eram bastante reduzidos, pertencendo-lhe somente os terrenos de pastagens e receber, de cada lavrador uma pequena porção do cereal e uma pequena renda em dinheiro pelo pasto. Estes escassos direitos por parte dos proprietários tentaram ser, por várias vezes, expandidos, originando conflitos com os agricultores, que conseguiram sempre levar avante as suas intenções até à actualidade (Ribeiro, 1991).

Todavia, por volta do fim do século XIX, muitas forças se conjugavam para derrubar estes hábitos comunitários da população assente em instituições milenares.

3.3.5. O fim dos Baldios – Época dos Cereais

A organização tradicional era, segundo os proprietários das terras, excessivamente complicada, restringindo a propriedade privada. Considerava-se, que esta organização facilitava a difusão de terras mal cuidadas e uma baixa produtividade. Por outro lado, a obrigação de deixar os campos abertos impedia o resguardo dos produtos agrícolas (Ribeiro, 1991).

Na passagem do século XIX para o século XX, inúmeros processos e acções judiciais foram movidos pelos proprietários contra os municípios, freguesias e povo. A grande maioria das decisões, sem considerar as condições locais, foi favorável aos proprietários. A legislação liberal deu um forte impulso ao direito de propriedade, facultando aos proprietários o seu interesse de acabar com os pastos comuns e com a obrigatoriedade de dividir em três porções a propriedade. O lavrador, frequentemente de poucas posses, viu-lhe suprimido o acesso ao usufruto das terras, ficando limitado à rotina do trabalho na propriedade doutro. (Ribeiro, 1991).

Assim, num curto espaço de tempo, fez-se, segundo Ribeiro (1991:p.235) “... uma lastimável experiência de reforma agrária que representa, na linha evolutiva das relações do homem com a terra, um espantoso retrocesso...”. As propriedades, outrora doadas pelas Ordens Religiosas e Militares passaram para o Estado, que, por sua vez transitaram para os “Senhores com grandes posses”. Os aforamentos dão progressivamente lugar aos arrendamentos e o lavrador dá lugar ao proletariado agrícola pago com salários baixos.

Estes acontecimentos proporcionaram uma nova forma de ocupação do solo assente na ocupação dos matos e sementeira em solos pedregosos e pouco profundos. A proliferação do olival, sobretudo perto das povoações, nos montes e nas margens dos rios, assim como o desenvolvimento dos montados de sobro, representavam os grandes rendimentos para os proprietários. Mais importante foi a grande disseminação da cultura do trigo desenvolvida na sequência da *lei dos cereais* de 1899 (Ribeiro, 1991).

A génese do povoamento demonstrava uma população concentrada em aglomerados compactos em algumas centenas de habitantes, rodeados pela grande propriedade agrícola, que a limitava para a expansão. Nesta época era notória a presença de grandes aldeias com os seus campos agrícolas dispersos e baixa densidade populacional, suportadas por trabalhadores rurais nas propriedades de cariz latifundiário (Ribeiro, 1991).

A base da ocupação do solo e da produtividade rural ocorria segundo a conjugação do trigo, pasto, montado e olival, embora fosse o primeiro o responsável pela organização de toda a vida rural, em detrimento dos restantes. Os rebanhos dos pequenos lavradores viram-se reduzidos após a eliminação dos pastos comuns. Os montados foram constantemente suprimidos para alargar o espaço para a cultura do trigo e os olivais estavam confinados à sua localização junto das povoações. Os montes ou coutos, maiores propriedades, continuaram a ser divididas em três partes e, quando não eram, logo se notava o esgotamento dos solos. E foi neste contexto, de cariz mais intensivo, que se chegou ao último quartel do século XX (Ribeiro, 1991).

3.4 Evolução recente da ocupação do solo

A ocupação do solo, que se refere ao tipo de elemento natural ou artificial presente na superfície terrestre, ou então, uso do solo, que se traduz na actividade humana ou função económica associada a uma determinada parte da superfície da terra torna-se num ponto bastante importante na análise da evolução da paisagem.

Assim, segundo a carta corine de 2006, a distribuição da ocupação do solo na Beira Interior Sul demonstrava um claro domínio da floresta e meios semi-naturais, abrangendo cerca de 66% do total da superfície do território. As áreas agrícolas representam, por outro lado, a segunda categoria mais importante, apresentando quase um terço do total. Com menor área ocupada, desempenhando uma ínfima parte, encontram-se as áreas artificializadas e as massas de água (linhas-de-água e albufeiras).

A nível concelhio, a disposição da ocupação do solo segue a mesma tendência, contudo existem algumas diferenças, essencialmente, na relação entre áreas agrícola, áreas florestais e meios semi-naturais. Pode-se verificar na Figura 3.5 que as áreas agrícolas ganham importância no concelho de Idanha-a-Nova, ao invés de Vila Velha de Ródão onde os espaços florestais e os meios semi-naturais representam cerca de $\frac{3}{4}$ do total do território. Relativamente aos concelhos de Penamacor e Castelo Branco encontram-se com a mesma tipologia de ocupação do solo, embora se note uma ligeira predominância dos espaços florestais no primeiro em relação ao segundo (Figura 3.5).

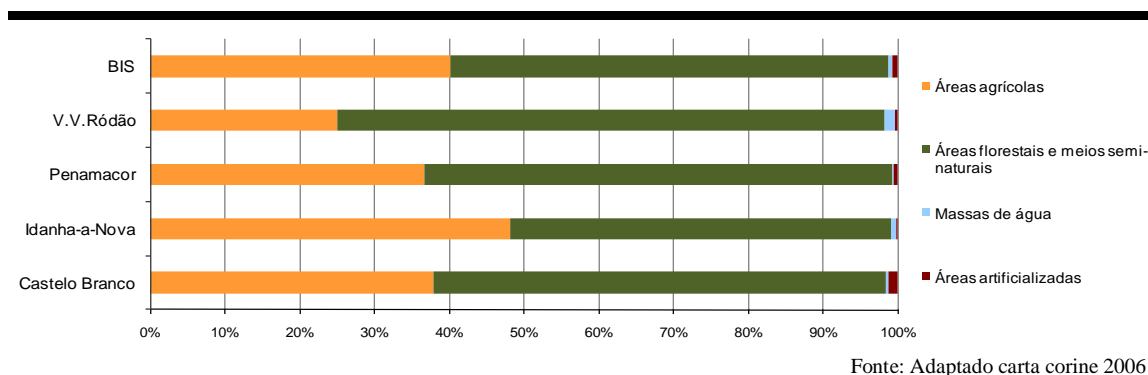


Figura 3.5: Distribuição da categoria de ocupação de solo na região

A distribuição geográfica das ocupações do solo mostra, claramente que os espaços agrícolas se disseminam com maior predominância em áreas centrais da região.

Os espaços florestais, embora estejam distribuídos por todo o território, encontram-se maiores manchas contínuas no Nordeste e na secção Oeste da região (figura 3.6).

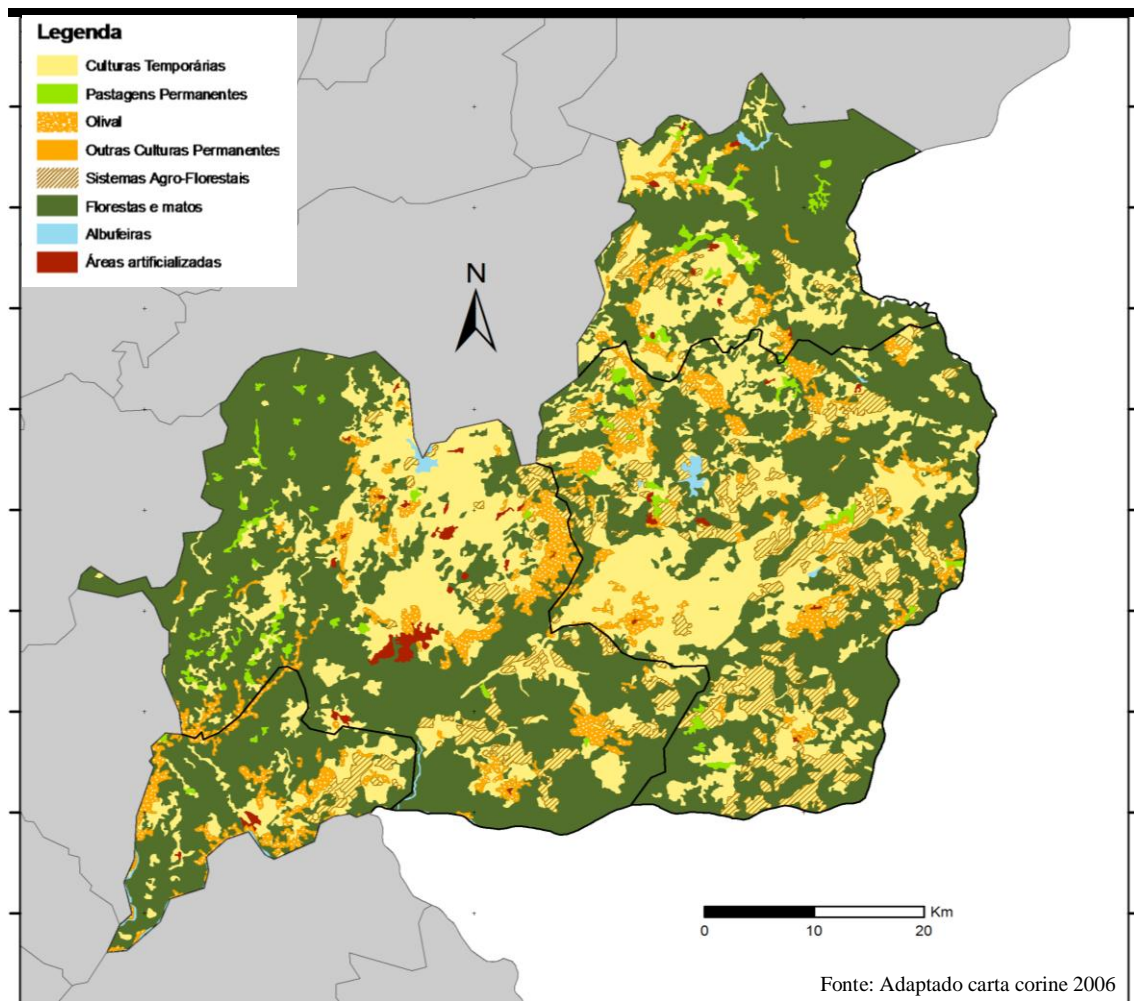


Figura 3.6: Distribuição da ocupação do solo em 2006

Esta configuração da ocupação do solo resultou de uma dinâmica histórica, que foi analisada anteriormente, e duma transformação recente, essencialmente através do aumento dos espaços florestais degradados (cortes rasos e monoculturas), do aumento das áreas de floresta de folhosas (eucalipto) e das culturas anuais de regadio e perda de área nas ocupações do solo relacionadas com as florestas de resinosas, dos matos e das culturas anuais de sequeiro. A análise desta dinâmica e os territórios a ela sujeita, feita com base nas cartas corine 1990, 2000 e 2006, podem ser verificados na figura 3.7.

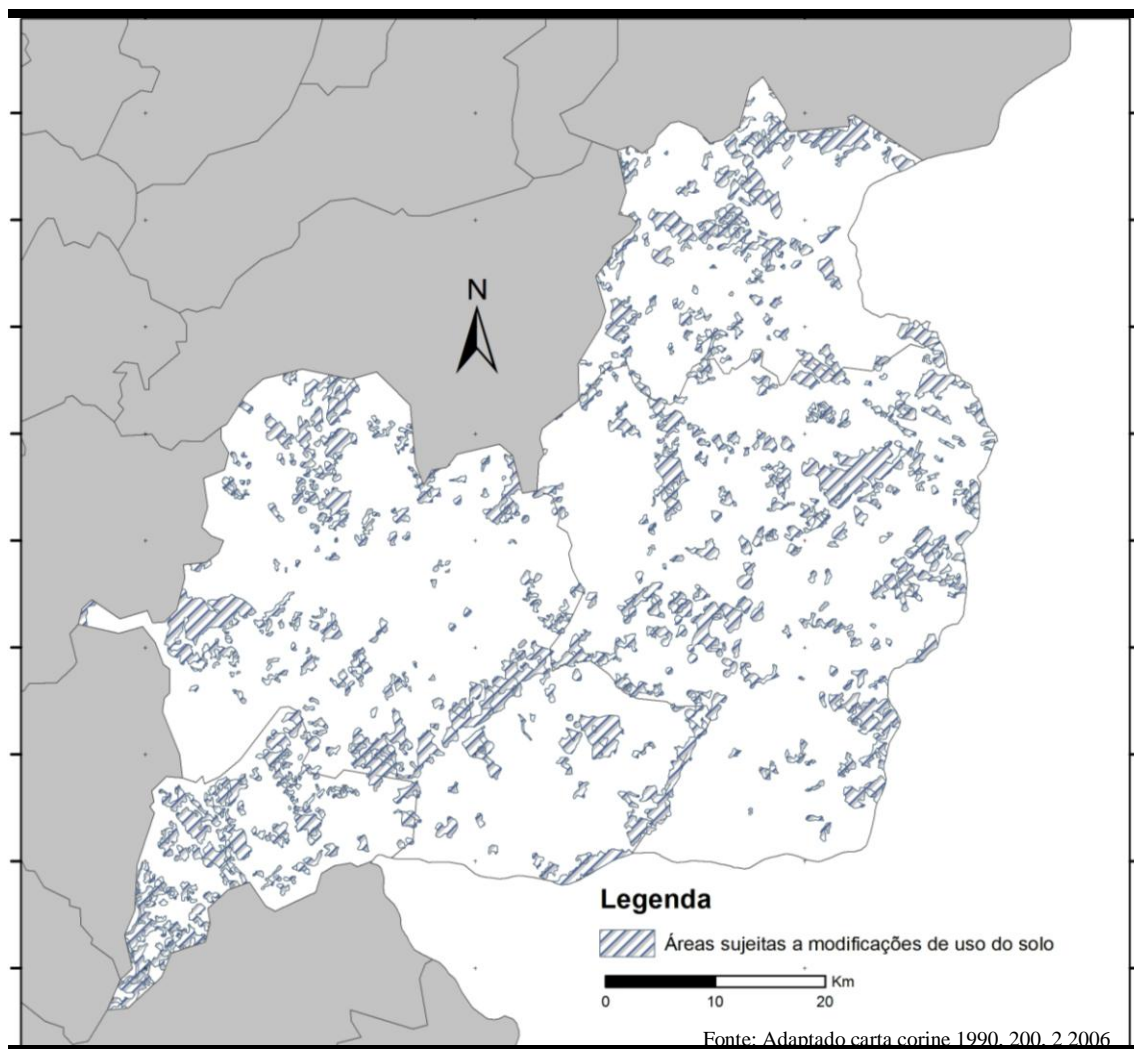


Figura 3.7: Áreas que sofreram mudanças de ocupação do solo entre 1990 e 2006.

Para se entender a dinâmica da ocupação do solo das regiões rurais é necessário estudar a evolução da agricultura, da pastorícia e dos espaços florestais, da sua tipologia, forma e génese. Daí a necessidade de se introduzir os três pontos seguintes.

3.4.1. A Agricultura

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura de 1999 a área agrícola na BIS, perfazia 232 584 hectares, menos 6 718 hectares do que na década anterior e, menos 26 989 hectares do que o verificado em 1968. À escala concelhia, Idanha-a-Nova foi o único concelho a registar uma evolução positiva entre este período, sendo, no entanto, de destacar a redução ocorrida entre o período 1968-1989 (menos 23 243 hectares).

A partir desta data registou-se um grande crescimento de área agrícola (mais cerca de 29 mil hectares entre 1989 e 1999). Os restantes concelhos da BIS sofreram perdas de área agrícola entre 1968 (Inquérito às explorações agrícolas) e 1999, sendo estas perdas mais acentuadas na primeira década nos concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão (menos 48 081 e 10 774 hectares respectivamente) e, na década seguinte para o concelho de Penamacor (cerca de 12 mil hectares).

Em relação à Superfície Agrícola Utilizada (SAU)⁷, a Beira Interior Sul, no período 1989-1999, observou uma taxa de crescimento de 16,5%, o que se traduziu num aumento de cerca de 24 mil hectares. Este balanço positivo deveu-se ao crescimento considerável da área agrícola no concelho de Idanha-a-Nova, cerca de 35 500 hectares (taxa de crescimento de 65%). Já os concelhos de Penamacor e Castelo Branco diminuíram a sua área afectada às actividades agrícolas, aproximadamente 7 300 hectares em Penamacor (-34%) e 4 600 em Castelo Branco (-7%). Vila Velha de Ródão, por sua vez, foi o concelho que conheceu a menor variação, ainda assim positiva, com mais 103 hectares de área agrícola.

Por sua vez, a evolução entre 1968-1999, registou na BIS uma diminuição de cerca de 63 500 hectares de SAU, tendo sido o concelho de Castelo Branco aquele que registou maiores perdas, cerca de 35 000 hectares, seguido de Penamacor com menos cerca de 12 000 ha e de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, ambos com uma perda de 8 000 ha de SAU.

O último Recenseamento Geral da Agricultura (1999) contabilizou, na Beira Interior Sul 9 656 explorações agrícolas, menos 1 377 do que na década anterior (-12,5%). Se em termos globais o saldo é negativo, acompanhando a tendência observada no país (-30%), na análise concelhia a leitura é substancialmente diferente, pois o concelho de Idanha-a-Nova regista um aumento de 21% no número de explorações. no entanto, os concelhos de Penamacor, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão contabilizaram uma diminuição do número de explorações de 29%, 17% e 8%, respectivamente. Relativamente à evolução do número de explorações entre 1952-1954 e 1999, em termos gerais a BIS sofreu um decréscimo de cerca de 40% (menos 6 323 explorações). A nível concelhio, Penamacor registou as maiores perdas, com uma

⁷ Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

diminuição em cerca de 55% do número de explorações (2 046 explorações), seguido de Castelo Branco com menos 40% (3 156 explorações), Idanha-a-Nova com uma redução de 28% (832 explorações) e em último lugar Vila Velha de Ródão com uma diminuição a rondar os 20% (289 explorações).

Em concordância com a evolução dos anteriores indicadores (SAU e número de explorações), a dimensão média da SAU da Beira Interior Sul conheceu um crescimento considerável, evoluindo de 13 ha em 1968 para 17 ha em 1999, o que em termos percentuais se traduziu num crescimento de cerca 30%. A BIS, com esta evolução, aproximou-se da média da UE (22,2 ha em 1999), e superou a média nacional (9,3 ha) em cerca de 8 ha por exploração. Estes valores colocam a região num nível muito positivo, contudo na análise a níveis mais desagregados as ilações são substancialmente diferentes, registando-se grandes discrepâncias intra-regionais, encobertas pelos valores médios. Com áreas médias de 6,7 ha no concelho de Vila Velha de Ródão, 8,7 ha em Penamacor e 11,9 ha em Castelo Branco, percebe-se que a dimensão média das explorações da BIS aparece sobrevalorizada pelas dimensões registadas em Idanha-a-Nova, pois este apresenta uma superfície média das explorações de 42,4 ha. Este Concelho demarca-se não só dos valores dos restantes concelhos da BIS como da média nacional e comunitária.

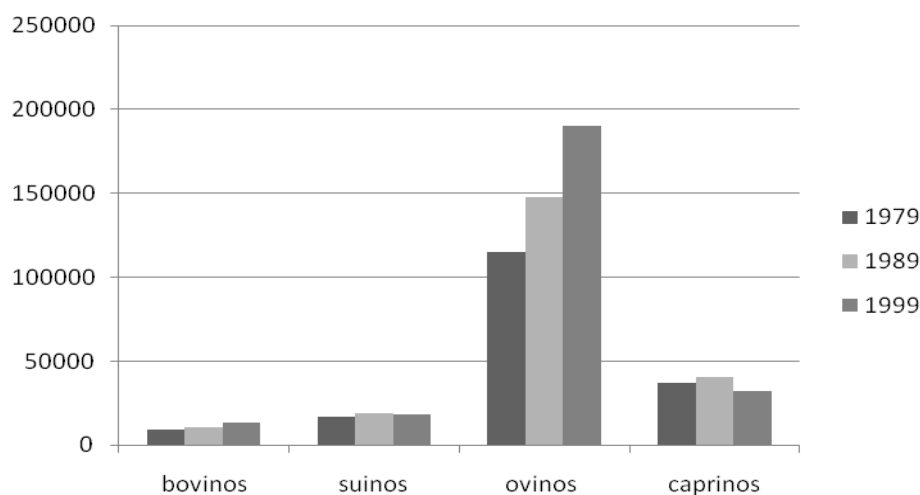
A superfície total das explorações agrícolas da Beira Interior Sul, cerca de 232 mil hectares, representava, à data do último RGA, 62% da superfície territorial da Região, valor significativamente superior ao da média do País (56,4%). Esta leitura é, no entanto, diferente na análise concelhia. Em Penamacor e Vila Velha de Ródão a representatividade da superfície das explorações na área territorial dos concelhos era inferior à média nacional, 41,6% e 51,3%, respectivamente. Já em Idanha-a-Nova este valor excedia cerca de 20 pontos percentuais a média nacional. O concelho de Castelo Branco, com de 59%, era o que mais se aproximava da média do País.

3.4.2. A pastorícia

A pastorícia teve e tem uma grande importância económica no contexto nacional, tendo um significado relevante na identidade cultural da vida rural da região. Historicamente, esta actividade foi praticada na região dentro dos sistemas agro-

florestais, possibilitando a obtenção de receitas financeiras importantes. Esta assume especial importância na organização do espaço rural, ao criar condições para a fixação de população, nomeadamente em áreas menos povoadas. De destacar a importância da actividade para a diversificação dos produtos de qualidade e autenticidade, parte importante do património gastronómico e cultural da região. Assume particular importância a conservação de raças autóctones portuguesas que, representam uma grande adaptação aos sistemas agro-florestais das regiões de origem.

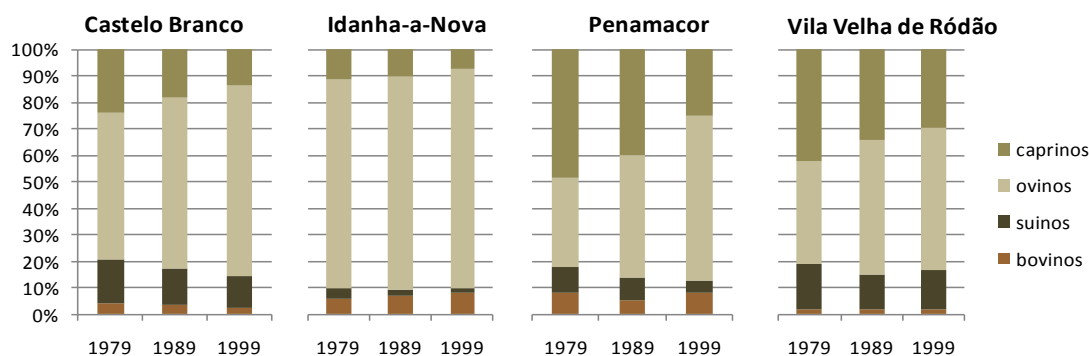
A análise efectuada baseou-se nas espécies bovina, ovina, caprina e suína, dada a sua representatividade, por estarem normalmente afectas a sistemas agro-silvo-pastoris. Deste modo, a Beira Interior Sul apresenta um padrão marcado por uma nítida predominância dos ovinos relativamente a bovinos e caprinos (Figura 3.8).



Fonte: INE - Recenseamento Geral de Agricultura

Figura 3.8: Evolução do efectivo pecuário na Beira Interior Sul entre 1979 e 1999.

Relativamente à sua segmentação por concelho pode-se aferir que a sua distribuição apresenta algumas diferenças. Enquanto no concelho de Idanha-a-Nova o efectivo pecuário é essencialmente o ovino, nos restantes a sua importância diminui, contudo apresentam uma tendência de crescimento da sua importância (Figura 3.10).



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da Agricultura

Gráfico 3.10: Distribuição do efectivo pecuário por concelho entre 1979 e 1999.

O número de explorações é sensivelmente mais baixo para bovinos do que para ovinos e caprinos. As dimensões médias dos efectivos por exploração são de 25.73 para bovinos, de 10.93 para caprinos e de 89.04 para o gado ovino. No que respeita às densidades pecuárias, verificam-se densidades muito baixas, inferiores a 0.1 animais/ha, em bovinos e caprinos, a contrastar com os valores mais elevados, verificados para ovinos. Na análise das densidades de animais por hectare, verifica-se que os concelhos de Idanha-a-Nova e de Vila Velha de Ródão apresentam valores mais reduzidos para bovinos, a contrastar com valores mais elevados para os ovinos e caprinos. Os concelhos de Castelo Branco e de Penamacor apresentam valores relativamente elevados, quer para bovinos, quer para os restantes animais. A concentração do gado bovino nestes concelhos dá-se, essencialmente nas áreas com maiores relevos, pois estes necessitam de regiões relativamente mais húmidas e de pastos mais verdes. O gado caprino e ovino, por sua vez, adapta-se mais facilmente a territórios com características mais secas, como é o caso de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

3.4.3. Os espaços florestais

As florestas e os ecossistemas naturais associados representam, segundo a (ADRACES⁸), constituem uma grande importância ambiental, essencialmente, no que se refere à diversidade biológica e ao equilíbrio ecológico, assumindo um importante

⁸ ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da raia Centro – Sul – informação consultada em: <http://www.adraces.pt/ficheiros/conteudos/1231337928Agricultura.pdf>

recurso socioeconómico pela sua mais-valia. Esta importância é facilmente visível ao considerar-se as funções que a Floresta desempenha, nomeadamente:

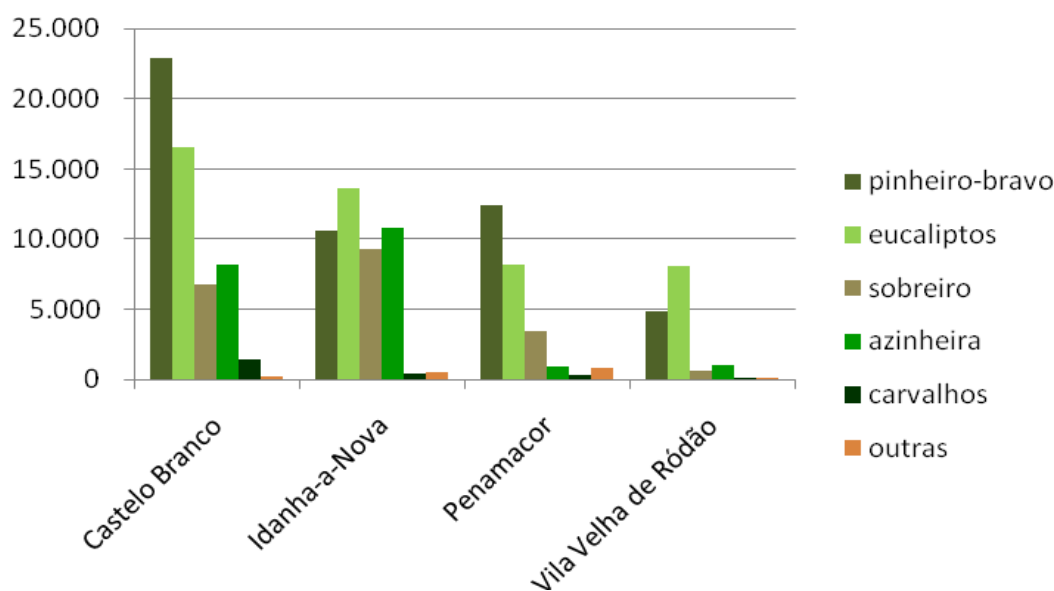
- Função produção (madeira, biomassa para energia, frutos e sementes, outros materiais vegetais e orgânicos, resinas, folhagens, vimes, cogumelos, plantas aromáticas e medicinais, etc.);
- Função protecção e conservação dos habitats;
- Floresta para recreio, enquadrando a estética da paisagem;
- Floresta para a pastorícia e caça.

Esta multifuncionalidade encontra-se com facilidade na região, já que, a sua mancha florestal tem importantes implicações na paisagem e na estruturação territorial.

A distribuição dos espaços florestais na Beira Interior Sul , segundo o inventário florestal de 2005 (Figura 3.11), atribui uma importância principal a quatro espécies arbóreas:

- Eucaliptos, com cerca de 44 200 hectares (35%);
- Pinheiro-bravo, ocupando uma área de cerca de 36 400 hectares (29%);
- Azinheira com cerca de 28 600 hectares (28%);
- Sobreiro, a rondar os 13 600 hectares (11%).

A distribuição dos espaços florestais pelo território da região evidencia que, os pinhais estão fortemente concentrados no Sudoeste e Oeste da região (concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão) e em alguns núcleos na parte Nordeste. Os eucaliptais estão distribuídos, praticamente por toda a Beira Interior Sul, com maior concentração nos concelhos de Vila Velha de Ródão, na parte Centro-Sul dos concelhos de Castelo Branco e Penamacor e na parte Nordeste do concelho de Idanha-a-Nova. Os povoamentos de sobreiro estão distribuídos por todos os seus concelhos e os povoamentos de azinheira estão localizados, com maior incidência, na parte Sudeste da região.



Fonte: DGRF - Inventário Florestal nacional 2005

Figura 3.11: Distribuição dos povoamentos florestais por espécie em 2005.

Em 1995, a área florestal da região da Beira Interior Sul era constituída por pinheiro-bravo (31%), eucalipto (32%), sobreiro (16%) e azinheira (18%). A área de pinheiro-bravo na região rondava os 50 mil hectares, representando cerca de 5% da área total de pinheiro bravo em Portugal continental. A área de povoamentos de eucalipto rondava os 50 mil hectares da região, representando cerca de 8% da área total de eucaliptos em Portugal continental. A área de sobreiro na região ocupava cerca de 25 mil hectares e a área de azinheira ocupava mais de 28 mil hectares.

A evolução dos povoamentos florestais, e tendo como base os Inventários Florestais Nacionais de 1974 e 1995, demonstra o forte crescimento da área de eucalipto (que quintuplicou a sua área em 20 anos) e o considerável aumento da área de pinheiro bravo que, contrariando a tendência nacional, aumentou a sua área em cerca de 27%. É de referir o contraste na evolução das espécies de *Quercus*, nomeadamente com uma redução da área de azinheira em cerca de 28% e o aumento da área de sobreiro em mais de 23%. Em relação à evolução dos povoamentos florestais, e tendo por base os Inventários Florestais Nacionais de 1974 e 2005, destaca-se o forte crescimento do eucalipto, quadruplicando em 30 anos a sua área. No resto das espécies, todas sofreram uma diminuição de área afecta, com grande destaque para o sobreiro, com menos 38%

da área ocupada, seguido da azinheira, com menos 28%. Por sua vez, o pinheiro-bravo viu reduzida a sua área em menos 7%.

A análise da distribuição dos espaços dedicados à actividade florestal demonstra uma dimensão de 43% (160 534 ha) localizando-se principalmente a Oeste do concelho de Castelo Branco e de Vila Velha de Ródão. Por sua vez, os espaços não arborizados representam cerca de 29% (106 712 ha), sendo ocupados essencialmente por matos, pastagens naturais, áreas ardidadas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e terrenos improdutivos.

Entre 1990 e 2005, arderam um total de 75 032 hectares, sobretudo entre 2001 e 2005, ao qual corresponderam cerca de 67% (49 879 ha), seguido em muito menor percentagem pelos anos de 1998 a 2001 com 16% (11 618 ha), de 1990 a 1993 com 11% (7 875 ha) e dos anos de 1994 a 1997 com 7% (5 659 ha). Analisando as áreas ardidadas por concelho, verifica-se que o de Castelo Branco corresponde a 49% do total, seguido de Idanha-a-Nova com 30%, Vila Velha de Ródão com 15% e Penamacor com 5%.

Na globalidade e, embora a área total de povoamento florestal tenha crescido, esta foi suportada pelo aumento exponencial afecta ao eucalipto, com o crescente papel que esta espécie tem para o sector da pasta de papel, tendo as restantes espécies sofrido um decréscimo, em parte devido à reconversão de terrenos para eucaliptais, assim como à deflagração de incêndios florestais.

3.5 As formas de povoamento

3.5.1 As construções tradicionais da Beira Interior Sul

A avaliação das construções tradicionais é de grande relevância sociocultural e histórica, já que, estas caracterizam a relação dinâmica dos seres humanos com o Meio, reflectindo um conjunto de valores e características da paisagem cultural da região.

O clima rigoroso e irregular, as características do relevo e a grande diversidade litológica implicaram múltiplos processos de construção e impossibilitaram que a

distribuição da habitação obedecesse a regras e métodos semelhantes. As construções tradicionais da região são feitas, fundamentalmente, recorrendo a três materiais principais: o granito, o xisto e o adobe (Marcelo, 1993).

A génese de povoamento é concentrado, sobretudo em aldeias de média dimensão, cujas igrejas e a fonte foram e continuam a ser o eixo de desenvolvimento habitacional e o centro de convívio dos seus moradores (Ribeiro, 1998).

Do ponto vista histórico a evolução do sector agrícola marcou a paisagem da região e, por consequência, a habitação espelhava essas vivências carregadas de rotinas, fazendo com que estas privilegiassem o sentido utilitário ao luxuoso. No entanto, nem todas as casas eram de trabalhadores agrícolas pobres, outras pertenciam aos grandes proprietários das terras. Deste modo, segundo Marcelo (1993), e reconhecendo que as habitações têm diferentes tipologias, pode-se classificar as habitações em quatro categorias:

- *Palácios e solares*: são construídos com o material mais nobre da região – o granito. A sua génese exterior expressa, sempre, uma certa grandeza e monumentalidade, no entanto, do ponto de vista arquitectónico e artístico não esboçam grande beleza devidos, essencialmente, à rudeza e tons escuros da sua “cantaria”. A maioria data dos séculos XV a XVIII, apresentando, apenas, dois andares. São, por vezes, ladeados por altos torreões ou miradouros. No seu interior importa destacar as escadarias da entrada, os tectos abaulados, os extensos salões e as grandes lareiras. Este tipo de habitações, de que restam alguns exemplos, principalmente, nas sedes de concelho e em algumas aldeias, constitui a parte histórica da região. Exemplo: O Solar dos Viscondes de Oleiros, actual edifício sede da Câmara Municipal de Castelo Branco;
- *Casas rurais de proprietários abastados*: em maior número do que as anteriores, apresentam amplos espaços, e bem-estar. No entanto, pela variedade e banalidade das formas de construção estas casas não podem ser consideradas típicas, à excepção de algumas que, adaptadas à função agrícola, patenteiam algum interesse. Na sua grande maioria, estas habitações estão degradadas, acompanhando não só a perda de poder económico e estrato social dos seus proprietários, mas também devido ao abandono do mundo rural.

- *Casas de lavradores ou de proprietários médios:* este grupo é o mais representativo da região, dado corresponder ao mais intimamente ligado à vida rural. As construções efectuadas até ao século XIX são bastante fiéis à arquitectura tradicional da região. As características mais representativas são a existência de um balcão exterior com escadas de pedra e guardas de cantaria, ou larga varanda de madeira, assente em pilares de pedra ou madeira. Geralmente têm dois pisos, o inferior representando a loja (armazém dos excedentes e ferramentas agrícolas) e o superior, com duas janelas, representava a habitação propriamente dita. Estas habitações são, frequentemente, de forma quadrangular, onde tanto os balcões como as varandas representam elementos típicos de grande valor funcional e decorativo, uma vez que, servem de protecção contra o frio e calor, usam-se para receber as visitas, para as donas de casa costurarem e para se guardar alguns géneros e utensílios (alhos, abóboras, enchidos, ferramentas, etc.).
- *Casas de jornaleiros e criados:* este tipo de habitações constituíam a tradicional casa pobre com graves problemas de habitabilidade e de salubridade. A sua existência é, na actualidade, quase inexistente no panorama rural da Beira Baixa.

Antigamente, as habitações reflectiam a vida dos seus moradores que, aproveitando os materiais endógenos da região, adaptavam as suas necessidades ao que o Meio lhes oferecia. Ribeiro (1998,p.92), dizia que “... a casa rural aparece assim em estreita dependência dos materiais de construção locais...”. Assim, nas últimas décadas, fruto quer da melhoria do nível de vida, quer do aumento dos fluxos migratórios começaram a proliferar habitações de traçado que pouco se enquadra com a região, recorrendo a materiais mais comuns enfraquecendo, desse modo, a identidade da região.

3.5.2 A população

Os resultados do Recenseamento Geral da População de 2001 dizem-nos que residiam na Beira Interior Sul 78 123 indivíduos, representando cerca de 3% da população da Região Centro e 0,75% da população Nacional. Em comparação com 1991 este valor revela uma diminuição da população residente de 3,6%. Este

decréscimo, dá seguimento à trajectória demográfica negativa, contudo o valor é menos significativo do que o registado entre 1981 e 1991 (-5,9%). Esta é uma tendência comum que tem caracterizado as regiões do interior do País desde a década de cinquenta do século XX.

As dinâmicas apresentadas na Figura 3.12 em relação à população residente nos concelhos da Beira Interior Sul determinam uma forte concentração de população no concelho de Castelo Branco, ou seja, cerca de 73% do total dos residentes da BIS (segundo as estimativas para 2007 o equivalente a 54 254 residentes). Os restantes 27% estão repartidos pelos restantes concelhos da BIS, o que, em 2004, equivalia aos seguintes valores: Idanha-a-Nova 10 352 habitantes, Penamacor 5 783 habitantes e Vila Velha de Ródão 3 534 habitantes.

A evolução recente da população a nível concelhio, feita a partir das estimativas anuais de 1991 a 2007 do INE, confirma o diagnóstico apresentado anteriormente, ou seja, o concelho de Castelo Branco com uma trajectória global positiva e os outros três concelhos desta região, com uma perda contínua de população (Figura 3.12).

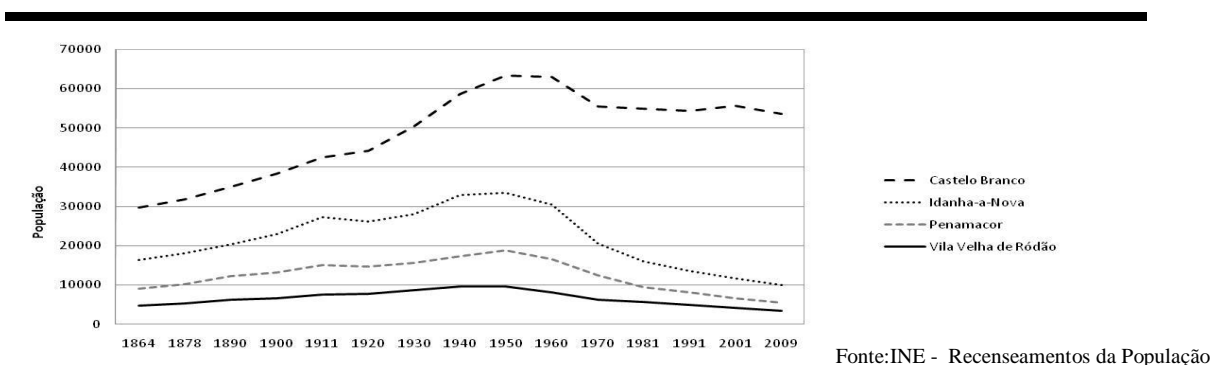


Figura 3.12: Evolução da população entre 1864 e 2009 nos concelhos da BIS.

No que diz respeito à relação entre população e área, a primeira conclusão que se retira é, desde logo, a baixa densidade populacional que a Beira Interior Sul apresenta em relação ao País e à Região Centro. De acordo com dados estimados pelo INE, em 2007, a BIS registava cerca de 20 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto a média do País rondava os 114 habitantes e a região Centro 85 habitantes por Km².

Fazendo uma referência à população rural e, tomando como definição a população residente em aglomerados com menos de 2000 habitantes, ela corresponde,

na Beira Interior Sul, a pouco mais de metade da sua população residente e apresenta uma relação com o espaço marcado por uma baixa densidade rural (11 habitantes/Km²). Esta tem vindo a decrescer acentuadamente (30% no período 1981-2001), aumentando o peso dos inactivos que ascendem agora a mais de 65% (55% no Continente). A contínua perda de população das freguesias rurais conduziu a índices populacionais muito baixos. Em 2001, cerca de 3/4 das freguesias da BIS apresentavam menos de 1 000 habitantes o que manifestamente baixo.

As freguesias com menos população estão localizadas, na sua maioria, no concelho de Idanha-a-Nova, com 12 das 17 freguesias a contabilizarem menos de 500 habitantes. Da mesma forma, com menos de 500 habitantes, estão as freguesias de Bemposta, Águas, Meimoa e Aranhas no concelho de Penamacor e Caféde e Ninho do Açor em Castelo Branco. Em sentido oposto encontra-se a freguesia de Castelo Branco com mais de 30 000 habitantes. No conjunto da Região esta Freguesia aparece, assim, como um contraste, pois nenhuma das outras se aproxima do seu valor. A segunda freguesia com mais população, Alcains, tem cerca de 5 000 habitantes. Com menos de metade deste valor, seguem-se as freguesias sedes de concelho: Idanha-a-Nova com cerca de 2 500 habitantes; Vila Velha de Ródão com cerca de 2 000 habitantes e Penamacor com cerca de 1 700 habitantes.

A dinâmica associada à quebra demográfica da região regista uma selectividade nos grupos mais atingidos, sendo que o conjunto dos jovens o que revela maiores quebras. A fez-se sentir de forma mais intensa nos concelhos de Vila Velha de Ródão (-76,5%), Penamacor (-60,1%) e Idanha-a-Nova (-57,1). Castelo Branco aproximou-se dos valores registados no País e na região Centro, com taxas negativas substancialmente mais baixas. O decréscimo deveu-se, sobretudo, à diminuição dos níveis de fecundidade e, por isso, menor ocorrência de nascimentos, embora se possa acrescentar, para os concelhos de Vila Velha de Ródão, Penamacor e Idanha-a-Nova um forte fluxo migratório (emigração e êxodo rural), atingindo, de forma particular, a população em idade activa, condicionando, por isso, o número de nascimentos.

Em relação à evolução da população em idade activa (dos 25 aos 64 anos) destaca-se a ocorrência de dinâmicas distintas. Enquanto o concelho de Castelo Branco, conheceu um aumento, sobretudo dos concelhos limítrofes. Os restantes concelhos revelaram decréscimos consideráveis, sendo um sinal de que a emigração e o êxodo rural para outros contextos territoriais continuam a ser uma realidade. Resultado do

aumento de esperança de vida o escalão etário com mais de 65 anos apresenta, à excepção do concelho de Vila Velha de Ródão, uma evolução positiva. Dos concelhos da BIS, Castelo Branco é o que apresenta uma maior evolução, com uma taxa de crescimento da população idosa de cerca de 15%. Idanha-a-Nova e Penamacor conheceram um crescimento mais moderado, mas ainda assim positivo.

Este aumento do número de idosos e, no sentido inverso, a diminuição das taxas de fecundidade determinam uma estrutura etária com grande percentagem de população com mais de 65 anos de idade. Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão são exemplos paradigmáticos deste fenómeno com cerca de 40% do total da sua população com mais de 65 anos, valor bem distante da média nacional, que ronda os 17%. O concelho de Castelo Branco embora apresente uma percentagem de idosos superior à média nacional é ainda assim cerca de metade da dos restantes concelhos da BIS. A análise anterior confirma, não só os elevados índices de envelhecimento apresentados pelos concelhos de Vila Velha de Ródão, Penamacor e Idanha-a-Nova, como dá conta da trajectória de crescimento que vêm apresentando. Entre 1991 e 2007, Vila Velha de Ródão passou de 298 idosos por cada 100 jovens para 560 e Penamacor de 268 idosos por cada 100 jovens para 536.

A juntar a este quadro de contínuo envelhecimento que tem sido apresentado acresce, ainda, o aumento da esperança de vida, expresso no índice de longevidade. Os quatro concelhos em análise revelam não só índices de longevidade superiores ao da média do País como registaram, no período 2001 a 2007 aumentos. Em 2007, cerca de metade da população idosa da BIS era já constituída por indivíduos com mais de 75 anos, valor igual ao projectado para o País em 2050.

A evolução do número de mão-de-obra afecta à agricultura na BIS aponta numa clara diminuição desde a década de 50. A perda de importância no sector agrícola da BIS reflecte-se neste caso, numa diminuição de cerca de 18 mil postos de trabalhos em 50 anos. A dinâmica verificada na BIS, neste aspecto, traduz claramente o ocorrido nos seus concelhos, que para o período compreendido 1950 e 1968 se perderam 4 939 em Idanha-a-Nova, 4 458 em Castelo Branco, 1 982 em Penamacor e 722 em Vila Velha de Ródão. Entre os ganhos de população agrícola no período considerado, destaca-se o caso de Idanha-a-Nova, que ganhou 366 postos de trabalho entre 1989 e 1999 e, o caso de Penamacor entre 1979-1989, com um aumento de 251 trabalhadores.

Em suma, a população da região apresenta grandes fragilidades ao nível demográfico. Se, por um lado, o concelho de Castelo Branco apresenta algum dinamismo, os restantes embocaram numa decadência populacional bastante profunda.

3.6 Tradições e manifestações culturais

O património gastronómico da região é o resultado histórico da influência do solo e do clima. Este constitui uma síntese da relação do Homem com a natureza, que o influencia e, sobretudo da forma como a cultura assente nas relações de convívio e da partilha se traduzem na alimentação.

Apesar de existirem muitos alimentos produzidos nesta região, existem outros produzidos naturalmente, que vincam a gastronomia da Beira Interior Sul, tais como, as amoras, as azedas, os coentros e os cogumelos.

Adicionalmente, o pão era um elemento fundamental nas refeições, sendo feito, principalmente, de farinha de centeio. Tão importante quanto o pão, era a sopa, prato esse robusto e complexamente composto pelos ingredientes da região.

Por outro lado, as azeitonas, as castanhas, os figos e os medronhos eram frutas características, tal como algumas frutas frescas (maçãs, peras) desta mesma região.

O porco, a par do cabrito, do borrego e do javali constituem-se nos tipos de carne mais consumidos na Beira Interior Sul. Na época das matanças, o sarrabulho é prato típico, a par dos maranhos, forte especialidade da região. Por seu lado, a caça torna-se na actividade através da qual é possível saborear carnes cinegéticas. A variabilidade é uma das características que identifica a região.

Uma das tradições mais comuns e mais antiga da Beira Interior Sul constitui-se na matança do porco. Esta geralmente realiza-se entre o início do mês de Novembro até Janeiro ou Fevereiro, tornando-se num ponto de encontro entre familiares e contribuindo para a economia doméstica para todo o período anual.

Por outro lado, em 1988 e, com base na implementação do conceito de “produto de denominação de origem”, fortemente exigido pelo queijo curado, a região estabeleceu a existência de três tipos de queijos, nomeadamente o queijo de ovelha de Castelo Branco, o queijo amarelo e o queijo picante da Beira Baixa.

O primeiro tipo de queijo é produzido com leite de ovelha, sobre o qual uma infusão da flor do cardo actua como coagulante. Em termos espaciais, a produção deste bem é efectuada na maioria das freguesias do concelho de Castelo Branco, do concelho de Idanha-a-Nova e parte do concelho do Fundão. Quanto ao queijo amarelo, este é produzido com leite de ovelha estreme ou através de uma combinação entre leite de ovelha e de cabra, ao longo de todo o distrito (excepto nas freguesias da Covilhã que estão sobre alçada da região demarcada do queijo da Serra da Estrela). Finalmente, no que toca ao queijo picante, a sua produção é muito semelhante à do queijo amarelo, ou seja, através de leite de ovelha ou cabra estremes ou através da combinação entre os dois. De notar que este tipo de queijo é único em Portugal.

Também nesta região, a azeitona desempenha um forte marco na gastronomia da Beira Interior Sul. As tarefas que antecedem a sua colheita iniciam-se no Verão de São Martinho, culminando na sua recolha, podendo estender-se pelo mês de Novembro. Noutra prisma, os lagares individuais, quer pertencendo a pequenas sociedades ou cooperativas, traduziam-se num sinal de empreendedorismo local.

No âmbito destes, era possível verificar a existência de três gerações de lagares: os lagares de varas (lagares iniciais) (Figura 3.13), que foram sucedidos pelo lagares de prensas hidráulicas e os lagares de linha contínua (lagares automatizados). Apesar desta evolução, a elevada qualidade da azeitona tem-se mantido constante, constituindo-se num enorme orgulho para os naturais desta região. Os olivais constituem uma grande riqueza da região, produzindo o azeite “Denominação de Origem Protegida” com a designação de “Azeites da Beira Baixa.

Em termos económicos, as feiras e os mercados assumem-se como importantes pontos de encontro entre produtores locais e compradores. Geralmente, estes ocorrem um pouco por todas as localidades e ao longo de todo o ano, com especial concentração nos meses de Verão, dado das romarias e acontecimentos festivos e religiosos que ocorrem durante essa estação. Estas actividades constituem-se num importante meio de escoamento de produtos, matérias-primas, tal como para a divulgação do artesanato.



Figura 3.13: Lagar de varas em Idanha-a-Velha.

Em consonância com a sua religiosidade, com a sua cultura e hábitos, os habitantes da Beira Interior Sul nutrem elevada estima e participam activamente nas romarias e festas. Neste sentido, podem-se identificar as romarias à Senhora do Almortão, à Nossa Senhora da Póvoa, à Senhora dos Altos Céus, à Nossa Senhora do Bom Sucesso, entre outras, como romarias importantes nesta região.

Musicalmente, a Beira Interior Sul reúne alguns dos instrumentos mais característicos de Portugal, como sendo o adufe, os bombos, a guitarra de beiroa, as genébres⁹ e a zamburra¹⁰.

Por outro lado e também como reflexo dos fortes traços culturais desta região, as colchas de noivado de Castelo Branco surgiu para cobrir a cama dos esposados. Este bordado feito em linho e seda, era executado pela noiva, antes do casamento. A colcha era a peça mais importante o enxoval. Actualmente, estas já não são manufacturadas tendo em conta o objectivo inicial com que foram feitas, sendo atribuível a uma peça de

⁹ A genébres é uma espécie de xilofone;

¹⁰ Instrumento da categoria dos membranofones de fricção, composto essencialmente por uma caixa de ressonância, cuja boca é tapada com uma pele esticada que funciona como membrana vibratória.

artesanato. No entanto, é possível contemplá-la em festividades sociais e quem as tem, guarda-as preciosamente.

Como forma de expressar a criatividade em termos culturais, na Beira Baixa podem ser encontrados diversos tipos de artesanato, abrangendo um grande número de materiais. Nestes é observável a transmissão tácita do conhecimento passado de geração em geração. Considera-se, por isso, um património cultural, de valor incalculável que urge preservar e divulgar. De entre os objectos mais reconhecidos, pode-se enumerar a marafona.



Figura 3.14: Pequena oficina de fabrico artesanal do adufe.

3.7 Identificação e estudo das unidades de paisagem

A definição de unidades de paisagem é a consequência da análise das características mais distintas das suas componentes e do entendimento que se tem dos seus da relação entre elas. Pode-se referir que, numa primeira análise, o território constituinte da Beira Interior Sul representa, por si só, uma unidade paisagística. A evidência de uma acentuada ruralidade, interioridade e periferia faz desta região um território com fraco dinamismo e baixa densidade populacional. A morfologia essencialmente plana, o uso extensivo do solo, a presença de afloramentos rochosos e a

disseminação da azinheira, da oliveira e do sobreiro caracteriza a homogeneidade desta paisagem.

Apesar dessa homogeneidade apresentada pela Beira Interior Sul relativamente à paisagem há, no entanto, razões para diferenciá-las em diferentes unidades de paisagem. Foram, portanto identificadas quatro unidades de paisagem que constituem o território da Beira Interior Sul, sendo elas: “Serras da Gardunha, Malcata e Penha Garcia”; “Campo albacastrense e campo raiano”; “Campanha de Idanha”; e “Sector do Tejo Internacional” (Figura 3.15).

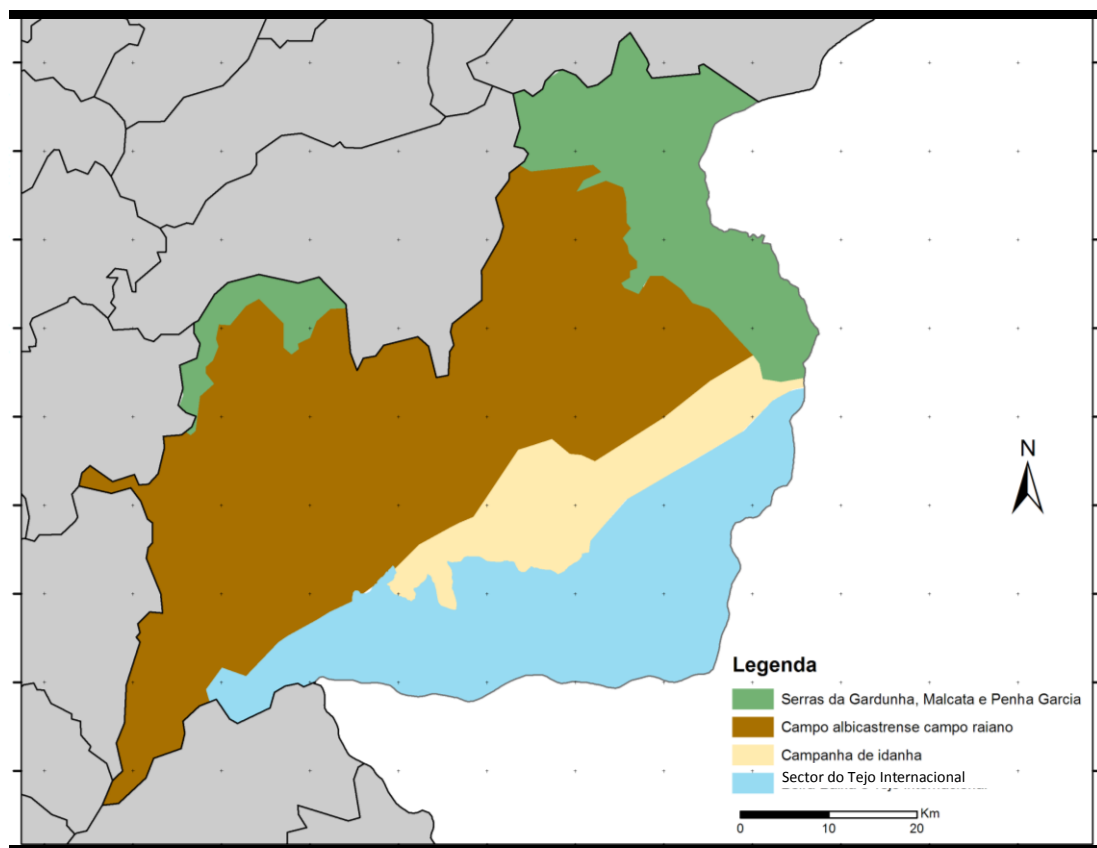


Figura 3.15: Unidades de paisagem da Beira Interior Sul

3.7.1 Florestas das Serras da Malcata, da Gardunha e de Penha Garcia

A unidade de paisagem denominada “Serra da Gardunha, Malcata e Penha Garcia” é identificada, sobretudo, pelas suas características de relevo e pelas suas particularidades de ocupação do solo. Embora seja individualizada de forma descontínua, os resultados evidenciados demonstram características comuns entre a Serra da Gardunha e o restante sector da unidade de paisagem.

Tal como o próprio nome evidencia, a morfologia do terreno é nesta parte do território, marcado pelo relevo acidentado, predominando as formas arredondadas na serra da Malcata, as formas mais escarpadas na crista quartzítica de Penha Garcia e formas intermédias na serra da Gardunha. A serra da Malcata é composta por cabeços com uma forma arredondada marcando a paisagem numa grande extensão, quer pela sua dimensão e forma, quer pela tonalidade verde que imprime ao território. A sua orientação principal é nordeste - sudoeste, sendo as suas vertentes geralmente íngremes com linhas de água encaixadas e vales apertados.

Para Sul estende-se uma área com menor altitude e com o relevo mais plano, interrompida pelas vertentes declivosas de Penha Garcia. Sem atingir a altitude dos relevos da Gardunha e da Malcata, mas evidenciando-se das áreas envolventes, a crista quartzítica de Penha Garcia distingue-se facilmente dos cumes de xisto, pois recortam a paisagem em perfis abruptos. A sua orientação principal é Noroeste - Sudeste, direcção contrária às serras da Cordilheira Central e à rede hidrográfica principal.

No outro sector da unidade de paisagem, a serra da Gardunha, sobretudo a vertente Sul, que enquadra a região em estudo, é marcada pelos seus afloramentos rochosos de granito e xisto. Esta serra imprime na paisagem formas confusas de cumes pontiagudos e arredondados.

O uso do solo é de cariz essencialmente florestal. Este está organizado em grandes manchas uniformes, compactas, sobretudo de resinosas, em maior representação o pinheiro bravo, embora esteja presente também o eucalipto. O mosaico da ocupação do solo destaca o peso das áreas florestais com particular predominância das resinosas, tal como foi dito anteriormente. Contudo, existe uma importante representatividade da floresta de folhosas, da vegetação esclerofítica bem como de áreas de agricultura extensiva e pastagens (Figura 3.16 e 3.17). A Poente e Sul da serra da Malcata pode encontrar-se um sector do território mais plano, aproveitado para o uso agrícola, nomeadamente um mosaico de culturas anuais de sequeiro, culturas anuais de regadio, agro-florestal e pastagens (Figura 3.16).

Esta paisagem denota um predomínio dos elementos naturais em relação aos humanos, consubstanciado pela fraca densidade populacional, encontrando-se, no entanto, alguns aglomerados de pequena dimensão de que são exemplo Meimão, Benquerença e Meimoa. O uso dominante do solo reflecte uma profunda alteração da vegetação natural, patente na grande extensão de espaços florestais degradados,

nomeadamente através de cortes rasos e de povoamentos monoculturais de espécies de crescimento rápido. As linhas de água e galerias ripícolas têm um peso notório na Gardunha e Malcata, assim como os matos na Malcata e Penha Garcia.

A importância natural e paisagística desta unidade de paisagem contrasta com as dimensões de área com uma ocupação associada a degradação dos espaços florestais (cortes e viveiros florestais de monocultura). Esta realidade induz a falta de adaptação dos usos actuais às características da componente biofísica predominante. Aliado a este facto está o facto do despovoamento e abandono da agricultura, dos anos 50 e 60 do século XX, estar a proporcionar a monocultura do eucalipto, aumentando a ameaça de ocorrência de incêndio. Deste modo e analisando as Cartas de Corine referente aos anos de 1990 e 2006, pode-se destacar a perda de área nas classes de uso do solo matos (914ha), culturas anuais de sequeiro (631 ha) e florestas mistas (633 ha). Por outro lado, as classes que ganharam área foram as florestas de folhosas (2169 ha) associadas ao eucalipto, florestas de resinosas (527 ha) e as culturas anuais de regadio (380 ha).

Esta unidade apresenta alguma identidade associada à existência da Reserva Natural e das Zonas de Protecção Especial da serra da Malcata e da Gardunha. No entanto, o historial recente de ocupação do solo tem vulgarizado a paisagem, encontrando-se outras semelhantes em diferentes regiões do País.

Em síntese, esta é uma unidade de paisagem que reflecte uma diversidade de sensações. Se, por um lado o seu valor estético proporciona sensações agradáveis, por outro a monotonia da paisagem, espelhada pela grande mancha de floresta de eucalipto traduz-se em sensações menos positivas. Neste contexto, interessa referir que o valor biológico intrínseco se encontra confinado, actualmente, a um pequeno segmento do território. Este encontra-se representado na figura XX pela vegetação esclerofítica que, pelo seu elevado número de espécies e interesse biológico, presente e potencial, interessa preservar. O relevo de Penha Garcia, devido à sua imponência, representa um dos elementos que desperta sensações mais positivas.

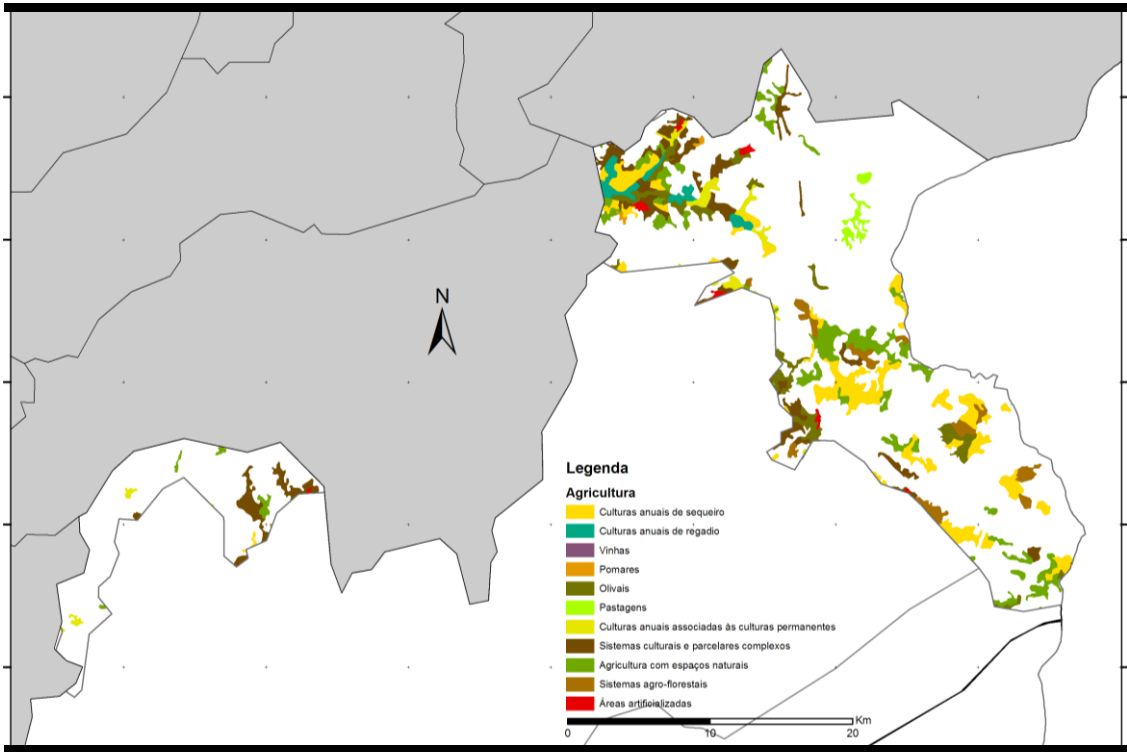


Figura 3.16: Distribuição do espaço agrícola na Unidade A em 2006

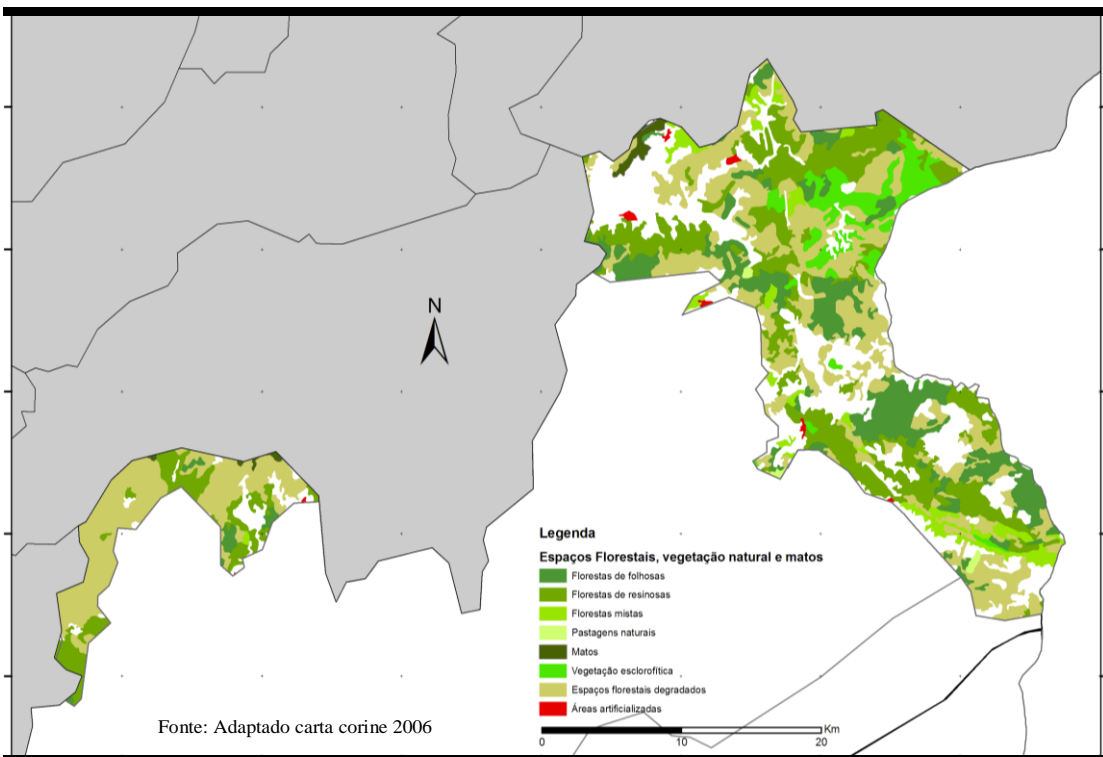
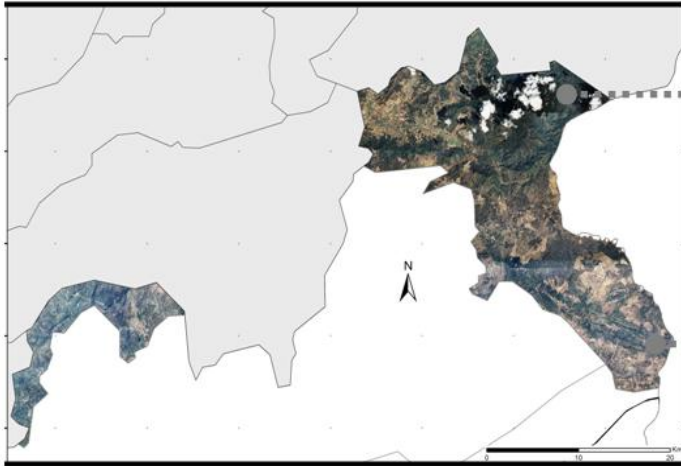


Figura 3.17: Distribuição do espaço florestal na Unidade A em 2006



Paisagem da serra da Malcata



Paisagem, Ao fundo, da crista quartzítica de Penha Garcia



3.7.2 Unidade B - Campo Albicastrense e Campo Raiano

O território desta unidade de paisagem fica localizado imediatamente a Sul dos relevos das Serras da Gardunha, Malcata e de Penha Garcia, e a Norte da falha do Ponsul. A pequena distância a Sudeste de Castelo Branco onde variação do relevo é diminuta, o vale dissimétrico do Ponsul marca um vinco profundo. A escarpa de falha do Ponsul, falha activa que se prolonga entre o Arneiro e as Termas de Monfortinho, numa orientação Noroeste – Sudeste, marca a transição entre a planície albicastrense ou raiana, com uma matriz de ocupação do solo mais complexa, e a “Campanha de Idanha” com um cariz marcadamente mais agrícola.

A sua forma plana encontra-se logo após a Gardunha, nos granitos do campo Albicastrense onde se desenvolveu uma superfície compacta, talhada pelos rios, principalmente os rios Ponsul e Ocreza. Apenas emergem da planície monótona alguns “montes” de blocos graníticos. Em grande parte deste território é frequente encontrar afloramentos rochosos de granito, com diferentes dimensões, material que se utilizou na arquitectura tradicional, marcando desse modo a paisagem. A aldeia de Monsanto, situada no cimo do “monte-ilha” com o mesmo nome, permite uma visão singular sobre a planície, constatando-se, entre outros aspectos, as características de ocupação do solo e a sua forma de povoamento.

A unidade “campo albicastrense e campo raiano” é caracterizada pela concentração da população em aglomerados, sendo raras as habitações dispersas no território. A existência de “povoamentos históricos” como Penamacor, Idanha-a-Velha, ou Monsanto constituem elementos importantes que garantem a identidade destas paisagens. A cidade de Castelo Branco constitui-se como o maior núcleo populacional da região e por consequência da unidade, sendo aqui que se concentra o maior conjunto de valores do património construído. Como exemplos do património construído pode-se referir o Paço Episcopal e o seu jardim (criado no século XVIII), a Sé Catedral (reedificada no séc. XVII) e o Castelo dos Templários (edificado entre 1214 e 1230). Para além do património construído de Castelo Branco pode-se distinguir o Castelo Medieval de Monsanto (séc. XII), Castelo de Penamacor e Torre de Vigia (início do séc. XIII) e a Antiga Catedral de Idanha-a-Velha (séculos VI-VII).

Tal como se pode observar nas Figuras 3.18 e 3.19, a matriz de ocupação do solo indica uma estrutura complexa onde se misturam parcelas de cereal com vinha, olival,

pastagens, pequenos pomares, manchas de montado de sobre e azinho e eucaliptos, parcelas às vezes divididas por muros de pedra, outras por vegetação arbustiva. Os terrenos junto aos aglomerados, no geral bastante compartimentados, mostra que a paisagem foi construída detalhadamente, adequando os diferentes usos à especificidade de cada parcela de território. Nas áreas em que domina o xisto, a paisagem é menos diversa, assumindo uma expressão mais homogénea no que diz respeito à sua capacidade produtiva (no geral com eucaliptos ou matos). Esta área, localizada na secção oeste da unidade de paisagem, apresenta uma matriz marcada pelos espaços florestais, representando a fronteira entre a Beira Interior Sul e a região NUTS III de Pinhal Interior Sul.

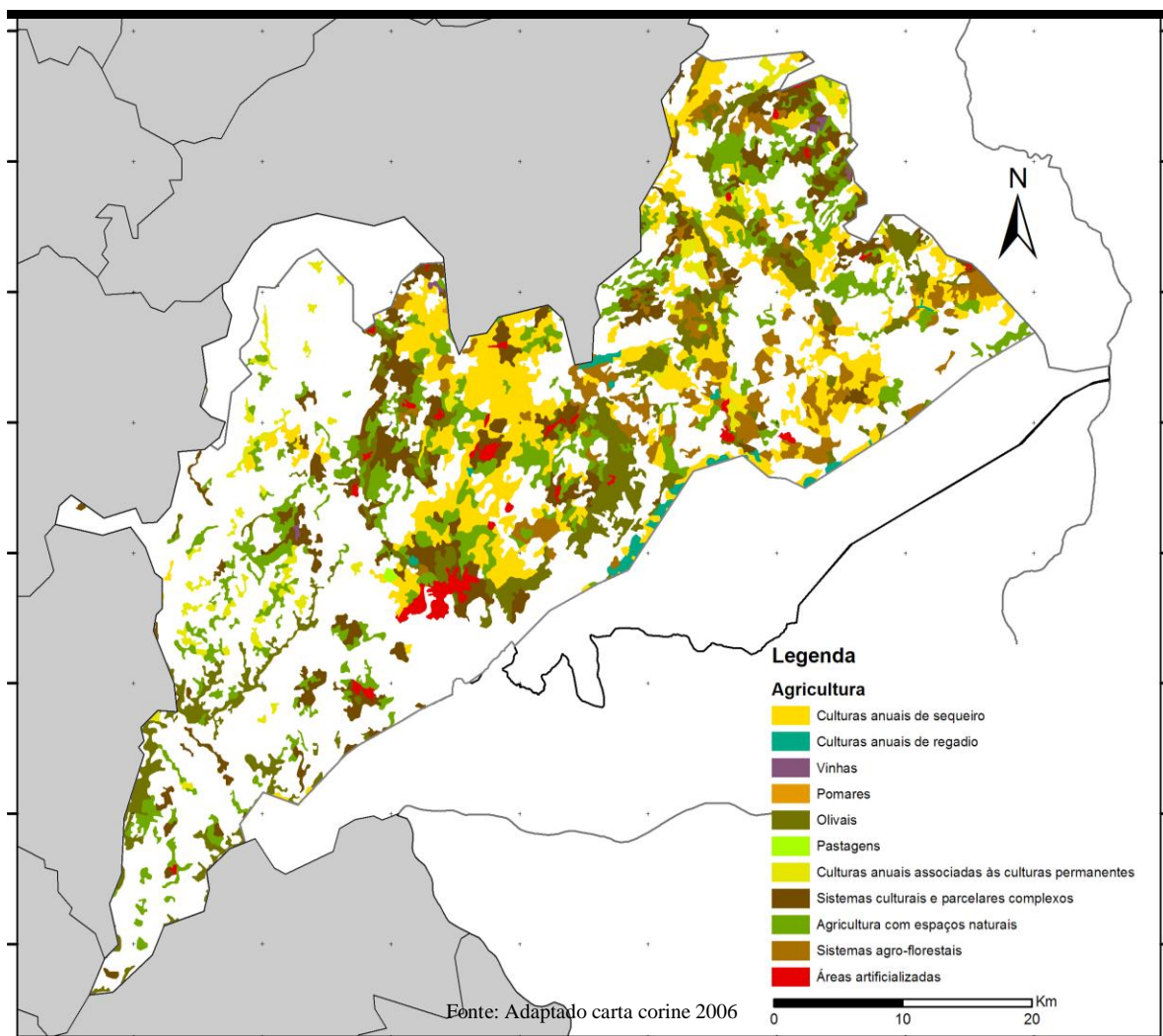


Figura 3.18: Distribuição do espaço agrícola na Unidade B em 2006

A evolução da ocupação do solo dá-se, segundo a análise das cartas de corine 1990 e 2006, da diminuição das áreas de floresta de resinosas (-15 516 hectares), matos (-3 017 hectares) e agricultura com espaços naturais (-1 356 hectares) para uma extensa área de floresta degradada (13 354 hectares), floresta de folhosas (8 960 hectares) e as áreas artificializadas (752 hectares). Durante o mesmo período destaca-se também a diminuição da área afectada ao olival em cerca de 750 hectares.

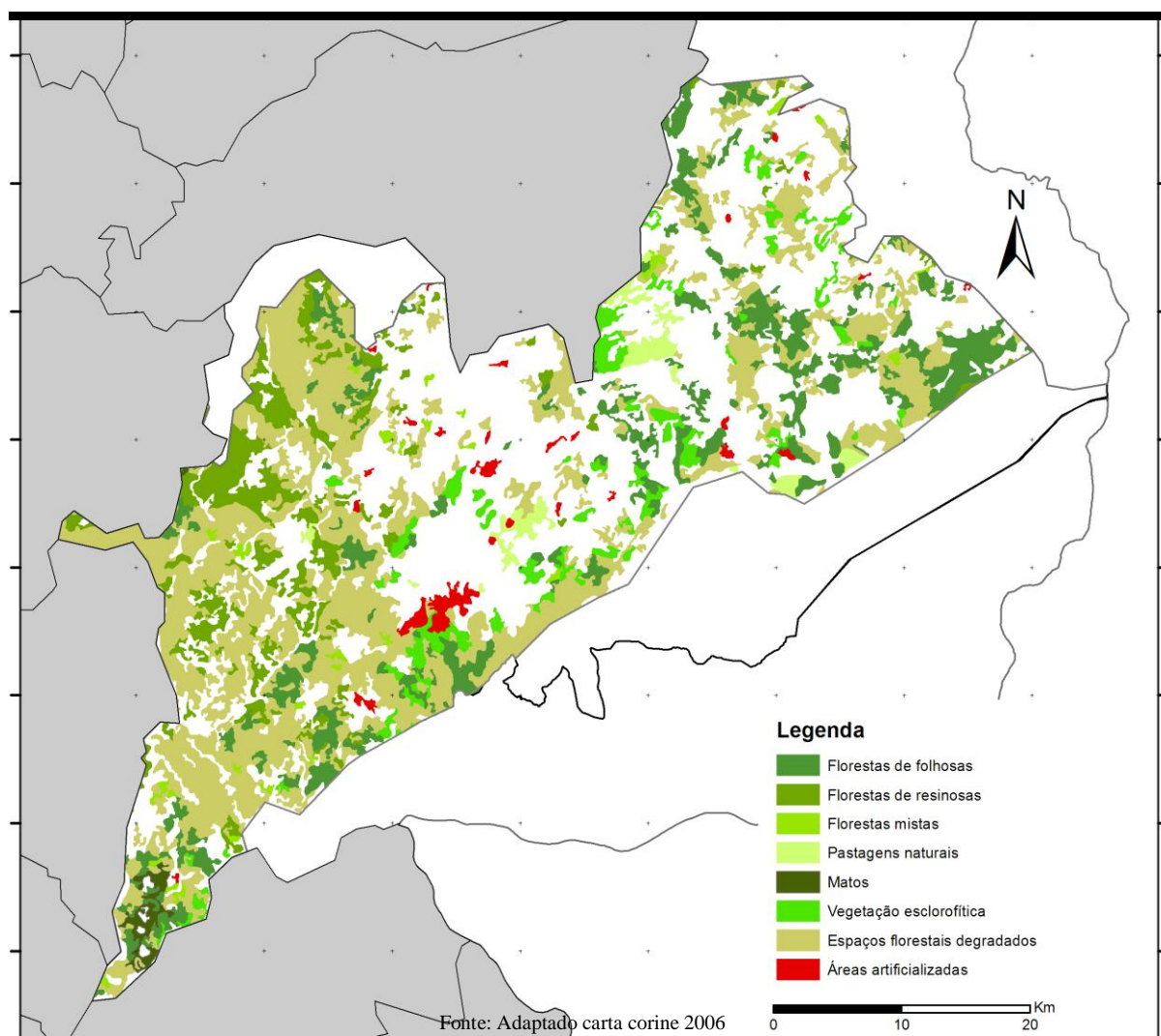
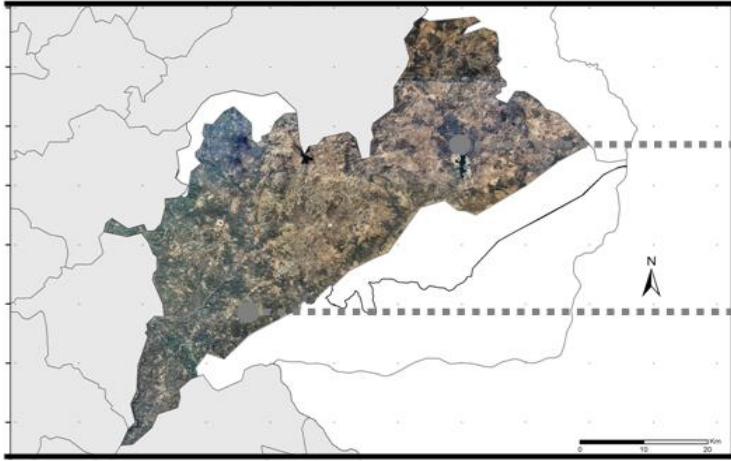


Figura 3.19: Distribuição do espaço florestal na Unidade B em 2006

A diversidade é uma característica essencial desta unidade de paisagem, sendo observada na configuração da ocupação do solo, na compartimentação das parcelas, na dispersão de povoações e, de alguma forma, no contraste entre a extensa planície e os montes que pontuam o território. Todavia, o elemento unificador desta paisagem e que está presente em quase toda a sua extensão é o granito.

A identidade desta unidade encontra-se evidenciada nas suas povoações mais antigas, agrupando um conjunto de aglomerados bem preservados. A paisagem, embora não apresente características singulares ao nível natural, integra uma feição de ocupação do solo adaptada às condições biofísicas existentes.

As sensações associadas a esta paisagem resultam das amenidades presentes, sendo estas conferidas pela capacidade que demonstram as comunidades locais ao adaptarem-se às características de isolamento e rudeza das condições naturais. A par desta, importa destacar uma característica que lhe confere um valor intrínseco, ou seja, a disseminação de olivais tradicionais que, em alguns casos, possuem no sob-coberto o aproveitamento dos pastos para o rebanho. A existência de locais que proporcionam vistas abertas panorâmicas consente uma forma de se perceber a variação dos tons ao longo do ano.



Paisagem a Sul de Monsanto



Paisagem a Norte de Castelo Branco



3.7.3 Unidade C - Campanha de Idanha

A sua localização a Sul da, já referida falha de Ponsul, estabelece o limite entre a plataforma de granitos e os xistos, da unidade de paisagem anterior, com o sector da “Campanha de Idanha”. Esta característica faz com que as especificidades desta paisagem seja a consequência da génese litológica sedimentar do terciário em que assenta, denominada como “Arcoses da Beira”.

As características da paisagem denominada, neste estudo, por “Campanha de Idanha” correspondem a uma área aplanada, relativamente exígua e envolvida a Norte pelo rio Ocreza, e a Sul pela Ribeira de Aravil. O facto fundamental que diferencia esta unidade de paisagem das demais é o seu padrão de uso agrícola (Figura 3.20). No geral apresenta um padrão de uso intensivo, com largas áreas de regadio, aproveitando a barragem da Idanha (secções central e poente). Esta tipologia, alterna com algumas manchas de montado de azinho, mais frequentes para Nascente. A rede hidrográfica é acompanhada por galerias ripícolas bem constituídas, onde predominam os freixos e os salgueiros. O povoamento é escasso e concentra-se em pequenos aglomerados, sendo de referir apenas dois – Ladoeiro e Toulões – apresentando um cunho marcadamente rural, onde ainda se podem encontrar algumas casas de pedra características das classes mais pobres da Beira Baixa.

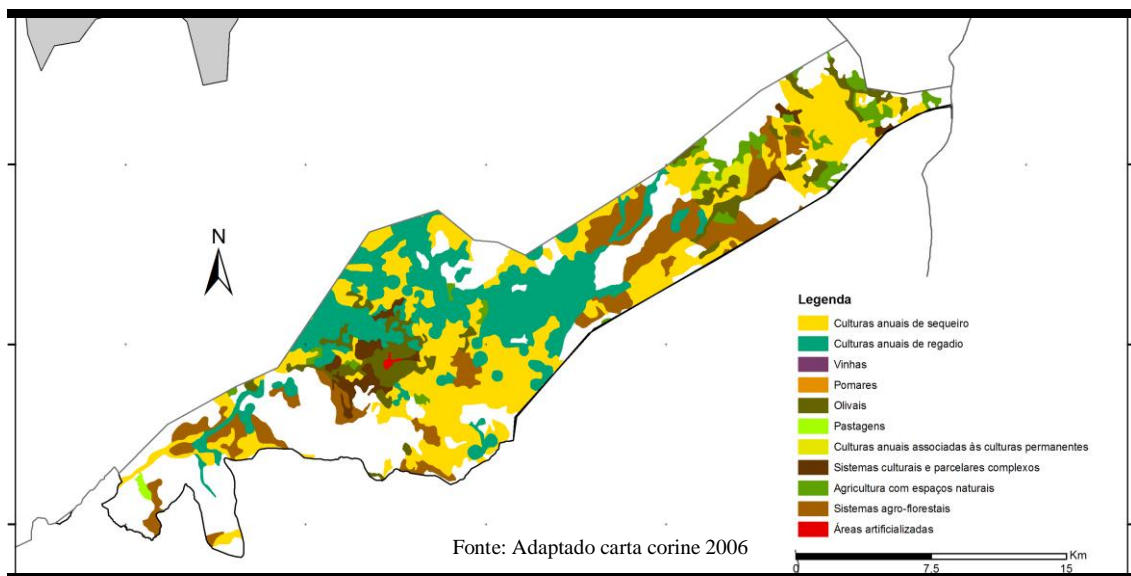


Figura 3.20: Distribuição do espaço agrícola na Unidade C em 2006

Os usos do solo demonstram uma paisagem voltada, essencialmente para uma função produtiva, correspondendo a uma identidade relativamente baixa. A perfeição da planície, as terras semeadas com cereal e a mancha de montado de azinho do campo de Aravil, denota grandes semelhanças com o Alentejo. Aqui, a principal alteração de ocupação do solo deu-se através da substituição das culturas anuais de sequeiro (-2 915 hectares) pelas culturas anuais de regadio (3 418 hectares). Apesar de ser uma paisagem marcadamente agrícola, persistem algumas manchas, pouco expressivas de floresta, sobretudo de folhosas (Figura 3.21).

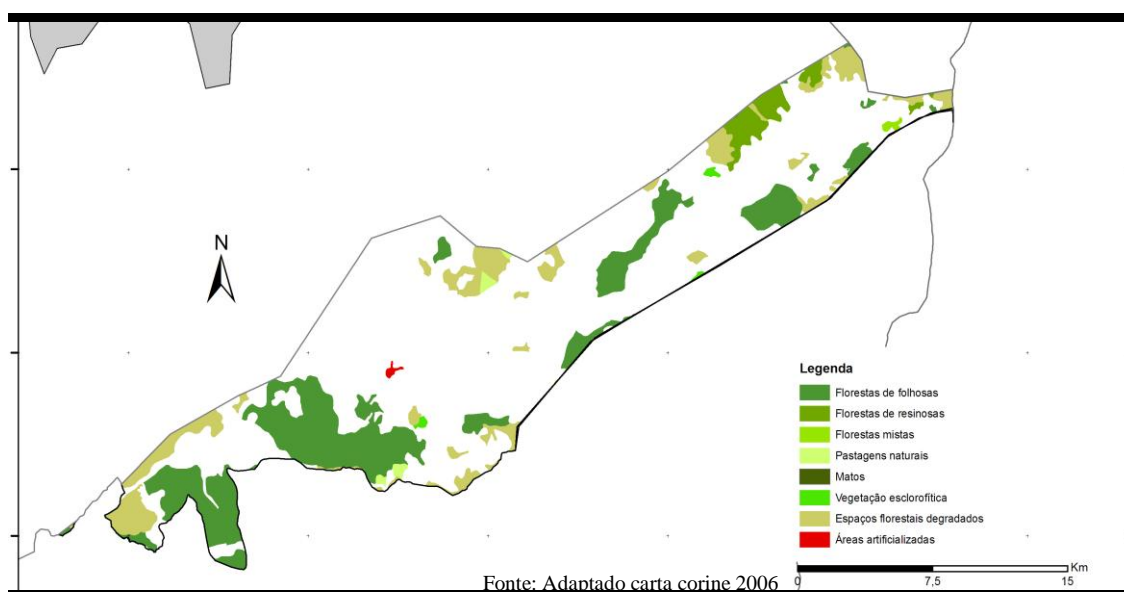
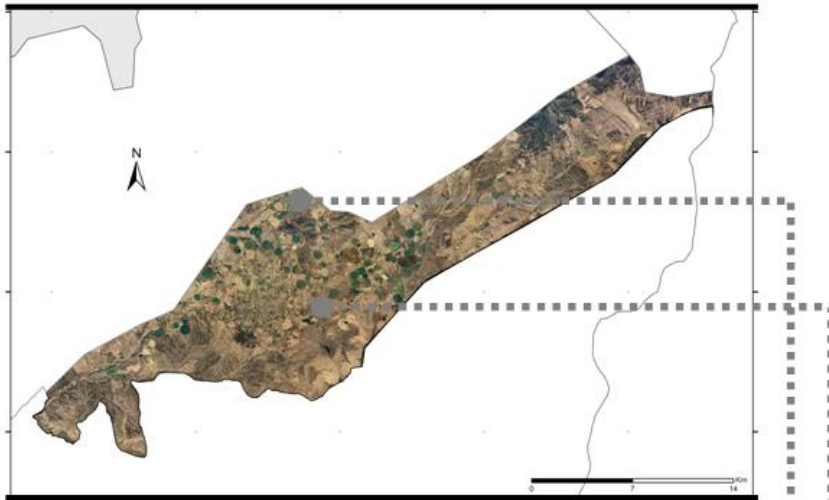


Figura 3.21: Distribuição do espaço florestal na Unidade C em 2006

A “Campanha de Idanha” apresenta, também uma matriz cromática que varia ao longo do ano, sobretudo derivado das alterações anuais da cultura agrícola, desde a sementeira à colheita.

Em suma, as principais ocupações do solo são, relativamente coerentes entre si e com as características biofísicas que a caracterizam. A planície associada a solos com uma clara diferenciação de horizontes com aptidão para a prática agrícola.



Paisagem para Sul de Idanha-a-Nova



Paisagem na envôlvência da freguesia do Ladoeiro



3.7.4. Unidade D – Sector do Tejo Internacional

A unidade de paisagem denominada como “Sector do Tejo Internacional” é delimitada a sul pelo vale do Tejo, a Oeste pelo rio Ocreza, a Este pelo rio Erges e a Norte pela “Campanha de Idanha”. Esta unidade de paisagem destaca-se pela diminuta densidade populacional, concentrada nas suas escassas aldeias. As populações concentram-se em aldeias muito afastadas entre si, escasseando os casos de povoamento disperso em “montes” isolados. O forte isolamento e abandono, reflecte as influências do norte e do sul da região e, neste sentido, pode considerar-se como uma expressiva transição entre o Norte Alentejano e a Beira Interior Norte.

O relevo de xisto é, geralmente irregular, incluindo níveis mais planos (normalmente correspondentes a maiores altitudes) e outras bastante declivosas. Confina com o rio Tejo e nela circulam os seus afluentes Ponsul e Aravil, apresentando margens de grande declive. À medida que se aproxima o Tejo Internacional a paisagem imprime um cunho mais acidentado, talhando, a rede hidrográfica vales mais profundos e cavados. Estas características associadas a uma posição periférica não são favoráveis à presença humana, daí a escassez de núcleos populacionais.

Os sistemas de culturas anuais de sequeiro a par das pastagens ocupam áreas importantes, embora aqui, os solos não sejam tão produtivos como na “Campanha de Idanha” (Figura 3.22). As ocupações do solo dominantes são as classes florestais de folhosas (Figura 3.23). As espécies arbóreas mais marcantes são a azinheira e o sobreiro, distribuindo-se, sensivelmente entre os 160 e os 450 metros. Estes encontram-se associados, frequentemente, aos Montados que, quando abandonados, evoluem para densos azinhais.

Mais recentes são as plantações de pinheiros e de algumas manchas de eucalipto, sobretudo no sector Central e Sul (Figura 3.23). A presença frequente da vegetação esclerofítica é responsável pelo intenso e diversificado padrão cromático, a que se associam odores igualmente fortes, principalmente na Primavera. A predominância dos xistos é representada pelos amarelos da giesta, o branco das estevas e o roxo do rosmaninho. Neste contexto, importa destacar a riqueza da envolvente da aldeia do Rosmaninhal, correspondendo a um extenso e denso tapete de rosmaninhos.

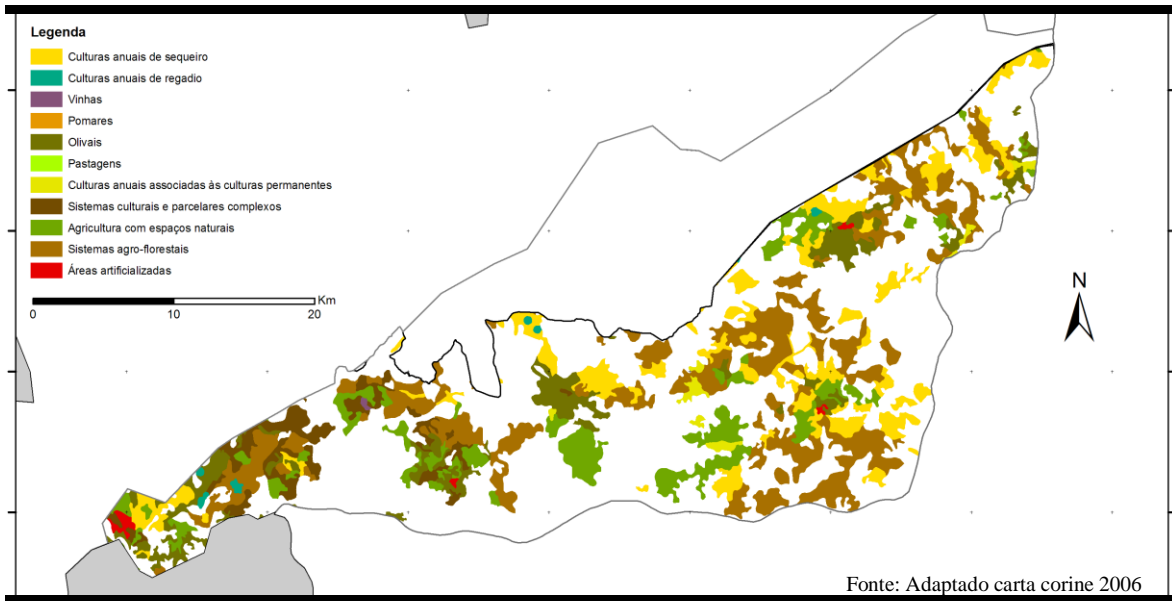


Figura 3.22: Distribuição do espaço agrícola na Unidade D em 2006

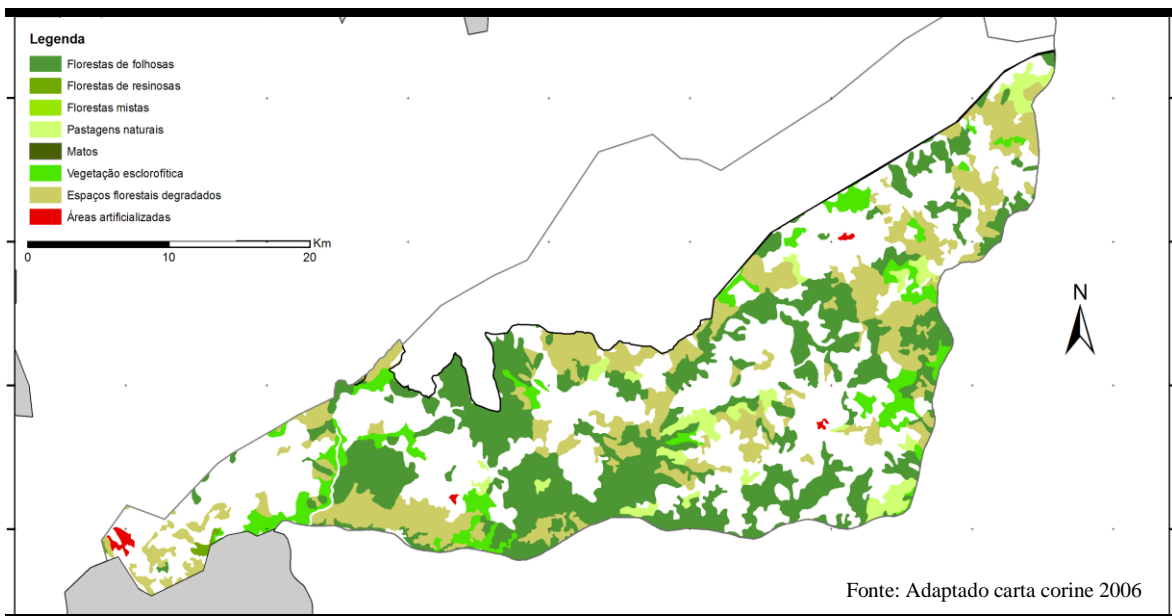
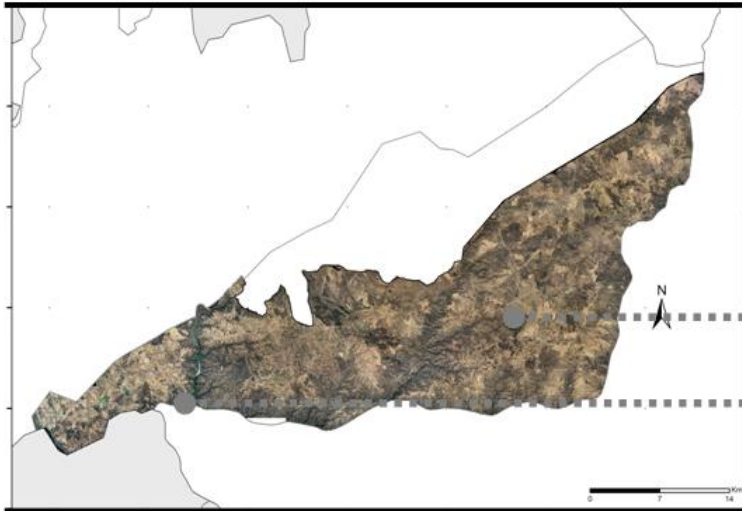


Figura 3.23: Distribuição do espaço florestal na Unidade D em 2006

O Tejo Internacional, embora não seja uma área tipicamente florestal, é um importante local de ocorrência dos carvalhais, dos matos, das áreas de agricultura extensiva e a vegetação ripícola. De destacar a quantidade de ecossistemas com elevado valor natural que importa proteger, sobretudo pelo número de espécies ameaçadas que suportam. O aglomerado urbano de Vila Velha de Ródão marca o ponto, a partir do qual as margens do rio manifestam uma ausência populacional. A paisagem é aqui, quase desprovida de aldeias e vias apenas predominando os afloramentos rochosos, os matagais e os azinhais. A única presença do ser humano é perceptível nos socacos que, nas vertentes, servem de suporte aos olivais. No entanto, estes já não se vislumbram com tanta facilidade, pois as barragens e os eucaliptos esconderam-nos. Contudo, esta modificação substancial da paisagem e da sua identidade, não foram suficientemente fortes para desvirtuar o carácter do Tejo Internacional. A sua identidade mantém-se ainda bem vincada, pela sua forte especificidade natural, com o Tejo e seus afluentes a correr em vales abruptos e rochosos pouco propícios à ocupação humana.

A ocupação do solo, entre 1990 e 2006, tem sido modificada com algum prejuízo para a manutenção da identidade natural da unidade, nomeadamente com a perda de cerca de 650 hectares de sistemas agro-florestais e 630 hectares de matos a favor do aumento da mancha florestal de folhosas (essencialmente o eucalipto).

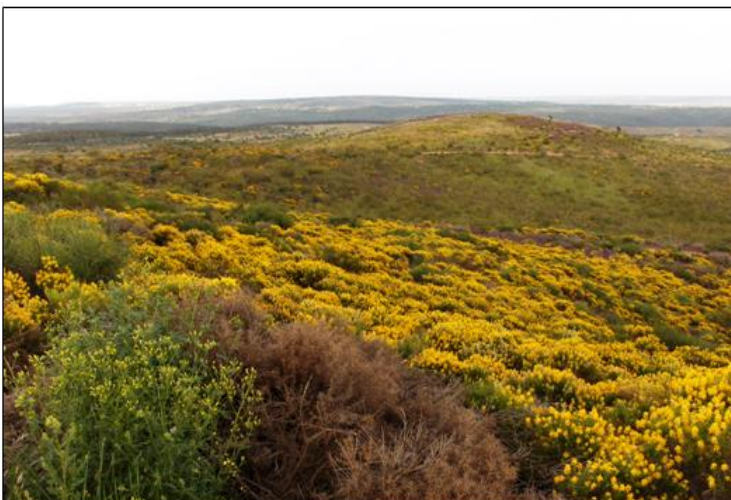
A especificidade desta unidade e a abundância de elementos relacionados com o património natural, facilmente captada pelos sentidos, faz desta unidade um valor indiscutível para a região. Ao longo desta unidade de paisagem podemos observar as Portas de Ródão, local onde o rio forçou a passagem pela longa crista quartzítica da Serra das Talhadas, originando uma formação rochosa de características peculiares. A sua litologia e a sua peculiaridade geomorfológica proporcionaram excelentes condições para a fauna e flora. Nas margens das linhas de água pode-se observar a vegetação ripícola típica desta região dominada no estrato arbóreo pelo amieiro. No que concerne aos prados higrófilos despontam os lírios que, quando em floração transmitem uma sensação de amenidade à paisagem, que é desmentida pela abundância de estevais nos estratos superiores.



Paisagem do Tejo Internacional



Paisagem envolvente da freguesia do Rosmaninhal









3.8 Avaliação das preferências sociais da paisagem

A análise aos inquéritos foi feita tendo como ponto central os grupos de utilizadores da paisagem e as suas preferências, sobretudo no intuito de se perceber as diferentes representações, expectativas, sinergias e conflitos entre eles. Os grupos de utilizadores da paisagem ou grupos funcionais considerados foram os agricultores, os caçadores, os residentes e os turistas. Acrescenta-se o facto de não ter sido considerado relevante uma agregação dos dados por caracterização da amostra, no entanto, esta informação encontra-se no anexo.

O primeiro grupo de questões tinha como objectivo avaliar as preferências declaradas pelos vários grupos de utilizadores em quatro aspectos distintos: preferência da paisagem expressa em diferentes ocupações de solo, valorização de cada unidade de paisagem, selecção dos elementos estruturantes da paisagem e indicação da expectativa funcional relativamente á paisagem.

Relativamente ao primeiro aspecto (Figura 3.23), foram seleccionadas as ocupações de solo consideradas mais representativas, dentro das categorias agrícolas, agro-florestal e florestal. De seguida apresenta-se as fotografias correspondentes às classes de ocupação do solo seleccionadas.

A – Olival	C – Pastagem	E – Cultura temporária
		
B – Matos	D – Montado (sobreiro)	F – Florestal (pinhal)
		

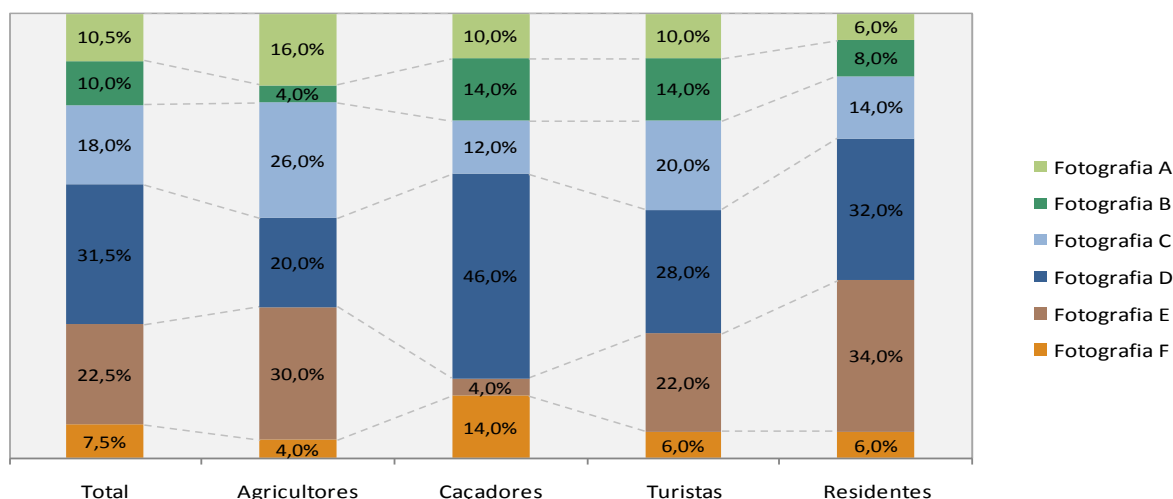


Figura 3.24: “Das seguintes imagens, seleccione a fotografia que ilustra a paisagem mais atractiva para si?”

Como é observável pela figura 3.24 apresentada anteriormente, 31,5% dos inquiridos, no total, indicaram a “fotografia D” como representando a paisagem mais atractiva. Por seu lado, a “fotografia F” foi a menos seleccionada, no total, representando 7,5% dos casos. Na globalidade os inquiridos têm maior preferência pelo montado.

Analisando sobre o ponto de vista dos grupos funcionais, a “fotografia E” foi a mais assinalada, tanto pelos agricultores, como pelos residentes, representando 30,0% e 34,0% respectivamente. Conclui-se que ambos os grupos identificam esta paisagem, pois associam-na a uma maior valorização económica. No caso dos caçadores e dos turistas, a fotografia D apresenta a maior percentagem (46,0% e 28,0% respectivamente). Para o primeiro grupo, esta constitui-se numa paisagem com características adequadas para a actividade de caça, já o segundo, as razões deverão prender-se com a qualidade cénica da ocupação do solo.

Finalmente, a fotografia F assumiu a fotografia menos seleccionada nos quatro grupos de utilizadores, pois apresenta uma aparência impenetrável associada à densidade do seu coberto arbóreo, Este resultado poderá se relacionar com o facto de ser uma monocultura florestal.

A questão seguinte (Figura 3.25) relaciona-se com a valorização das unidades de paisagem assumida pelas preferências dos seus utilizadores. Cada grupo assume, a partir da sua percepção, o interesse que a paisagem lhe suscita.

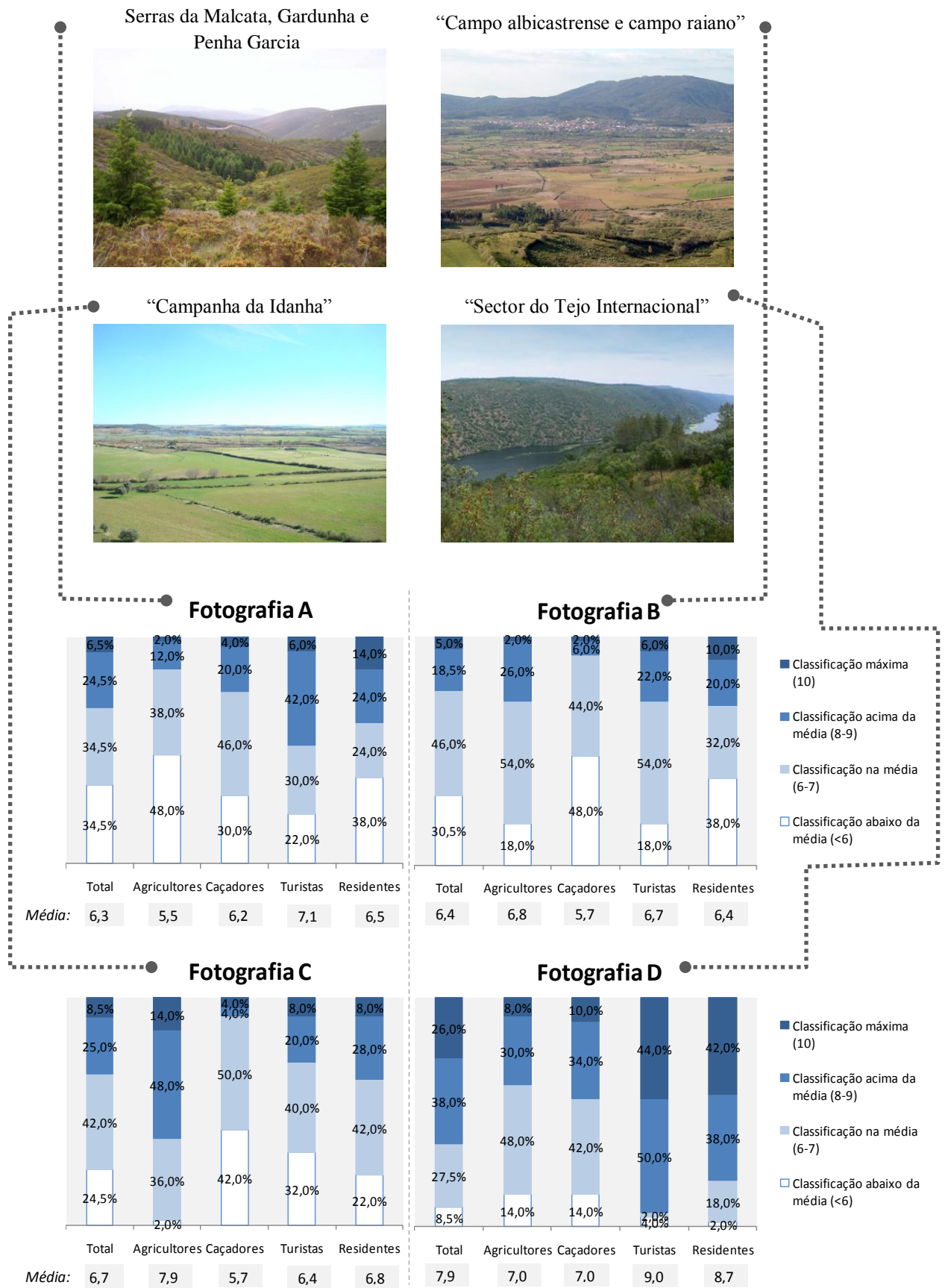


Figura 3.25: “Classifique (todas) as fotografias de acordo com o grau de interesse que a paisagem lhe proporciona, onde 0 significa *Nada Interessante* e 10 *Muito Interessante*”)

Analisando individualmente as quatro fotografias, observa-se que, no que diz respeito à “fotografia A”, os turistas atribuíram uma classificação mais elevada, em média, que os restantes grupos funcionais (7,1). Por outro lado, 48% dos agricultores classificou a mesma com valores abaixo dos 6.

Tendo em conta a “fotografia B”, os agricultores atribuíram, em média, uma classificação mais elevada que os restantes três grupos (6,8) e os caçadores a mais baixa (5,7). Analogamente, ao caso anterior, 48% dos caçadores classificou a mesma com valores abaixo dos 6.

No caso da fotográfica C, os agricultores apresentam as avaliações mais elevadas, em média (7,9), em oposição aos caçadores (5,7). Neste contexto, esta disparidade na classificação poderá dever-se ao facto da escolha dos agricultores ser influenciada pela sua actividade profissional.

Finalmente, no que toca à fotografia D, esta revela-se como a fotografia com classificações mais elevadas, por todos os grupos funcionais. De notar que 64% dos inquiridos no total e 94,0% dos turistas atribuíram uma classificação superior a 8 a esta paisagem. Poder-se-á justificar tão elevada valorização ao facto destes a associarem ao Tejo Internacional e, por isso ser considerada uma paisagem natural e com estatuto de área protegida.

O terceiro aspecto (Figura 3.26) diz respeito aos elementos, que os inquiridos destacam na estruturação da paisagem.

Em termos totais, os elementos água, árvores e flora (vegetação) constituem-se nos três elementos assinalados com mais frequência pelos 200 inquiridos, com 74,5%, 61,0% e 32,5% respectivamente. Os elementos muros/vedações e instalações industriais foram os elementos menos mencionados como sendo importantes na constituição de uma paisagem (0,5% e 3,0% respectivamente).

No que concerne ao grupo dos agricultores, estes consideram os elementos água, gado e árvores, com 80,0%, 50,0% e 48,0% respectivamente, como sendo os mais estruturantes. Menos importantes encontram-se as “Serras” e os alojamentos turísticos, com 2,0% e 4,0% respectivamente. De mencionar que os elementos “animais selvagens”, “monumentos” e “muros/vedações” não foram assinalados por nenhum individuo deste grupo funcional.

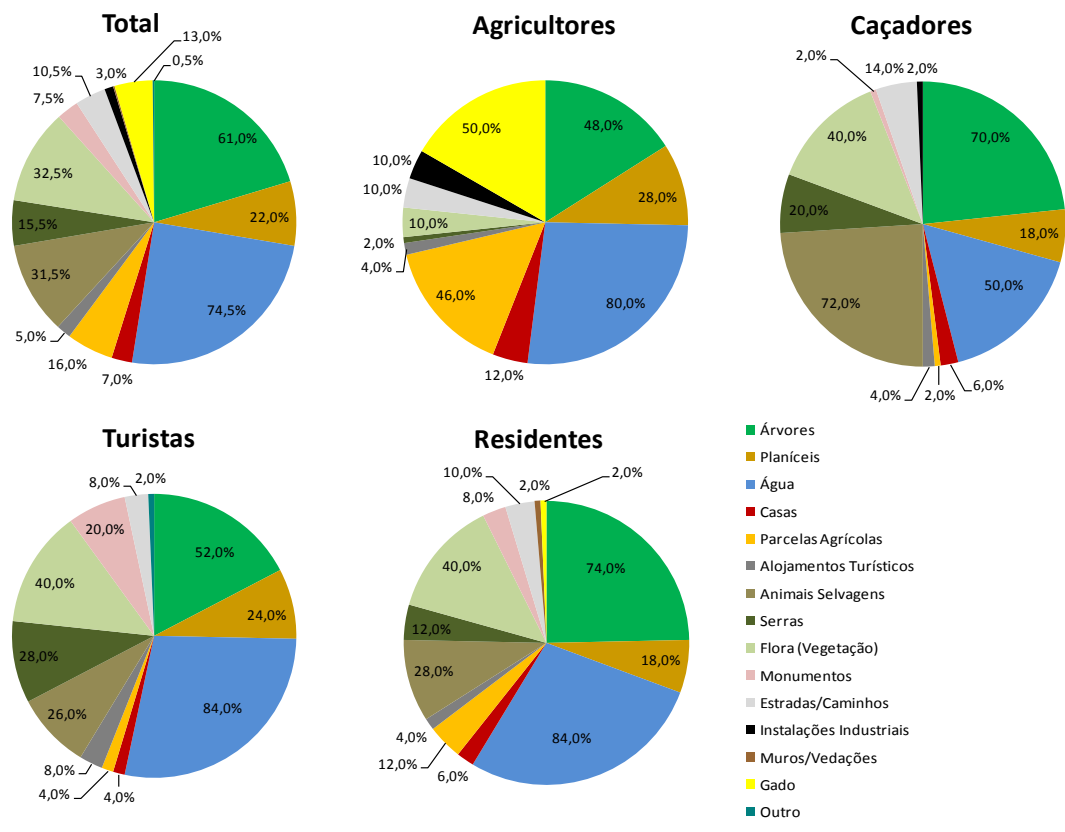


Figura 3.26: “Seleccione com uma cruz, 3 (três) elementos que considera mais importantes na constituição de uma paisagem, em termos gerais”

Relativamente ao grupo dos caçadores, estes elegeram os animais selvagens, as árvores e a água como sendo três elementos importantes, com 72,0%, 70,0% e 50,0% respectivamente. Dentro dos elementos com menor expressão, encontram-se as parcelas agrícolas, os monumentos e as instalações industriais, com 2,0% em cada um dos casos. Por outro lado, os elementos muros/vedações e gado nunca foram assinalados.

Por seu lado, os turistas mencionaram os elementos água, árvores e flora (vegetação) como sendo os três cruciais numa paisagem, com 84,0%, 52,0% e 40,0%, respectivamente. Com menor percentagem, encontram-se os elementos casas e parcelas agrícolas, com 4,0% em ambos os casos. Adiciona-se ainda a inexistência de percentagem nos elementos instalações industriais, muros/vedações e gado.

Finalmente, no que toca ao grupo dos residentes e à semelhança do que acontece com o grupo dos turistas, os elementos água, árvores e flora (vegetação) apresentam as

maiores percentagens, com 84,0%, 74,0% e 40,0%, respectivamente. Em oposição, com menores percentagens encontram-se os elementos muros/vedações e gado, com 2,0% em ambos dos casos. Com percentagem nula encontra-se o elemento “instalações industriais”, sem qualquer menção pelos inquiridos.

De referir, o facto dos inquiridos seleccionaram os elementos naturais com maior frequência do que os elementos humanos. Durante a recolha de dados foi possível constatar a constante associação entre paisagem e Natureza, isto é, a paisagem só é encarada enquanto tal, quando têm elementos naturais.

Por último, o quarto aspecto (Figura 3.27) da avaliação das preferências da paisagem diz respeito à expectativa que cada grupo de utilizadores da paisagem tem relativamente ao futuro da paisagem

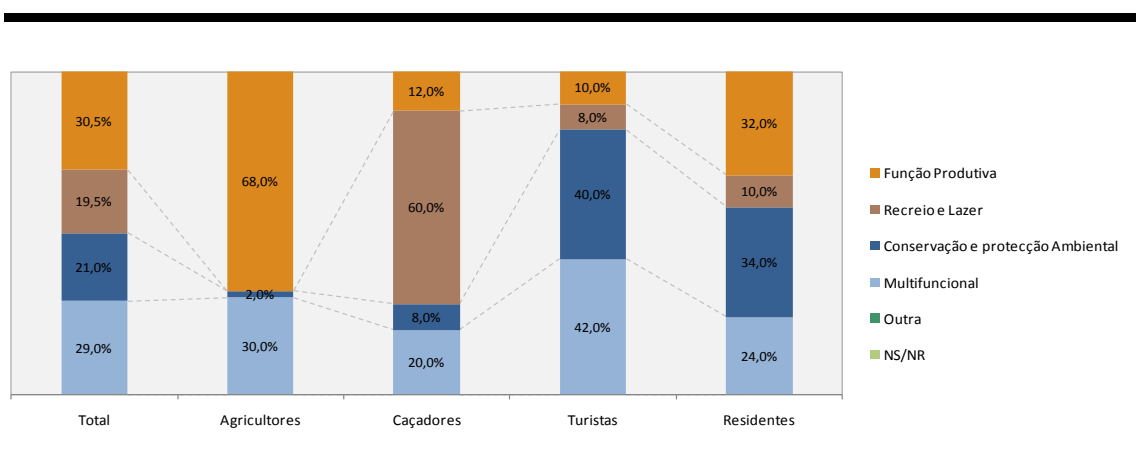


Figura 3.27: “Das opções que se seguem e em termos gerais, assinale com uma cruz, qual a expectativa que tem relativamente à função principal que a paisagem deverá assumir?”

Analisando a Figura 3.27, observa-se que a função produtiva (agricultura, silvicultura, pastorícia) e multifuncional apresentam frequências muito aproximadas, 30,5% e 29,0% respectivamente, em termos totais. Sobre o ponto de vista dos agricultores, a paisagem deverá assumir a função produtiva (68,0%), sendo expectável que assim aconteça, devido à sua actividade. A função conservação e protecção ambiental tem uma expressão nula neste grupo.

No que toca ao grupo dos caçadores, a função recreio e lazer (turismo, caça, pesca desportiva) tem uma expressão percentual bastante relevante (60,0%). Tal como acontece no grupo dos agricultores, a função conservação e protecção ambiental

apresenta uma percentagem bastante baixa. Esta evidência é o reflexo da dependência destes grupos do uso intensivo da paisagem.

Observando o grupo dos turistas, 42,0% destes referiram que a paisagem deverá assumir uma função multifuncional, abarcando assim vários interesses simultaneamente. Adicionalmente, 40% considerou que a função conservação e protecção ambiental deverá constituir-se na função primordial da paisagem.

Finalmente, quanto ao grupo dos residentes, estes elegem a função conservação e protecção ambiental (34,0%) como sendo a função principal que a paisagem deverá assumir. De seguida, 32,0% considera a função produtiva, reflectindo a sua expectativa na actividade económica que desempenham.

Um dos aspectos mais relevantes que resulta da análise deste grupo de questões é a possibilidade de determinar as visões que cada grupo de utilizadores tem da paisagem. Importa salientar o facto de os resultados apresentados distinguir claramente os diferentes grupos de utilizadores. Assim, podem-se identificar as seguintes expectativas para a paisagem rural da Beira Interior Sul:

- A - Agrícola:** a paisagem assumirá uma função produtiva, sobretudo baseada em espaços agrícolas. Esta visão é validada, no inquérito, pelos agricultores, embora os residentes também se revejam nessa expectativa. Os inquiridos que seleccionaram esta opção valorizam mais (7,7) a unidade de paisagem C (Campanha da Idanha) e, indicam as culturas temporárias (36%) e Montado (30%) como as favoritas;
- B - Recreio e lazer:** a paisagem assumirá uma utilidade relacionada com as actividades de lazer. Esta expectativa para a paisagem é referida pelos caçadores, que vêem na paisagem uma forma para desenvolverem as actividades cinegéticas. A unidade de paisagem mais valorizada pelos que defensores desta visão é o “sector do Tejo Internacional” (7,3), sendo a ocupação do solo preferida o Montado (43%).
- C - Multifuncional:** expectativa da paisagem rural como espaço de diversas actividades e ocupações do solo. Esta expectativa é partilhada, maioritariamente, pelos turistas e residentes, embora os agricultores e os caçadores também a indiquem. Estes tendem a valorizá-la pelas suas múltiplas valências, numa potencial afirmação económica e cultural. A unidade paisagem mais valorizada é

o “sector do Tejo Internacional” (8,2), sendo mais diversas as ocupações do solo seleccionadas (pastagens 22%, Montado 20% e culturas temporárias 19%).

D - Conservação: expectativa que a paisagem assuma uma tipologia baseada na protecção e conservação da Natureza. Esta visão é partilhada pelos turistas e pelos residentes. Os primeiros vêem a paisagem como um espaço a preservar, pois valorizam, principalmente o aspecto estético e natural. Os segundos, porque se sentem familiarizados com os locais, associando-os, normalmente às memórias. O grupo que defende esta visão valoriza o “sector do Tejo Internacional” com 9,2, pois manifestam um maior sentido conservacionista associado à defesa dos valores naturais.

O segundo grupo de questões tinha como objectivo analisar o grau de percepção relativamente à participação pública e, da forma como esta se relaciona com a gestão da paisagem. A “participação pública” é o envolvimento de pessoas e grupos, que actuam particular ou publicamente, cuja participação advém de um processo de decisão.

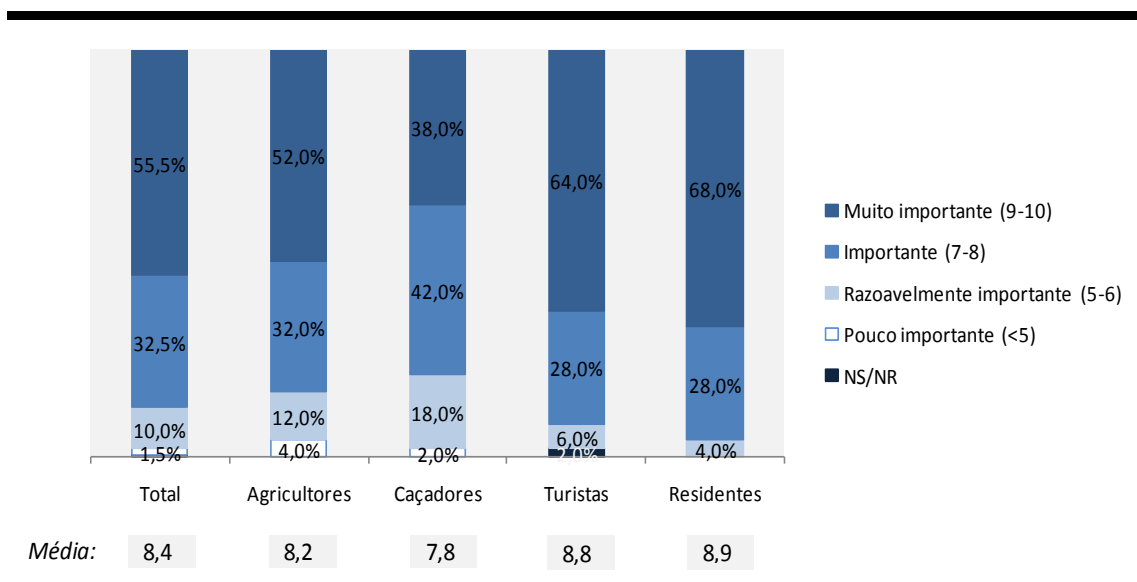


Figura 3.28: “Usando uma escala em que 0 significa *Nada Importante* e 10 *Muito Importante*, até que ponto considera importantes as questões relativas à paisagem?”

Em termos gerais, 88,0% dos inquiridos considera de Muito Importante a Importante as questões relativas à paisagem, atribuindo em média, 8,4. Analisando sobre o ponto de vista dos grupos funcionais, todos eles consideram relevante e importante, a problemática da paisagem, na sua grande maioria.

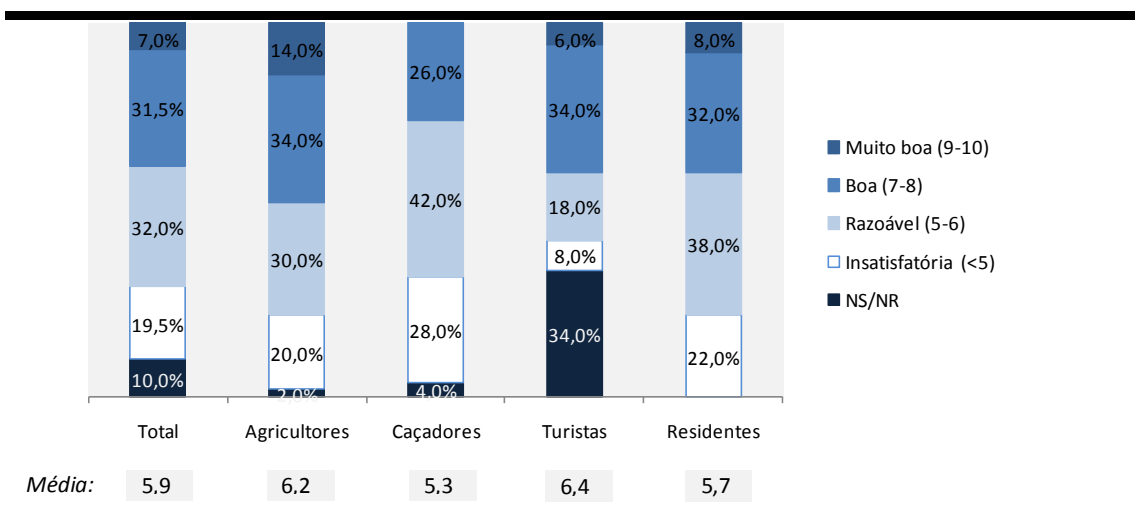


Figura 3.29: “Usando uma escala em que 0 significa “Muito má” e 10 significa “Muito boa”, como avalia a intervenção feita na paisagem dessa região (pelas câmaras, juntas de freguesia, indivíduos, grupos de acção local, etc.)?”

Em termos médios, 38,0% dos inquiridos atribuiu uma classificação superior ou igual a 8, em oposição aos 19,5% que avaliou a intervenção realizada pelos vários intervenientes como sendo insatisfatória (<5).

No que toca ao grupo dos agricultores, quase metade dos inquiridos (48,0%) considera que essa intervenção tem sido boa e muito boa, com 34,0% e 14,0% respectivamente. Por seu lado, os caçadores consideram que tem sido razoável, atribuindo uma classificação entre 5 e 6 valores (42,0%). De realçar que nenhum inquirido deste grupo considerou que a participação dos vários intervenientes no processo de alteração da paisagem tenha sido muito boa.

Relativamente aos turistas, estes apresentam não só a maior percentagem de não classificação como a maior média (6,4), à frente dos agricultores (6,2).

Quanto ao grupo dos residentes, 60,0% destes consideram que a intervenção realizada foi de razoável (5-6) a insatisfatória (<5), apresentando 38,0% e 22,0%

respectivamente. De notar que as classificações atribuídas encontram-se equilibradas pelas várias categorias.

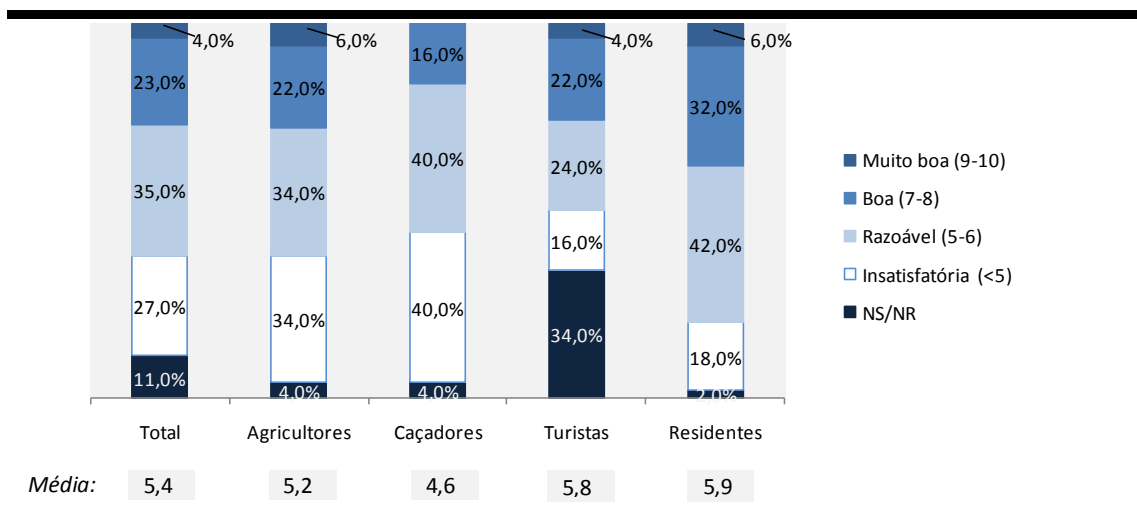


Figura 3.30: “Usando uma escala em que 0 significa “Muito má” e 10 significa “Muito bom”, como avalia o desempenho dos agentes que têm actuado no planeamento e ordenamento da paisagem?”

Analisando de uma forma global, apenas 4,0% considerou que o desempenho dos agentes que têm actuado no planeamento e ordenamento da paisagem tem sido muito boa. Ressalva-se o caso dos caçadores, onde nenhum inquirido deste grupo atribuiu classificação máxima.

No que concerne ao grupo dos agricultores, 68% considera que esse desempenho é insatisfatório (<5) a razoável (5-6). Por seu lado, os caçadores apresentam uma percentagem mais elevada para essas categorias (80%), reflectindo na classificação média mais baixa de entre os grupos funcionais (4,6).

Analisando as respostas dos turistas, 34,0% destes não conseguiram avaliar este indicador, dado a sua presença de curta duração na região e a indiferença com que analisam a paisagem do ponto de vista do seu ordenamento.

Finalmente, no que toca aos residentes, estes apresentam a classificação média mais elevada dos quatro grupos, sendo que 38,0% dos seus elementos considera que o desempenho dos vários agentes tem sido entre boa a muito boa, com 32,0% e 6,0% respectivamente.

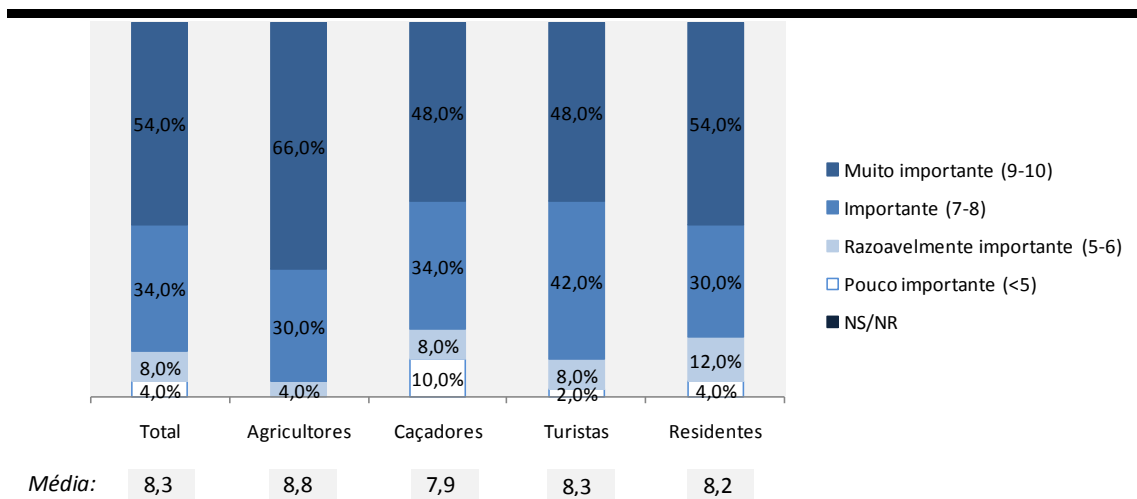


Figura 3.31: “Numa escala em que 0 significa “Nada Importante” e 10 significa “Muito Importante”, até que ponto considera importante a criação de um fundo para proteger, avaliar e melhorar a qualidade das paisagens?”

Em termos gerais, a grande maioria dos inquiridos considera muito importante a criação de um fundo para proteger, avaliar e melhorar a qualidade das paisagens (Figura 3.31). Essa percentagem é relativamente menor nos grupos dos caçadores e dos turistas, ainda que represente 48,0%. Analisando sobre o ponto de vista das classificações médias atribuídas pelos inquiridos, todos eles, de uma forma transversal, atribuíram valores próximos do 8, sendo que os caçadores apresentam o valor médio mais baixo (7,9) e os agricultores apresentam o mais elevado (8,8).

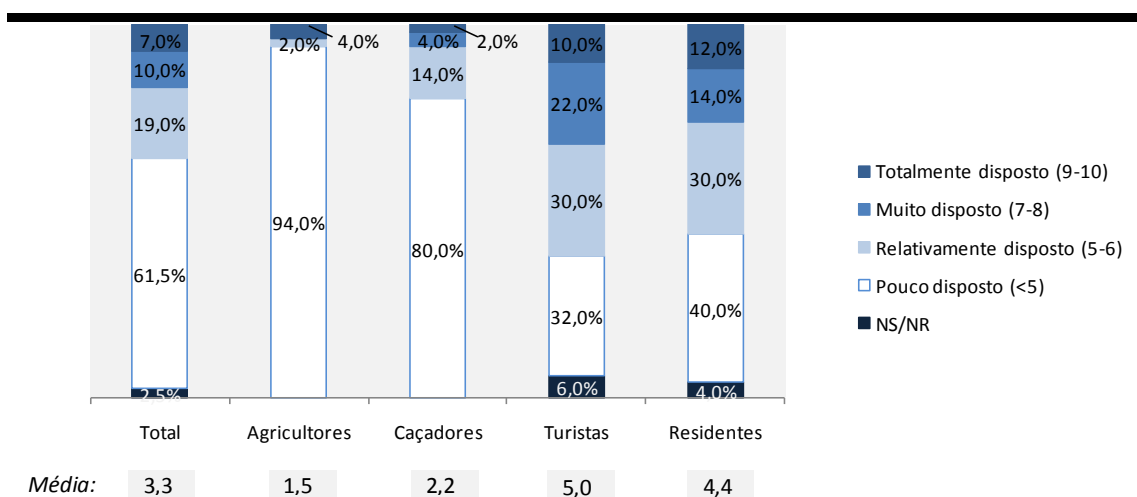


Figura 3.32: Numa escala em que 0 significa “Nada Disposto(a)” e 10 significa “Totalmente Disposto(a)”, até que ponto estaria disposto(a) a contribuir monetariamente para esse fundo?”

Em linha com o contexto económico do país, que se refere directamente à situação financeira dos elementos dos quatro grupos funcionais, em termos gerais, 61,4% estaria pouco disposto a contribuir monetariamente para esse fundo (<5).

Relativamente ao grupo dos agricultores, este apresenta a maior percentagem nesta categoria, representando 94,0%. Consequentemente, a sua classificação média é a mais baixa dos restantes grupos (1,5). Em linha com este grupo, 80,0% dos caçadores estaria igualmente pouco disposto a contribuir monetariamente para esse fundo. Tal pode-se explicar pelo facto da protecção à paisagem limitar a actividade destes grupos.

Em termos dos turistas, estes mostram-se mais dispostos a contribuir, tal como os residentes, correspondendo a 5,0 e 4,4 em média, respectivamente.

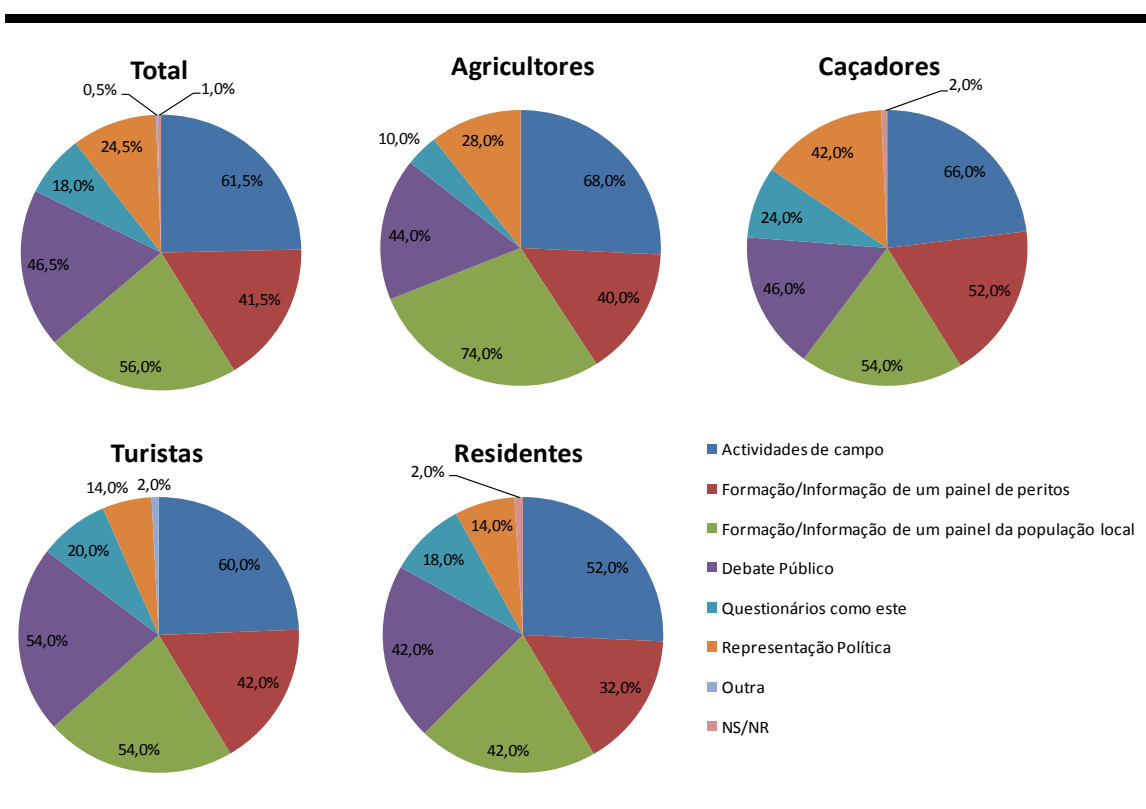


Figura 3.33: “Assinalando com uma cruz, indique o(s) meio(s) através dos quais se deve(m) efectivar a participação pública”

Em termos globais, 61,5% dos inquiridos considerou as “Actividades de Campo” como sendo um meio através do qual se deve efectivar a participação pública. Este meio é fortemente mencionado no grupo dos caçadores, turistas e residentes, correspondendo a 66,0%, 60,0% e 52,0%, respectivamente.

O modo “Formação/Informação” de um painel com a população local apresenta a segunda maior percentagem, em termos globais. No entanto, apresenta um lugar de destaque no grupo dos agricultores 74,0%. No caso dos turistas e residentes, este factor apresenta a mesma percentagem que o meio “Debate Público”, com 54,0% e 42,0% respectivamente.

Finalmente, o meio “Representação Política” é mencionado algumas vezes, variando entre 14,0% e 42,0% nos vários grupos, sendo que no grupo dos caçadores, este factor apresenta a percentagem mais elevada.

3.9 Definição de estratégias de acção

As propostas que se apresentam de seguida têm como objectivo delinear estratégias de orientação para uma intervenção eficaz no âmbito da paisagem da Beira Interior Sul. Como tal, o conjunto de eixos têm em consideração o estudo das componentes biofísicas, humanas e das suas unidades de paisagem, que implicou uma análise dos pontos fortes e fracos da paisagem.

Assim a concepção da estratégica baseou-se, primeiramente na utilização do método análise da “Matriz Swot” - forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (do termo inglês SWOT - strengths, weaknesses, opportunities and threats). Portanto, foram identificados os principais factores que constituem os pontos fortes e pontos fracos da Beira Interior Sul e que são identificados a seguir.

Quadro 3.1: Principais pontos fortes da região

Principais pontos fortes
- Existência de espaços naturais relevantes do ponto de vista da conservação, que são o suporte de habitat para um número considerável de espécies protegidas da fauna e flora;
- Ocorrência de espécies de fauna e flora com elevado valor de conservação;
- Condições naturais óptimas para o desenvolvimento de actividades turísticas e lazer;
- Existência de solos com boa apetência agrícola, na unidade “Campanha de Idanha”;
- Actividade silvopastoril desenvolvida, essencialmente de forma extensiva;

- Potencial para a exploração de produtos como os cogumelos, mel, medronho, entre outros.
- Cultura que valoriza o saber-fazer local;
- Existência de diversidade de produtos turísticos: património, produtos locais de qualidade, Ambiente, cultura;
- Existência de solos com boa apetência agrícola, na unidade “Campanha de Idanha”;
- Elevado potencial para a caça, resultante da existência de uma vasta área de zonas de caça.
- Existência de associações socioculturais e recreativas que necessitam de ser dinamizadas;

Quadro 3.2: Principais pontos fracos da região

Principais pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de grandes manchas contínuas de espaços florestais degradados, originando uma elevada susceptibilidade à propagação de incêndios. - Ocorrência de uma área significativa de povoamentos de eucalipto; - Reduzida dimensão e elevada fragmentação da propriedade agrícola e florestal, excepto no concelho de Idanha-a-Nova; - Existência de espaços incultos, resultantes do abandono por parte dos seus proprietários; - Degradação de áreas de habitat com elevado interesse natural para a conservação e preservação; - Base produtiva local pouco diversificada e tecnologicamente pouco desenvolvida. - Progressiva saída da população jovem em idade activa; - Elevado envelhecimento da população residente; - Aproveitamento muito limitado dos recursos existentes.

Quadro 3.3: Principais oportunidades para a melhoria paisagem da região

Oportunidades:
<ul style="list-style-type: none"> - Valorização dos recursos naturais e patrimoniais para a actividade turística. - Aproveitamento do potencial associado a vários produtos da região (artesanais, agrícolas, alimentares). - Atração e fixação de população jovem e qualificada; - Apetência da população urbana pelo no “turismo no espaço rural” . - Reconhecimento, por parte dos caçadores, do elevado potencial cinegético da região.

- Existência de um quadro favorável de apoios financeiros ao sector agrícola e florestal, essencialmente relativas às políticas agro-ambientais;
- Proximidade ao mercado espanhol.
- Forte procura de produtos agro-florestais como os cogumelos e as ervas aromáticas.

Quadro 3.4: Principais ameaças à identidade da paisagem

Principais Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da área afecta a espaços florestais degradados e de espécies arbóreas de crescimento rápido, não endémicas da região; - Aumento da susceptibilidade de ocorrência de incêndio, decorrente do aumento da mancha florestal de monocultura; - Vulnerabilidade à contaminação genética das espécies cinegéticas; - Incapacidade de fixação da população, em particular a mais jovem; - Envelhecimento e despovoamento constituem entraves ao desenvolvimento cultural, económico da região; - Tendência para a diminuição da densidade demográfica nas áreas rurais; - Concorrência turística de locais tradicionalmente mais atractivos.

Para cada eixo são descritas as orientações genéricas, no sentido de se convergir para a valorização dos elementos-chave da identidade do território. Apresenta-se assim um conjunto de eixos estratégicos identificados como necessários para a área de estudo. Os eixos estratégicos considerados relevantes a desenvolver foram os seguintes:

A. Valorização da Paisagem através da conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e do património geológico;

- Apoio à manutenção e preservação de habitats de grande valor natural;
- Controlo e eliminação plantas invasoras lenhosas, plantas exóticas, plantas infestantes;
- Conservação de espécies da flora e da fauna protegida;
- Conservação de núcleos florísticos de elevado valor natural;
- Conservação e estímulo de habitats para a fauna com valor de conservação;

- Preservação e divulgação do património geológico da região.
- Conservação de Recursos genéticos;
- Condicionamento da instalação de novas arborizações de pinheiros; reconversão das plantações existentes, em áreas de maior valor natural;
- Manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais, sobretudo através da preservação do sobreiro, azinheira e do carvalho;
- Promoção dos corredores ecológicos.

B. Valorização das ocupações de solo e actividades de suporte à silvopastorícia, caça e apicultura;

- Desenvolver a silvopastorícia.

A condução do pastoreio no território levanta uma série de questões que deverão ser vistas caso a caso, nomeadamente o tipo de pastoreio, o número de cabeças que é possível manter em pastoreio e a sua repartição no espaço e no tempo, uma vez que estes elementos variam também com o tipo de ocupação de solo, espécies, densidade, regime e modo de tratamento.

- Apoio à caça e conservação das espécies cinegéticas;
- Desenvolver a actividade cinegética de forma sustentável;
- Gerir a actividade cinegética para que não comprometa a integridade genética das espécies.

A caça representa uma actividade lúdica que, pode ser encarada como recurso turístico. A protecção das espécies endémicas, o planeamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas essenciais.

- Apoio e desenvolvimento de actividades relacionadas com a apicultura.

Esta medida é coincidente com acções adequadas à protecção agro-florestal, especialmente no que respeita aos agentes bióticos. Estas destinam-se a promover a diversidade florística e dos matos, promovendo não só a actividade das abelhas, como a fauna auxiliar dos ecossistemas.

C. Valorização do recreio e do enquadramento da estética da paisagem;

- Promover a integração do produto turístico baseado na paisagem, englobando a valorização do património construído, natural, qualidade ambiental, produtos regionais – escalas de valor turístico);
- Desenvolvimento de imagens identitárias (territoriais, turísticas, empresariais, culturais), através de marketing territorial;
- Reabilitar e conservar o património arqueológico e arquitectónico;
- Promover o enquadramento de equipamentos turísticos;
- Valorizar e divulgar amplamente o turismo baseado em rotas (pedestres, motorizadas, bicicletas);
- Reabilitar e conservar o património arqueológico e arquitectónico;
- Controlo da qualidade biológica e paisagística das linhas de água;
- Assegurar a preservação das envolventes paisagísticas a imóveis e efectuar a limpeza, restauração de locais históricos/arqueológicos;
- Preservar as paisagens características ou com valores tradicionais (formas tradicionais de uso do solo, como a agricultura em socalcos; locais de reunião, romaria, festa ou feira);
- Divulgar, e reabilitar pontos e linhas de contemplação da paisagem, para que estas contribuam para uma melhoria da qualidade cénica da paisagem.

D. Garantir e potenciar os benefícios das opções agro-rurais;

- Valorizar os princípios da gestão Multifuncional da agricultura;

Os princípios da gestão multifuncional para serem postos em prática terão de:

(i) Descentralização da poder de decisão; (ii) desenvolver uma agricultura multifuncional; e (iii) desenvolver os sistemas produtivos locais.

- Valorizar o olival enquanto espécie de cultura permanente com tradição cultural na região;
- Apostar nos sistemas agro-silvo-pastoris como o Montado de azinheira e de sobreiro como uma mais-valia na diversificação da oferta agrícola;

- Valorizar as espécies endêmicas e melhor adaptadas ao clima, numa perspectiva que esteja de acordo com as políticas agro-ambientais, de forma a proteger o solo, vegetação e paisagem;

Em síntese, promove-se com este conjunto de eixos e medidas uma perspectiva de multifuncionalidade da paisagem. Estas, medidas têm um carácter genérico e representam um conjunto inacabado de ideias para valorizar e qualificar a paisagem da Beira Interior Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do primeiro capítulo permitiu tomar consciência da multiplicidade de abordagens existentes ao conceito de paisagem e perceber-se as premissas mais importantes na concepção de uma análise integrada desta. Deste modo, e independentemente da evolução das perspectivas científicas ao estudo das paisagens, considerou-se relevante sintetizar os aspectos centrais, os quais se destacam de seguida:

- A abordagem ao estudo da paisagem deve orientar-se no sentido de conceber uma perspectiva integrada da paisagem assente nas suas múltiplas componentes;
- O seu entendimento requer uma análise holística, cujos elementos fundamentais para o entendimento da paisagem deverão englobar as componentes biofísicas, históricas, humanas, sociais e económicas da paisagem;
- A qualidade da paisagem passa pela manutenção de equilíbrio biofísico assente na preservação do património natural;
- A compreensão da construção da paisagem reflectida nos seus elementos históricos e culturais é um importante factor a ter em conta na manutenção dos padrões da identidade da paisagem;
- A perspectiva subjectiva da paisagem é uma importante condição, pois a paisagem não é só uma realidade concreta, mas também é a realidade percebida por quem a usa e/ou visita;
- A demarcação, descrição e avaliação das paisagens é essencial na afirmação da competitividade das regiões, pois permite, entre outras, salientar a identidade cultural;
- Os estudos da paisagem constituíram-se sempre um elemento-chave na abordagem científica, embora essa importância não fosse reflectida a um nível mais efectivo dos seus instrumentos políticos. Esta mentalidade foi progressivamente desaparecendo, destacando-se, recentemente, a Convenção

Europeia da Paisagem como um acontecimento importante na preservação e afirmação da identidade da paisagem das regiões europeias.

No que se refere aos capítulos posteriores, onde se analisou o caso de estudo, interessa ressaltar algumas ideias que reúnem o essencial da identidade da paisagem do objecto de análise seguido, neste caso a Beira Interior Sul.

A paisagem da Beira Interior Sul reflecte uma progressiva, quase imperceptível, variação entre a paisagem da Beira Interior Norte para a planície do Norte Alentejano. Esta resultou do uso e gestão do território assente na dependência dos recursos disponíveis, assumindo sistematicamente um carácter extensivo. A sua acentuada interioridade aliada às características irregulares do seu clima fizeram do seu território uma área com pouca população e mesmo essa encontra-se bastante envelhecida.

As suas características biofísicas enunciam um território, essencialmente plano e em diferentes níveis, pontuado com alguns relevos que se destacam da paisagem, sendo os mais importantes a crista quartzítica de Penha Garcia e o Inselberg de Monsanto. À parte estes, interessa destacar as serras da Malcata e da Gardunha, nos limites Nordeste e Noroeste da região, que são os maiores relevos da Beira Interior Sul. Outro marco importante que define a região é a sua rede hidrográfica densa caracterizada por um regime irregular devido ao relevo, formações rochosas e à irregularidade do clima.

A construção histórica da paisagem fica marcada primeiramente pela importância do Tejo como eixo de fixação da população, e posteriormente como um território estratégico em termos militares. Mais recentemente, o sentido comunitário impulsionado pelos baldios constituíram um sistema original, de cariz espontâneo, da ocupação do solo. A exploração extensiva das propriedades agrícolas em três partes permitiam semear o cereal, pastagens para os rebanhos e o pousio das terras. O século XX trouxe consigo a liberalização das terras, proporcionando a criação das grandes propriedades de cereal (generalização do cultivo do trigo), sobretudo em Idanha-a-Nova.

Os testemunhos da ocupação do solo demonstraram que a paisagem era estruturada em função de três espécies arbóreas: a oliveira, a azinheira e o sobreiro; e de espécies variadas de vegetação esclerofítica integrada em matos, das quais se destacam o rosmaninho, o alecrim e a giesta.

A localização e a forma de assentamento dos núcleos populacionais, a arquitectura tradicional, o traçado dos caminhos, os muros, a proliferação de elementos construídos (poços e noras), entre outros, são o resultado directo do modo como a população se adaptou, ao longo da história, face às condições do Meio, exigindo um grande esforço às comunidades e à economia rural.

A integração dos factores biofísicos e humanos ficaram evidenciados na delimitação das quatro unidades de paisagem efectuada, que se identificam de seguida:

- Unidade A: Serras da Malcata, Gardunha e Penha Garcia;
- Unidade B: Campo albicastrense e campo raiano;
- Unidade C: Campanha de Idanha;
- Unidade D: Sector do Tejo Internacional.

A análise das unidades de paisagem ajudou a perceber a especificidade de cada uma, e suscitou uma reflexão acerca da evolução das ocupações do solo. Neste sentido, importa destacar algumas ameaças ao equilíbrio e qualidade da paisagem como sejam, a diminuição dos sistemas agro-silvo-pastoris (Montado), do olival tradicional e dos matos característicos, a favor de uma monocultura florestal, sobretudo dominada pelo eucalipto.

No ponto relacionado com a avaliação das preferências da paisagem fica implícita nas diferentes expectativas, que os quatro grupos de utilizadores da paisagem têm para a paisagem da região. Se, por um lado os residentes e turistas partilham a opinião que a paisagem deveria assumir uma função de conservação e preservação ambiental e multifuncional, por outro os agricultores e caçadores têm visões distintas do que deveria ser a paisagem da região. Para os agricultores a paisagem deveria assumir uma função produtiva, assente na agricultura, para os agricultores a paisagem deveria ter um tipologia mais extensiva assente na recreação e lazer (caça). Estas duas visões antagónicas foram notadas no trabalho de campo, cujos testemunhos evidenciavam um claro conflito de opiniões.

Assim, paisagem rural na qual se insere o caso de estudo, na sua diversidade e variedade de processos de transformação, reflecte um mundo rural em mudança, e no qual se levantam várias questões. As diferentes regiões com desiguais combinações de potencialidades e ameaças, tal como, ficou patente no Caso da Beira Interior Sul,

manifestam um grande potencial de desenvolvimento assentes no binómio Paisagem e Identidade. Os processos em curso, aos vários níveis, levam a que se percam algumas características importantes das paisagens existentes, dissipando o valor positivo que lhes é atribuído, embora também a se criem novos elementos, que podem se constituir como estruturantes. Esta dinâmica desenvolve novas oportunidades para a sua gestão futura, tendo em conta as múltiplas funções que a paisagem poderá assegurar. Assim, os desafios à gestão futura da paisagem rural portuguesa são também desafios à investigação, que se deve inovadora e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, I. do (2001). “Acerca de *paisagem*” apontamentos para um debate”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Centro de Estudos Geográficos, 36 (72), pp. 75-81, Lisboa;
- Amaral, V. (2003). A evolução da paisagem no concelho de Castelo de Paiva: o estudo da paisagem florestal com vista ao seu ordenamento, Dissertação de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra;
- Antrop, M. (2000). Geography and landscape science, Belgian. *Journal of Geography*, Belgeo special issue. 29th International Geographical Congress, p. 9 – 35;
- Antrop, M. (2005). From holistic synthesis to transdisciplinary landscape management, From landscape research to landscape planning. Springer, p.27 -49, Wageningen;
- Arnal, A. H., (1999). Espacio, Tiempo y Forma, Serie VI, Geografía – Introduccion al análisis agrográfico regional. Reflexiones acerca del paisaje. Zaragoza. p. 83-98;
- Alves, T. (2001). Paisagem : em busca do lugar perdido. *Finisterra : Revista Portuguesa de geografia*. - Vol. XXXVI, Nº 72 (2001), p. 75-8, Lisboa;
- Beroutchachvili, N. y Bertrand, G. (1978), Le géosystème ou “Système territorial naturel”. En: Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest. Tomo 49, facs. 2 p. 167-180, Toulouse, Francia.
- Bertrand, G (1972). Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. In: Cadernos de ciências da terra. São Paulo, v. 13, p. 1-27
- Blanc-Pamard e Raison, (1986), Paisagem. Enciclopédia; Imprensa Nacional – Casa da Moeda; Volume 8, p.138-160.
- Bolós, M., (1992). Manual de Ciencia del Paisaje – Teoria, métodos y aplicaciones; Coleccion de Geografia, Masson, Barcelona;
- Brunet, R. (1992). Les Mots de la Geographie. Dictionaire Critique. Paris e Montpellier, Editions Reclus/La Documentation Francaise.
- Bürgi M., Herspberger A., & Schneeberger N. (2004); Driving Forces of landscape change – current and new directions; *Landscape ecology* 19: 857-868;
- Buijs, A., Pedroli, B., Luginbuhl, Y., 2003. From hiking through farmland to farming in a leisure landscape: Changing social perceptions of the european landscape. Submitted to *Landscape Ecology*, Nov. 2003;

- Cabral, F. C. (1980); O Continuum Natural e a Conservação da Natureza, Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente;
- Claval, P. (1987); A Geografia do Homem. Almedina, Coimbra.
- Claval, (2004); Reading rural landscapes. *Landscape and Urban Planning*, 70 (1/2, p. 9 – 19);
- Concil of Europe , (2000); European Landscape Convention. Concil of Europe. [<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape/VersionsConvention/portuguese.pdf>]
- Cosgrove, D. (1984); *Social Formation and Symbolic Landscape*. Croom Helm, Londres;
- Costa, L.; (2003). Zonas importantes para as aves em Portugal. (1.^a ed.) Lisboa: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2003.
- Daveau, S., Mattoso, J, e Belo, D. Portugal (2010): O sabor da Terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões, *Temas e Debates – Circulo de Leitores* (p.365 – 406), 2^a edição, Porto;
- Dias, G. (2002); Avaliação do character da paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês; Faculdade de Engenharia; Universidade do Porto; Porto
- Déjeant-pons, M. (2006); THE EUROPEAN LANDSCAPE CONVENTION; Head of the Spatial Planning and Landscape Division, Council of Europe, Strasbourg, France; <http://conferences.ncl.ac.uk/unescolandscapes/files/DEJEANTPONSMaguelonne.pdf>
- Escribano, M. M.; Frutos, M.; Iglesias, E.; Mataix, C.; Torrecilla, I (1989). *El paisaje*. Madrid: E.T.S.I. Montes, 1989. 107 p;
- Fadigas, Leonel (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*, Edições Sílabo. 201 p, Lisboa;
- Figueiró A. S., (1998); Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão. *GEOSUL*, Florianópolis, v.13, nº 26, p. 40-52;
- Fines, K. D. (1968). “Landscape Evaluation: A Research Project in East Sussex.” *Regional Studies* 2: p. 41-55;
- Forman, T. (1986); Godron, M.. *Landscape ecology*. John Wiley & sons, New York;
- Froment, A. e Joyce C. (1987). *Le paysage, patrimoine naturel et culturel, exemple du Pays de l’Herve*. Notes de recherche de la société Geographique de Liège, 8, p. 37-48;
- George, P. (1984). *Dictionnaire de la Géographie*, Edições PUF;

- Gomes, M. V. (1987); «Arte Rupestre do Vale do Tejo», in Arqueologia no Vale do Tejo, IPPC;
- Gonçalves I. (s/data) , Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Groot, R. de (2006). Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. *Landscape and urban planning* 75, p. 175-186.
- Kates, R. W., Turner, B. L. e Clark, W. C. (1990). "The great transformation," in *The earth as transformed by human action: Global and regional changes in the biosphere over the past 300 years*. Cambridge: Cambridge University Press with Clark University. p. 1- 17;
- Kienast, F.; et. al. (2009). Assessing Landscape Functions with Broad Scale Environmental Data: Insights Gained from a Prototype Development for Europe, *Environmental Management* 44, p.1099-1120;
- Lautensach, H. (1934). *Congress International of Géographie*, Varsóvia, 36 p.;
- Magalhães, M.R, (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa. 1ªedição, Lisboa;
- Marcelo, M. L. (1993), *Beira Baixa - A memória e o olhar*, Novos guias de Portugal; Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa;
- Marcucci, D.J.(2000). Landscape history as a planning tool. *Landscape and Urban Planning* 49, p. 67-81.
- Makhzoumi, J e Pungetti G., (1999). *Ecological Landscape Design and Planning. The Mediterranean Context*. E & FN Spon, London;
- Mendonça, F. (1998). Geografia e metodologia científica. In: *Simposio de geomorfologia. Revista Geosul*, n. especial, Florianópolis;
- Morais (1998) in JESUS, M. João Figueredo (1998). *Proposta para Corredores Verdes no Concelho de Almada. Relatório de trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista*. U.T.L, I.S.A. Lisboa
- Nassaur J.I. (1995), Culture and changing landscape structure. *Landscape Ecology*, 10: 229-237;
- Naveh, Z. & Lieberman, (1984), A. S. *Landscape Ecology - Theory an Application*, Springer Series on Environmental Management, by Springer - Verlag. New York: [s.n.], 1984. 338p.
- Obregon, C. T. (2000); *Algunas reflexiones sobre los significados del paisaje para la Geografía; Revista de Geografía de Norte Grande*, 27, p. 19-26, Chile;
- Pedroli, L. (2000), *Landscape. Our home*, Estugarda, Indigo-Zeist, 2000, p. 187-192.

- Pinto-Correia, T. (2005); Paisagem e Identidade: da memória à pós-modernidade in Geografia de Portugal (p. 151 a 173), Circulo de Leitores;
- Pinto-Correia, T. (2007); Novas Perspectivas para a Paisagem Rural: o desafio da multifuncionalidade in O Turismo no Espaço Rural e a Multifuncionalidade da Paisagem; p.03-04;
- Polette M. (1999); Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito; Turismo – Visão e Acção; Ano 2, nº 3, p. 83-94, Abril/Setembro -1999;
- Potter C, 2005. Multifunctionality as an agricultural and rural policy concept, in Brouwer F.(Ed), Sustaining Agriculture and the Rural Environment Governance, Policy and Multifunctionality: Cheltenham, Edward Elgar, p. 15-35;
- Punter, J. V. (1982). Landscape aesthetics: a synthesis and critique. Londres;
- Ramos, I. (1998); A paisagem da Ribeira das alcáçovas: uma abordagem socio-ecológica. Dissertação de mestrado; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa;
- Raposo, L. (1987); A ocupação humana paleolítica do vale do Tejo em território português, in arqueologia no Vale do Tejo – IPPC;
- Ribeiro, O. (1990), Três notas de geomorfologia da Beira Baixa, in Opúsculos Geográficos – Aspectos da Natureza, Vol.III (p.263 – 268), Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa;
- Ribeiro, O. (1991); Dois estudos da geografia agrária da Beira Baixal, in Opúsculos Geográfico – o Mundo rural, Fundação Caloust Gulbenkian, Vol. IV (p.215 – 245), Lisboa;
- Ribeiro, O. (1995); Uma região portuguesa de transição: A Beira Baixa, in. Opúsculos Geográficos – Estudos Regionais, Fundação Caloust Gulbenkian , Vol. VI (p.431 – 444) Lisboa;
- Ribeiro, O. (1998); Portugal, o Mediterraneo e o Atlântico, Colecção “Nova Universidade”, Livraria Sá da Costa Editora, 7ª edição, Lisboa;
- Ribeiro, O. (2001); “Paisagens, Regiões e Organização do espaço”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Centro de Estudos Geográficos, 36 (72), p. 27-35, Lisboa;
- Roger, A. (1997); Court traité du paysage. Ed. Gallimard, Paris;
- Roca, Z., Oliveira, J. (2002); A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento, Centro de Estudos e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa;
- Salgueiro, T. B. (2001). Paisagem e Geografia, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Centro de Estudos Geográficos, 36 (72), p. 37-53, Lisboa;

- Saraiva, G. (1999). O rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e Tecnologia. Lisboa;
- Schier, R. A. (2003). Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. In: Revista RA'EGA,. Curitiba, n.7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR;
- Silva, C. P. (2002); Gestão Litoral. Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga de Praias. O Troço Litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Universidade Nova de Lisboa;
- Tuan, Y.-F. (1979). Landscapes of Fear. Oxford: Basil Blackwell. Weberman;
- Tuan, Y.-F. (1980). Topofilia, um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. S. Paulo, Brasil, ifel;
- UNEP, (1992); Convention on Biological Diversity; United Nations; <http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>.
- UNESCO, (2005); Textos fundamentais da Convenção do Património Mundial de 1972; United Nations; <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf>
- Vos, W. (2000). A new Identity for Landscape Ecology in Europe: a Research Strategy for Next Decade. In J. Klijn & W. Vos (Eds.), From Landscape Ecology to Landscape Science (pp. 149-161). Wageningen: Kluwer Academic Publishing;
- Wood R., Handley J. (2001), Landscape dynamics and the management of change. Landscape Research 26: 45-54;
- Zonneveld, I.S., 1979. Landscape science and land evaluation. ITC textbook, VII.4. ITC, Enschede;
- Zube, E. H. (1970); "Evaluating the visual and cultural landscape." Journal of Soil and Water Conservation 25: 137-141.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Lista de Figuras

	Página
Figura 1.1: Desenvolvimento das diferentes abordagens à ciência da paisagem	12
Figura 1.2: Esquema sintético da interacção entre as componentes que integram a estrutura da paisagem	17
Figura 1.3: Conjunto de fixos e fluxos que compõem a unidade territorial da paisagem	18
Figura 1.4: Gráfico conceptual com a frequência e magnitude das alterações na paisagem europeia.....	24
Figura 1.5: Período de tempo que as forças motrizes levam a modificar a paisagem .	26
Figura 1.6: Processo de implementação da rede Natura 2000.....	31
Figura 2.1: Localização da região NUTS III da Beira Interior Sul (Caso de Estudo) ..	36
Figura 2.2: Esquema metodológico da presente dissertação.....	38
Figura 3.1: Relevo e rede hidrográfica da Beira Interior Sul	46
Figura 3.2: Carta com a temperatura média anual na Beira Interior Sul	48
Figura 3.3: Carta com a precipitação média anual na Beira Interior Sul	48
Figura 3.4: Carta litológica da Beira Interior Sul	50
Figura 3.5: Distribuição da categoria de ocupação de solo na região	62
Figura 3.6: Distribuição da ocupação do solo em 2006	63
Figura 3.7: Áreas que sofreram mudanças de ocupação do solo entre 1990 e 2006 ..	64
Figura 3.8: Evolução do efectivo pecuário na Beira Interior Sul entre 1979 e 1999....	67
Gráfico 3.10: Distribuição do efectivo pecuário por concelho entre 1979 e 1999 .	68
Figura 3.11: Distribuição dos povoamentos florestais por espécie em 2005.....	70
Figura 3.12: Evolução da população entre 1864 e 2009 nos concelhos da BIS ...	74
Figura 3.13: Lagar de varas em Idanha-a-Velha.....	79

	Página
Figura 3.14: Pequena oficina de fabrico artesanal do adufe	80
Figura 3.15: Unidades de paisagem da Beira Interior Sul	81
Figura 3.16: Distribuição do espaço agrícola na Unidade A em 2006	84
Figura 3.17: Distribuição do espaço florestal na Unidade A em 2006	84
Figura 3.18: Distribuição do espaço agrícola na Unidade B em 2006	87
Figura 3.19: Distribuição do espaço florestal na Unidade B em 2006	88
Figura 3.20: Distribuição do espaço agrícola na Unidade C em 2006	91
Figura 3.21: Distribuição do espaço florestal na Unidade C em 2006	92
Figura 3.22: Distribuição do espaço agrícola na Unidade D em 2006	95
Figura 3.23: Distribuição do espaço florestal na Unidade D em 2006	95
Figura 3.24: “Das seguintes imagens, seleccione a fotografia que ilustra a paisagem mais atractiva para si?”	99
Figura 3.25: “Classifique (todas) as fotografias de acordo com o grau de interesse que a paisagem lhe proporciona, onde 0 significa <i>Nada Interessante</i> e 10 <i>Muito Interessante</i> ”	100
Figura 3.26: “Seleccione com uma cruz, 3 (três) elementos que considera mais importantes na constituição de uma paisagem, em termos gerais”	102
Figura 3.27: “Das opções que se seguem e em termos gerais, assinale com uma cruz, qual a expectativa que tem relativamente à função principal que a paisagem deverá assumir?”	103
Figura 3.28: “Usando uma escala em que 0 significa <i>Nada Importante</i> e 10 <i>Muito Importante</i> , até que ponto considera importantes as questões relativas à paisagem?”	105
Figura 3.29: “Usando uma escala em que 0 significa “Muito má” e 10 significa “Muito boa”, como avalia a intervenção feita na paisagem dessa região (pelas câmaras, juntas de freguesia, indivíduos, grupos de acção local, etc.)?”	106
Figura 3.30: “Usando uma escala em que 0 significa “Muito má” e 10 significa “Muito bom”, como avalia o desempenho dos agentes que têm actuado no planeamento e ordenamento da paisagem?”	107

Figura 3.31: “Numa escala em que 0 significa “Nada Importante” e 10 significa “Muito Importante”, até que ponto considera importante a criação de um fundo para proteger, avaliar e melhorar a qualidade das paisagens?” 108

Figura 3.32: Numa escala em que 0 significa “Nada Disposto(a)” e 10 significa “Totalmente Disposto(a)”, até que ponto estaria disposto(a) a contribuir monetariamente para esse fundo? 108

Figura 3.33: “Assinalando com uma cruz, indique o(s) meio(s) através dos quais se deve(m) efectivar a participação pública” 109

Lista de Quadros

	Página
Quadro 1.1: Síntese das dimensões subjacentes ao conceito de paisagem	15
Quadro 2.1: Aspectos considerados na análise e avaliação da paisagem da região...	40
Quadro 2.2: Cartografia utilizada na definição das unidades de paisagem	42
Quadro 2.3: Pontos de onde foram feitos o levantamento das fichas de apoio.....	42
Quadro 3.1: Principais usos dos sistemas hídricos.....	49
Quadro 3.1: Principais pontos fortes da região	110
Quadro 3.2: Principais pontos fracos da região	111
Quadro 3.3: Principais oportunidades para a melhoria paisagem da região	111
Quadro 3.4: Principais ameaças à identidade da paisagem	112

ANEXOS

ANEXO I



FCSH - Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Mestrado em Gestão do Território - Avaliação e Percepção da Paisagem

Ficha de Levantamento Paisagístico

1. Características descritivas

Nº de ficha: _____

Local de observação: _____

Data e hora: _____

Condições climáticas: _____

Primeiras Impressões: _____

Desenho

Elementos estruturantes da paisagem: _____

2. Suporte Físico

2.1 Forma de Relevo

Elevado (E) Médio (M)
Reduzido (R) Inexistente (I)

	E	M	R	I
Aplanadas				
Arredondadas				
Acidentadas				
Escarpadas				

2.2 Litologia

Elevado (E) Médio (M)
Reduzido (R) Inexistente (I)

	E	M	R	I
Granito				
Xisto				
Quartzitos				
Formações sedimentares				

2.3 Hidrografia

Elevada (E) Média (M) Reduzida (R) Inexistente (I)

	E	M	R	I
Cursos de água				
Albufeiras				

3. Meio Biológico

3.1 Vegetação

Elevada (E) Média (M) Reduzida (R) Inexistente (I)
Concentrado (C) Disperso (D) Linear (L)

	E	M	R	I	C	D	L
Terra a nu							
Herbáceo							
Arbustivo							
Arbóreo							

3.2 Diversidade Biológica

	E	M	R	I
Flora				
Fauna				

4. Meio antrópico

4.1 Uso do Solo

Elevado (E) Médio (M)
Reduzido (R) Inexistente (I)

	E	M	R	I
Agrícola				
Culturas permanentes				
Prados e pastagens permanentes				
Superfície agrícola no sob-coberto				
Silvícola				
Pesca				
Indústria				
Áreas Sociais				
Habitação				
Transportes				
Comércio				
Equipamentos ligados ao turismo				
Outros				

4.2 Tipo de Povoamento

Concentrado Disperso
 Linear Misto

Elementos da paisagem

Praia Armazéns de apoio à agricultura Postes
 Duna Estradas Pedreiras
 Arriba Caminho terra batida Ruínas
 Árvores Carris ferroviários Igrejas
 Cercas Jardins Urbanos

5. Percepção sobre a Paisagem

5.1 Sentidos

Cor	Policromático <input type="checkbox"/> Monocromático <input type="checkbox"/>	Quentes <input type="checkbox"/> Frias <input type="checkbox"/>	Claras <input type="checkbox"/> Escuras <input type="checkbox"/>
Odor	Variado <input type="checkbox"/>	Fétido <input type="checkbox"/>	Agradável <input type="checkbox"/>
Ruído	Murmurante <input type="checkbox"/>	Seco <input type="checkbox"/>	Estridente <input type="checkbox"/>
Campo de visão	Apertado <input type="checkbox"/>	Aberto <input type="checkbox"/>	Exposto <input type="checkbox"/>
Sensações	Feia <input type="checkbox"/> Agradável <input type="checkbox"/>	Desequilibrada <input type="checkbox"/> Harmoniosa <input type="checkbox"/>	Desconfortável <input type="checkbox"/> Bela <input type="checkbox"/>

5.1 Classificação subjectiva

	Baixo (0 a 3)	Médio (4 a 6)	Alto (7 a 8)	Elevado (9)
Humanização				
Carácter				
Diversidade				
Identidade				
Vulnerabilidade				
Degradação				

ANEXO II

Dinâmicas e tendências das paisagens rurais portuguesas: o caso da Beira Interior Sul

Dissertação de mestrado em Gestão do Território na Universidade Nova de Lisboa

Este questionário tem como objectivo avaliar as preferências e a participação pública que cada pessoa detém da paisagem da Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e V.V. de Ródão).

Os dados fornecidos serão confidenciais e anónimos, unicamente para uso exclusivo do autor. Peça-lhe, assim, que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento.

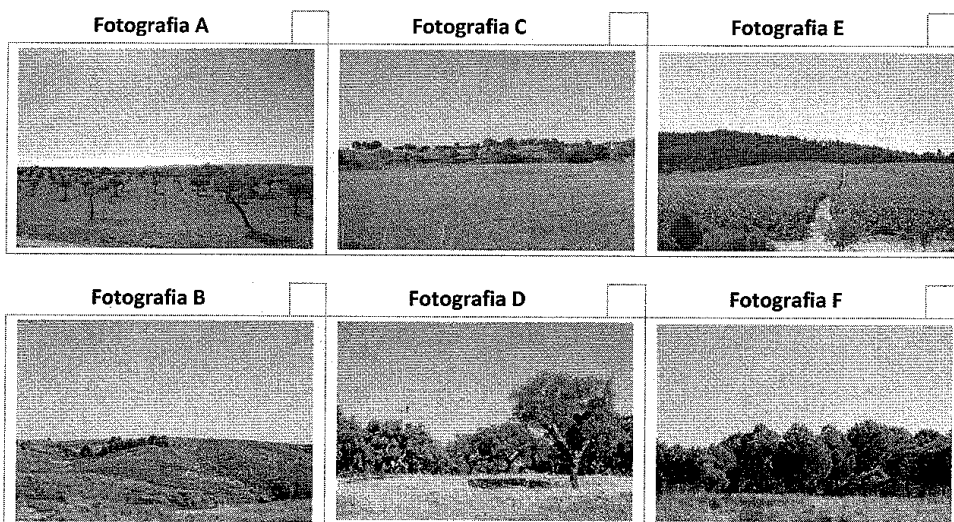
Nota: entenda-se paisagem como a designação de uma parte do território que se pode observar a partir de determinado local. Esta revela-nos as características únicas dos elementos biofísicos (natureza) e humanos e da interacção entre eles.

Cod. -

A - IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM

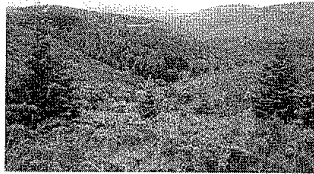
No bloco que se segue, são apresentadas diversas fotografias que caracterizam alguns aspectos da paisagem da região da Beira Interior Sul.

1. Das seguintes imagens, seleccione, com uma cruz (x), a fotografia que ilustra a paisagem mais atractiva para si:



2. Agora, assinalando novamente com uma cruz (x), classifique (todas) as seguintes fotografias de acordo com o grau de interesse que a paisagem lhe proporciona, em que 0 significa "nada interessante" e 10 significa "muito interessante".

Fotografia A



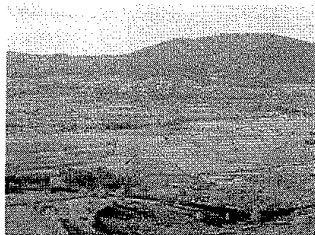
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Fotografia C



0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Fotografia B



0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Fotografia D



0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

3. De seguida, seleccione com uma cruz (x), 3 (três) elementos que considera mais importantes na constituição de uma paisagem, em termos gerais:

- a) Árvores
- c) Água
- e) Parcelas agrícolas
- g) Animais selvagens
- i) Flora (vegetação)
- k) Estradas / Caminhos
- m) Muros / Vedações
- o) Gado

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- b) Planícies
- d) Casas
- f) Alojamentos Turísticos
- h) Serras
- j) Monumentos
- l) Instalações industriais
- n) Outro

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Qual? _____

4. Das opções que se seguem e em termos gerais, assinale com uma cruz (x), qual a expectativa que tem relativamente à **função principal** que a paisagem deverá assumir:

- 1 [] Função Produtiva (agricultura, silvicultura, pastorícia, etc.)
- 2 [] Recreio e Lazer (turismo, caça, pesca desportiva, etc.)
- 3 [] Conservação e protecção ambiental
- 4 [] Multifuncional
- 66 [] Outra
- 99 [] Não sabe / Não responde

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Qual? _____

B - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O bloco que se segue pretende avaliar a participação pública realizada sobre a paisagem da Beira Interior Sul. Entende-se por Participação Pública o envolvimento de pessoas e grupos que actuam particular ou publicamente, cuja actuação advém de um processo de decisão.

5. Considera importante a participação pública nas questões do planeamento e ordenamento das paisagens?

- 1 [] Sim
2 [] Não

6. Usando uma escala, em que 0 significa “muito má” e 10 significa “muito boa”, como avalia a intervenção feita na paisagem dessa região (pelas câmaras, juntas de freguesia, indivíduos, grupos de acção local, etc.)?

Muito má											Muito boa	NS/NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		<input type="checkbox"/>

7. E agora, usando uma escala, em que 0 significa “nada importante” e 10 significa “muito importante”, até que ponto considera importantes as questões relativas à paisagem?

Nada importante											Muito importante	NS/NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		<input type="checkbox"/>

8. Usando uma escala, em que 0 significa “muito mau” e 10 significa “muito bom”, como avalia o desempenho dos agentes que têm actuado no planeamento e ordenamento da paisagem?

Muito mau											Muito bom	NS/NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		<input type="checkbox"/>

9. Assinalando com uma cruz (x), indique o(s) meio(s) através dos quais se deve(m) efectivar a participação pública:

- 1 [] Actividades de campo
2 [] Formação/Informação de um painel de peritos
3 [] Formação/Informação de um painel da população local
4 [] Debate público
5 [] Questionários tal como este
6 [] Representação política
66 [] Outra
99 [] Não sabe / Não responde

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Qual? _____

10. Numa escala, onde 0 significa “nada importante” e 10 significa “muito importante”, até que ponto considera importante a criação de um fundo para proteger, avaliar e melhorar a qualidade das paisagens?

Nada importante											Muito importante	NS/NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		<input type="checkbox"/>

11. E agora, numa escala em que 0 significa "nada disposto(a)" e 10 significa "totalmente disposto(a)", até que ponto estaria disposto(a) a contribuir monetariamente para esse fundo?

Nada disposto					Totalmente disposto					NS/NR	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>

C - BLOCO DE CARACTERIZAÇÃO

12. Podia indicar qual o seu rendimento líquido médio mensal?

- | | | |
|--------|-------------------------|--------------------------|
| 1 [] | Menos de 400€ | <input type="checkbox"/> |
| 2 [] | Entre 400€ e 599€ | <input type="checkbox"/> |
| 3 [] | Entre 600€ e 799€ | <input type="checkbox"/> |
| 4 [] | Entre 800€ e 999€ | <input type="checkbox"/> |
| 5 [] | Entre 1000€ e 1199€ | <input type="checkbox"/> |
| 6 [] | Entre 1200€ e 1399€ | <input type="checkbox"/> |
| 7 [] | Entre 1400€ e 1599€ | <input type="checkbox"/> |
| 8 [] | Entre 1600€ e 1799€ | <input type="checkbox"/> |
| 9 [] | Entre 1800€ e 1999€ | <input type="checkbox"/> |
| 10 [] | Mais de 2000€ | <input type="checkbox"/> |
| 99 [] | Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |

13. Podia dizer qual o seu grau de instrução completo?

- | | | |
|--------|---|--------------------------|
| 1 [] | Não sabe ler nem escrever | <input type="checkbox"/> |
| 2 [] | Ensino Primário | <input type="checkbox"/> |
| 3 [] | Ensino Básico (5º ano/antigo 7º ano) | <input type="checkbox"/> |
| 4 [] | 9º ano | <input type="checkbox"/> |
| 5 [] | Ensino Secundário (12º ano/antigo 9º ano) | <input type="checkbox"/> |
| 6 [] | Curso Técnico/Profissional | <input type="checkbox"/> |
| 7 [] | Licenciatura/Mestrado/Doutoramento | <input type="checkbox"/> |
| 66 [] | Outra | <input type="checkbox"/> |
- Qual? _____

14. Qual a sua ocupação actual?

- | | | |
|--------|---------------------------------|--------------------------|
| 1 [] | Trabalhador por conta própria | <input type="checkbox"/> |
| 2 [] | Trabalhador por conta de outrem | <input type="checkbox"/> |
| 3 [] | Estudante | <input type="checkbox"/> |
| 4 [] | Doméstica | <input type="checkbox"/> |
| 5 [] | Desempregado (a) | <input type="checkbox"/> |
| 6 [] | Reformado (a) / Pensionista | <input type="checkbox"/> |
| 66 [] | Outra | <input type="checkbox"/> |
| 99 [] | Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |
- Qual? _____

15. Qual a sua idade? _____ anos

16. Género

- 1 [] Feminino 2 [] Masculino

Obrigado pela sua participação.

ANEXOS III

Resultado da caracterização da amostra efectuada no Inquérito.

Qual o rendimento líquido médio mensal?

	Total	Agricultores	Caçadores	Turistas	Residentes
< 400€	8,0%	10,0%	0,0%	8,0%	14,0%
400€ - 599€	9,5%	10,0%	4,0%	4,0%	20,0%
600€ - 799€	16,5%	24,0%	18,0%	6,0%	18,0%
800€ - 999€	16,0%	18,0%	24,0%	14,0%	8,0%
1000€ - 1199€	15,5%	12,0%	14,0%	28,0%	8,0%
1200€ - 1399€	6,5%	2,0%	10,0%	8,0%	6,0%
1400€ - 1599€	3,5%	0,0%	6,0%	6,0%	2,0%
1600€ - 1799€	1,0%	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%
1800€ - 1999€	1,0%	2,0%	2,0%	0,0%	0,0%
> 2000€	5,0%	0,0%	10,0%	10,0%	0,0%
NS/NR	17,5%	22,0%	10,0%	16,0%	22,0%

Qual o grau de instrução completo?

	Total	Agricultores	Caçadores	Turistas	Residentes
Não sabe ler nem escrever	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Ensino Primário	12,0%	22,0%	8,0%	8,0%	10,0%
Ensino Básico (5º ano)	13,0%	30,0%	14,0%	2,0%	6,0%
9º ano	12,0%	14,0%	16,0%	8,0%	10,0%
Ensino Secundário (12º ano)	21,5%	18,0%	24,0%	10,0%	34,0%
Curso Técnico/Profissional	6,0%	4,0%	10,0%	2,0%	8,0%
Licenciatura/Mestrado/Doutoramento	35,0%	12,0%	28,0%	70,0%	30,0%
Outra	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Qual a ocupação actual, Idade (média) e Género?

	Total	Agricultores	Caçadores	Turistas	Residentes
Trabalhador(a) por conta própria	33,0%	60,0%	32,0%	16,0%	24,0%
Trabalhador(a) por contra de outrem	52,0%	24,0%	56,0%	74,0%	54,0%
Estudante	3,5%	0,0%	2,0%	2,0%	10,0%
Doméstica	0,5%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Desempregado(a)	2,0%	0,0%	2,0%	2,0%	4,0%
Reformado/Pensionista	7,5%	12,0%	8,0%	2,0%	8,0%
Outra	1,0%	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%
NS/NR	0,5%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Idade (Anos)	44,0	52,9	47,9	34,9	40,3
Feminino	41,0%	42,0%	0,0%	58,0%	64,0%